

Relatório

Comunicação Internacional

**Provas para o título académico de agregado,
no ramo de conhecimento em Ciências da Comunicação, da Faculdade de
Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, requeridas por
Anabela Simões de Carvalho**

2024

INTRODUÇÃO	4
I PARTE: ENQUADRAMENTO, OBJECTIVOS E METODOLOGIAS	7
1. O Campo da Comunicação Internacional	7
2. Enquadramento da Unidade Curricular no Plano de Estudos da Licenciatura em Ciências da Comunicação	10
3. Objectivos/Resultados de Aprendizagem	12
4. Metodologias de Ensino-Aprendizagem	13
5. Metodologias de Avaliação	16
II PARTE: CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E BIBLIOGRAFIA	19
1. Introdução	19
1.1. Apresentação da unidade curricular, do programa e do plano de avaliação	19
2. Estruturas e Fluxos na Comunicação Internacional	21
2.1. Agências noticiosas, grupos empresariais e outras organizações	23
2.2. Relações Norte-Sul e a noção de imperialismo cultural	28
3. Media, Estado e Sociedade	39
3.1. Teorias normativas da informação	39
3.2. Situação da informação em diferentes países e regiões do mundo	42
4. Comunicação e Relações Internacionais	44
4.1. Os media e as políticas externas dos Estados	45
4.2. 'Soft power' em mudança	53
5. Media, Guerras e Terrorismo	57
5.1. O papel dos media em situações de guerra	58
5.2. Media, terrorismo e comunicação intercultural	67
6. Desafios Societais e Cidadania	71
6.1. Comunicação internacional e desafios contemporâneos	71
6.2. Movimentos sociais: estratégias de mobilização e resistência	75
Notas finais	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
Apêndice I: Objectivos/Resultados de Aprendizagem e Programa	99
Apêndice II: Bibliografia essencial	101
Apêndice III: Plano de avaliação	104

Apêndice IV: Trabalho de grupo - casos	106
Apêndice V: Trabalho de grupo - orientações gerais	108
Anexo I: Estrutura Curricular e Plano de Estudos da Licenciatura em Ciências da Comunicação	110

Introdução

O Decreto-Lei n.º 239/2007 de 19 de Junho, que aprova o regime jurídico do título académico de agregado, define, na alínea b) do Artigo 5.º, que as provas de agregação são constituídas, entre outros, pela ‘apresentação, apreciação e discussão de um relatório sobre uma unidade curricular, grupo de unidades curriculares, ou ciclo de estudos, no âmbito do ramo do conhecimento ou especialidade em que são prestadas as provas’. O presente relatório corresponde à base documental para dar cumprimento a tal disposição legal.¹

A unidade curricular escolhida para o efeito é Comunicação Internacional. Trata-se de uma unidade curricular obrigatória da Licenciatura em Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, ministrada no quarto semestre do Curso. A estrutura curricular da Licenciatura em Ciências da Comunicação foi definida pela Resolução SU-163/2006, de 6 de Novembro e pelo Despacho 4259/2007 (publicado em Diário da República 2ª série, n.º 47, 7 de Março de 2007), correspondendo à adequação da Licenciatura à Declaração de Bolonha de 11 de Junho de 1999 e à regulamentação europeia e portuguesa subsequente.

A história desta área disciplinar na Universidade do Minho remonta à década de 1970, em que, muito próximo da data de fundação da Universidade do Minho, foi criada a Secção de Ciências Sociais, dirigida por Aníbal Augusto Alves. A unidade curricular de Comunicação Internacional é herdeira da unidade curricular de Informação Internacional, que foi leccionada pela primeira vez na Universidade do Minho à Licenciatura em Relações Internacionais em 1978/79, também sob a regência de Aníbal Augusto Alves. Essa disciplina (o termo então comumente utilizado) integrou o Grupo Disciplinar de Ciências da Comunicação, aprovado pelas Resoluções do Senado Universitário nº 32/93 e 33/93 e o Despacho Reitoral nº 120/93.

A unidade curricular de Informação Internacional fez também parte do plano de estudos da Licenciatura em Comunicação Social, que funcionou na Universidade do Minho entre os anos lectivos de 1991/92 e 2006/07. Com uma extensão de cinco anos curriculares, a Licenciatura em Comunicação Social teve o seu plano de estudos fixado pela Resolução SU-3/91 de 28 de Janeiro. Informação Internacional funcionou ao longo de toda a vigência do Curso como uma disciplina obrigatória do primeiro semestre do 5.º ano curricular.

¹ Este documento tem como base o relatório apresentado pela autora em Janeiro de 2009 para efeitos de concurso a Professor Associado no Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, tendo sido feito um aprofundamento e actualização dos seus conteúdos.

A actual unidade curricular de Comunicação Internacional nasceu, como acima referido, com a criação da Licenciatura em Ciências da Comunicação, na sequência do chamado Processo de Bolonha, que produziu um encurtamento generalizado das Licenciaturas no sistema de ensino superior português. A Licenciatura passou a ter a duração de seis semestres, sendo o número mínimo de unidades de crédito necessário à concessão do grau de 180 créditos ECTS (European Credit Transfer System). O plano de estudos da Licenciatura em Ciências da Comunicação foi definido pelo Despacho RT/C-311/2007 de 28 de Agosto, tendo sido aprovado pelo Despacho 27581/2007 (publicado no Diário da República, 2ª série, no 3521, de 7 de Dezembro de 2007). Entrando pela primeira vez em vigor no ano lectivo de 2007/2008, o referido plano foi sujeito a alterações aprovadas pelo Despacho 5239/2010 (Diário da República, 2ª série, no 57, de 23 de Março de 2010) e posteriormente pelo Despacho 3858/2011 (Diário da República, 2ª série, no 41, de 28 de Fevereiro de 2011). O plano de estudos actualmente em vigor foi aprovado pelo Despacho nº 9377/2015 (publicado no Diário da República, 2ª série, no 160, 18 de Agosto de 2015). Apesar de se terem registado mudanças relativamente a várias unidades curriculares da Licenciatura em Ciências da Comunicação (algumas das quais foram suspensas e substituídas por outras ou alterado o momento da sua leccionação no curso), a unidade curricular de Comunicação Internacional não foi sujeita a quaisquer alterações em termos da sua posição no plano curricular desde a constituição da Licenciatura em Ciências da Comunicação em 2007.

Para além de, como referido no parágrafo de abertura, procurar satisfazer um requisito legal, a preparação deste documento constituiu uma oportunidade de reflexão sobre as temáticas tratadas na unidade curricular, bem como sobre o modo de as abordar. A autora tem sido responsável pela leccionação desta unidade curricular desde 2007/08 (à excepção dos anos lectivos de 2008/09, 2012/13 e 2019/20 por motivo de licença sabática) e anteriormente pela leccionação de Informação Internacional entre o ano lectivo de 1991/92 e 1995/96. A experiência de leccionação da unidade curricular de Comunicação Internacional e de unidades curriculares afins foi uma importante fonte para a elaboração deste documento e nele se encontram referências frequentes ao conhecimento ‘empírico’ resultante dessa experiência. No entanto, este relatório traduz, acima de tudo, a consciência da necessidade de corresponder na leccionação às transformações sociais, culturais, políticas e tecnológicas que vão tendo lugar. Numa área como esta, a busca de questões, abordagens e metodologias que sejam, simultaneamente, apropriadas e relevantes em cada momento histórico e em cada plano curricular de um determinado grau de ensino é um

constante desafio. Tal constitui, também, um dos aspectos mais estimulantes do ensino universitário. Sendo as Universidades, em essência, espaços-chave para o desenvolvimento de investigação e para a produção de novo conhecimento, a possibilidade de fazer pontes entre essa actividade científica e o ensino é não só gratificante para os docentes como uma mais-valia para os estudantes. Sempre que possível, essa articulação tem sido feita pela autora deste relatório, como discutido mais abaixo.

Este relatório organiza-se em duas partes. A primeira trata do campo disciplinar da Comunicação Internacional, do enquadramento da unidade curricular no plano de estudos da Licenciatura a que está associada, dos seus objectivos e resultados de aprendizagens, das metodologias de ensino-aprendizagem e das metodologias de avaliação. A segunda parte refere-se aos conteúdos programáticos e bibliografia, sendo aí apresentadas as temáticas e questões abordadas na unidade curricular. A propósito de cada capítulo do programa são referidos os objectivos específicos, bem como detalhados os métodos de ensino-aprendizagem, recorrendo-se por vezes ao uso de caixas de texto para destacar actividades ou exercícios em aula que se considera particularmente úteis.

I PARTE: ENQUADRAMENTO, OBJECTIVOS E METODOLOGIAS

Na primeira parte deste documento, é brevemente apresentado o campo da Comunicação Internacional, discutido o enquadramento da unidade curricular no curso em que é ministrada, apresentados os objectivos e resultados de aprendizagem, as metodologias de ensino-aprendizagem e as metodologias de avaliação.

1. O Campo da Comunicação Internacional

Como nota Manfredi-Sánchez (2020: 2), num ‘review article’ sobre a disciplina de Comunicação Internacional, esta não é uma disciplina *standard*, mas antes um ‘multidisciplinary object of study, which derives theory from practice.’ Esta área de conhecimento busca contributos numa variedade de saberes que vão da história à sociologia, e da economia à política, passando ainda por outras áreas, como as relações internacionais. Partilhando com outras Ciências da Comunicação, múltiplos conceitos e teorias, tais como ‘framing’ ou ‘agenda-setting’, a Comunicação Internacional tem características distintivas, como a sua focalização na relação entre comunicação e poder a nível internacional.

Os temas tratados no quadro desta disciplina são variados, sendo possível encontrar diversas tipificações (e.g. Downing, 2010). Notando o carácter aberto e mutável desta área disciplinar, podemos dizer que os processos de comunicação que ocorrem em espaços internacionais, sejam jornalísticos, culturais, governamentais (sobretudo nas suas dimensões públicas) e/ou de outro teor constituem matéria de especial pertinência para a Comunicação Internacional, que se ocupa também de múltiplas questões ligadas à globalização, de fluxos internacionais de carácter informativo, e de processos de influência internacional. Para além de uma forte vocação de análise política, cultural e social, a Comunicação Internacional pode também ser perspectivada em termos estratégicos (ver Manfredi-Sánchez, 2020), nomeadamente no que concerne a formas de poder simbólico de determinados Estados, figuras políticas ou outras no palco internacional.

O início da investigação nesta área está fortemente ligada aos EUA. Harold Lasswell, considerado um dos seus impulsionadores, publicou em 1927 o livro *Propaganda Technique*

in the World War, onde analisou os usos de propaganda na I Guerra Mundial por diversos países. Juntamente com Paul Lazarsfeld, Lasswell e outros colegas lançaram importantes projectos de pesquisa centrada, predominantemente, na questão da persuasão e, mais globalmente, nos 'efeitos' dos media. Estes estudos estabeleceram as bases para a compreensão do papel dos meios de comunicação relativamente a atitudes e comportamentos.

Durante a Segunda Guerra Mundial, ferramentas analíticas da investigação em comunicação foram aplicadas com o objectivo de mobilizar o apoio público interno ao esforço de guerra, compreender a propaganda inimiga e desenvolver técnicas de guerra psicológica para influenciar o moral e a opinião tanto de populações aliadas quanto inimigas. Este período também gerou um interesse académico intenso no potencial dos meios de comunicação de massas para moldar opiniões, atitudes e comportamentos em função de necessidades estratégicas dos EUA (Czitrom, 1982). Com o fim da guerra e a transição para a Guerra Fria, os objetivos de política externa dos EUA continuaram a direccionar boa parte das pesquisas na área, com foco na União Soviética, na Europa e em regiões em desenvolvimento (Hanson, 2020).

Simultaneamente, emergiram estudos que exploraram as relações entre comunicação, nacionalismo e a formação de comunidades políticas. Karl Deutsch (1953; 1968) destacou-se ao integrar sistematicamente a comunicação como elemento estruturante nas análises do nacionalismo e da realidade política internacional. Deutsch argumentava que a circulação de informação era crucial para a construção de identidade e coesão política, uma ideia que influenciou investigações posteriores. Na década de 1970, autores como Nye e Keohane (1977) expandiram esta abordagem ao definirem os regimes políticos como redes de regras, normas e procedimentos que padronizam comportamentos e promovem cooperação entre Estados. Paralelamente, o conceito de liberdade de circulação da informação ganhou destaque, promovido activamente pelos EUA no âmbito de iniciativas da UNESCO e noutros contextos. Contudo, essa visão enfrentou forte resistência da União Soviética e de muitos países recém-independentes, que viam a liberdade irrestrita de circulação da informação como uma ameaça à sua soberania e à consolidação das suas identidades nacionais. Essas tensões evidenciam como a comunicação se tornou um campo de disputa global, onde diferentes visões sobre liberdade, poder e autonomia colidiam em arenas políticas e culturais.

Na sequência do exposto acima, a Comunicação Internacional tornou-se uma área de estudo indispensável na compreensão das dinâmicas de poder, influência e governança à

escala global. A análise integrada de estruturas de poder e da capacidade de diferentes agentes para influenciar o conhecimento, posicionamento e comportamento de indivíduos e organizações são aspectos-chave desta disciplina. A comunicação tem, obviamente, uma função crucial nas relações internacionais. Os instrumentos, canais e fluxos de comunicação existentes entre os países reflectem e, simultaneamente, estruturam o seu relacionamento. A comunicação internacional é, segundo Manfredi-Sánchez (2020), altamente relevante para as relações culturais entre países, para o desenvolvimento de normas e valores cosmopolitas, para o exercício da liberdade de expressão e de informação, para as actividades e objectivos de organizações não-governamentais, para a projecção internacional de poderes políticos e económicos, e para a formulação de padrões de consumo globais. Apesar dessa relevância, o mesmo autor ressalta que a comunicação ainda não ocupa um papel central nos estudos convencionais de relações internacionais. Por contraste, no campo dos estudos de Comunicação, a disciplina de Comunicação Internacional está amplamente consagrada internacionalmente. O Mestrado em 'Intercultural and International Communication' da American University (Washington D.C., EUA), com início em 1968, foi pioneiro a nível internacional, mantendo-se ainda em vigor. Como área de formação conferente de grau ou como unidade curricular, esta disciplina pode ser encontrada em inúmeros cursos de pré- e pós-graduação na América do Norte, na Europa e também em outras regiões do mundo.

As práticas de comunicação entre diferentes países estiveram sempre condicionadas pelos contextos históricos em que ocorreram, incluindo as relações de poder político, económico e cultural. O colonialismo estruturou durante longos períodos as interações entre vastas áreas do mundo e deixou marcas profundas mesmo após o seu término formal. O campo da Comunicação Internacional reflete esses contextos e desenvolvimentos históricos em várias das suas mais importantes referências, como o 'Relatório MacBride' (UNESCO, 1980), a ser discutido mais abaixo neste relatório. Apesar de alguns progressos registados nas últimas décadas, como veremos posteriormente no presente documento, continua a ser vital não só a 'descolonização' da comunicação e da informação mas também da própria disciplina de Comunicação (e de Comunicação Internacional, em particular), como salientado por vários analistas (e.g. Agbobli, 2014; Carvalho & Peterson, 2024; Waisbord, 2022). Refira-se que estas ideias não são exactamente novas, tendo já sido exploradas amplamente nos trabalhos de Downing (1997) e de Curran e Park (2000), que deram contributos importantes para repensar as teorias dominantes sobre os sistemas mediáticos

e a necessidade de as ‘desocidentalizar’. São, no entanto, questões que mantêm uma enorme premência.

Nas últimas duas décadas e, em particular, nos últimos anos, os ambientes e as práticas comunicacionais têm vivido profundas mudanças. Ao nível do consumo dos media, é de assinalar, por exemplo, um decréscimo acentuado de consumo de jornalismo de qualidade em faixas etárias mais jovens, a exposição constante de uma parte significativa da população a um ‘mix’ informativo que combina fontes credíveis e não-credíveis, e a dificuldade de destrição, de selecção e de análise crítica de diferentes conteúdos por parte de grande parte das pessoas, e a sua consequente vulnerabilidade a diferentes formas de influência. Ao nível da produção e gestão de ‘informação’, verificam-se actualmente práticas frequentes de desinformação por parte de muitas entidades (incluindo serviços ligados a alguns Estados) e, nalgumas situações, práticas de influência manipulativa sobre opiniões com recurso a ferramentas digitais (Bjola & Pammet, 2019). Os impactos de todas as mudanças referidas e daquilo que foi designado como uma nova ‘esfera pública iliberal’ (Štětka & Mihelj, 2024) serão certamente de grande importância para a comunicação internacional nos próximos anos.

2. Enquadramento da Unidade Curricular no Plano de Estudos da Licenciatura em Ciências da Comunicação

Nas últimas décadas, os media e as tecnologias de comunicação e informação adquiriram uma centralidade e uma importância notáveis para o funcionamento das sociedades e dos sistemas políticos a nível internacional. Daí que seja de toda a pertinência a existência de uma unidade curricular de Comunicação Internacional numa Licenciatura em Ciências da Comunicação.

Tal como previsto no plano de estudos da Licenciatura em Ciências da Comunicação, instituído pelo Diário da República, 2ª série, n.º 160, de 18 de Agosto de 2015 (**Anexo I**) Comunicação Internacional é uma unidade curricular que integra o segundo ano do curso - mais especificamente, o quarto semestre -, e corresponde a 5 créditos ECTS. A leccionação desta unidade curricular ocorre após os estudantes terem tido três semestres de formação, o que lhes confere importantes bases de conhecimento e competências de vários tipos no campo das Ciências da Comunicação, que são mobilizadas em Comunicação Internacional.

A compreensão dos vectores e tendências internacionais no campo da comunicação é de relevância transversal às três áreas de especialidade inscritas no curso, nomeadamente

Informação e Jornalismo; Publicidade e Relações Públicas; e Audiovisual e Multimédia. Ao mesmo tempo, estas áreas dão um crucial suporte ao ensino de Comunicação Internacional. Informação e o Jornalismo estão no ‘core’ da Comunicação Internacional e constituem áreas determinantes para a abordagem de todos os capítulos do programa. Vários pontos do programa, desde os que dizem respeito aos fluxos na comunicação internacional aos que se relacionam com comunicação e relações internacionais, envolvem aspectos da comunicação estratégica. A unidade curricular aborda ainda questões ligadas com cinema, outros conteúdos audiovisuais e multimédia.

Ao longo do semestre, procura-se fazer pontes com temáticas abordadas noutras unidades curriculares da Licenciatura. Consideramos que tal é útil para uma compreensão integrada da realidade, não sendo desejável o tratamento das questões, teorias e problemas de uma unidade curricular como se fossem estanques face a outras disciplinas. Assim, há menção frequente a conceitos e teorizações abordadas na unidade curricular de Teorias de Comunicação (semestre 1) e de Sociologia da Comunicação (semestre 3) relacionadas com processos fundamentais de comunicação e com a circulação social dos significados. Os conceitos de ‘representação’ e ‘discurso’ são regularmente evocados nas aulas, assumindo-se uma boa compreensão dos processos de construção e decodificação do sentido em várias unidades curriculares, como as já referidas, e também Semiótica (semestre 2) e Estudos de Discurso (leccionada ao mesmo tempo que Comunicação Internacional, ou seja, semestre 4). Há também, nalguns momentos, ligações com a unidade curricular de Psicologia Social (semestre 3), por exemplo, com o estudo dos estereótipos, que são abordados no ponto do programa relativo aos media e ao terrorismo. No capítulo do programa que diz respeito às Estruturas e Fluxos da Comunicação Internacional, faz-se habitualmente referência à unidade curricular de Economia Política da Comunicação, leccionada no terceiro ano da Licenciatura (semestre 5), apontando o maior desenvolvimento que algumas questões terão nesse âmbito.

Em síntese, considera-se crucial desenvolver diálogos interdisciplinares e procura-se que os estudantes sejam capazes de transferir e aplicar conhecimentos e competências. O estudo das questões abordadas em Comunicação Internacional beneficia em muito da formação que os estudantes recebem noutras unidades curriculares e vice-versa, ou seja, a compreensão das matérias de outras unidades curriculares pode também ser enriquecida pelas temáticas estudadas em Comunicação Internacional, nomeadamente pelo desenvolvimento de um olhar mais atento e crítico face a dinâmicas e processos que

ultrapassam as fronteiras dos Estados e às diferentes facetas da interdependência que caracterizam o mundo actual.

3. Objectivos/Resultados de Aprendizagem

Esta unidade curricular visa motivar uma reflexão aprofundada sobre os processos de comunicação e informação nas sociedades actuais e nas relações internacionais. Procura-se analisar as estruturas e fluxos da comunicação a nível internacional e os papéis dos media relativamente a grandes questões da actualidade. O objectivo principal é o desenvolvimento, por parte dos estudantes, de competências de análise crítica e fundamentada relativamente aos temas tratados.

Espera-se, mais concretamente, alcançar os seguintes resultados de aprendizagem:

- Explicar as assimetrias internacionais no campo da informação e as suas consequências;
- Analisar as diferentes formas de relação entre media, Estado e sociedade a nível internacional;
- Compreender o papel dos media nas relações internacionais e nas políticas externas dos Estados;
- Desenvolver competências de análise crítica do desempenho dos media nas situações de guerra e terrorismo;
- Analisar a relação entre os média e várias formas de mobilização social e activismo.

A unidade curricular pretende ainda, ao longo de todo o semestre, fomentar uma exploração guiada de órgãos de informação estrangeiros, sobretudo através dos seus sites na Internet e, desse modo, familiarizar os estudantes com (parte de) o panorama mediático de outros países, bem como desenvolver competências para comparar a representação de temas e questões internacionais.

Como estipula o Regulamento Académico da Universidade do Minho (RAUM), homologado pelo Despacho RT-85/2019, de 20 de Dezembro, os resultados de aprendizagem definidos para esta unidade curricular fazem parte do Dossiê de Unidade Curricular, juntamente com o programa (**Apêndice I**), e são disponibilizados aos estudantes no primeiro dia de aulas (oralmente e por escrito, via Blackboard).

Os objectivos específicos de cada parte do programa desta unidade curricular são apresentados neste documento na parte relativa aos conteúdos programáticos.

4. Metodologias de Ensino-Aprendizagem

No seu artigo 134º, o RAUM estipula que as actividades lectivas ‘podem ser organizadas sob a forma de sessões teóricas, teórico-práticas, práticas, laboratoriais, de trabalhos de campo, de seminários, de ensino clínico, de estágio, de orientação tutorial ou outra’ (número 1 do referido artigo). É também definido que as ‘UC devem ser lecionadas e avaliadas de forma a promoverem, sempre que possível, o trabalho continuado e autónomo dos estudantes ao longo de todo o período letivo’ (número 3). Na unidade curricular de Comunicação Internacional procura-se utilizar metodologias de ensino-aprendizagem que correspondam a estes objectivos: permitir aos estudantes adquirir conhecimentos relevantes para a sua formação e desenvolver competências específicas e, simultaneamente, promover a autonomia e a responsabilização no trabalho individual e em grupo.

Esta unidade curricular tem três horas lectivas por semana, que correspondem, normalmente, a uma única aula por semana. Uma aula com tal duração requer, obviamente, uma grande diversidade de métodos de ensino e de aprendizagem. Tais métodos são apresentados globalmente nesta parte do relatório e, em maior detalhe, na sua segunda parte: à medida que é feita a apresentação dos conteúdos programáticos serão aí indicadas as actividades e trabalhos específicos que são postos em prática em contexto de sala de aula e/ou fora dele. Note-se que essas indicações são exemplificativas, variando em função das agendas políticas e mediáticas de cada ano e do tempo disponível.

As aulas desta unidade curricular são todas, formalmente, de tipo teórico-prático, o que significa que procuram conjugar a exposição de matérias por parte da docente com actividades individuais e colectivas de vários tipos, bem como trabalhos de grupo que são objecto de avaliação. No sentido de tornar as aulas mais estimulantes e de não ‘cair na rotina’, procura-se organizar as aulas em moldes variáveis, evitando uma divisão estanque entre ‘teoria’ e ‘prática’ e procurando não adoptar sempre a ordem tradicional – 1º teoria, 2º prática. Assim, em conformidade com um modelo mais convencional, nalgumas aulas há uma parte inicial mais expositiva, ao que se segue um intervalo e, logo após o mesmo, a realização de uma tarefa pelos estudantes, seguida de um debate que liga a parte inicial com o trabalho feito pelos estudantes². No entanto, há outras aulas em que se parte da análise,

² Estando previsto um período de 10 minutos de intervalo por cada hora de aula, na maior parte das aulas é dado um intervalo de 15 minutos após os primeiros 75 minutos, ao que se seguem outros 75 minutos, terminando a

pelos estudantes, de casos e situações concretas e se apresentam posteriormente teorias e modelos que sejam úteis para compreender essas realidades. Pelo menos uma aula é normalmente dada em modelo de ‘flipped classroom’, ou seja, os estudantes recebem indicações do que devem ler antes da aula e a mesma serve para realizar pequenos exercícios de aplicação desse conhecimento, para debate e para esclarecimento de dúvidas. Nos últimos anos, essa aula tem sido sobre Teorias Normativas da Informação (ver programa detalhado na segunda parte deste documento).

Em qualquer caso, mesmo nas partes mais expositivas da aula, procura-se fazer ligações frequentes com casos e questões concretas que os estudantes possam conhecer através de outras disciplinas ou através dos media. Tratando-se de uma unidade curricular de Comunicação Internacional, a ligação com a actualidade internacional e a sua (re)construção na comunicação social é, naturalmente, constante. Assim, é feita uma utilização frequente de textos mediáticos tanto nas aulas teóricas como nas aulas práticas. Entenda-se aqui por ‘texto’ qualquer documento, seja em linguagem verbal, seja pictórico ou multimodal. Privilégia-se, habitualmente, órgãos de comunicação de referência, tanto nacionais como estrangeiros e transnacionais, e também aqueles que tenham grandes índices de audiência em diferentes regiões do mundo. Como exemplos podem ser referidos os seguintes: *Público*, RTP, BBC World, France 24, CNN, Al-Jazeera (tanto os canais de televisão como os textos disponíveis nos respectivos *websites*), *Le Monde Diplomatique*, *New York Times*, *Time* e *Economist*. Um outro critério de selecção dos media é a sua posição face a questões ‘críticas’ nas relações internacionais. Assim, os estudantes são incentivados a consultar alguns órgãos de informação considerados ‘alternativos’, de que são exemplo *Democracy Now* (EUA), *The Intercept* (EUA e Brasil) e *Jornalistas Livres* (Brasil). O contacto com os órgãos de comunicação é feito através de vários suportes. Nalgumas aulas, a consulta de determinados media é feita através da Internet; noutras são utilizadas gravações de televisão.

Os trabalhos de grupo solicitados aos estudantes (detalhados na secção seguinte) são também uma oportunidade de aprendizagem importante. Versando sobre diversos casos de meios de comunicação, organizações e projectos relevantes no campo da Comunicação Internacional, a preparação dos trabalhos permite uma imersão dos estudantes em realidades concretas e o exercício de competências de análise crítica das mesmas. Para além disso, são realizados alguns exercícios ao longo do semestre em contexto de sala de aula que não são sujeitos a avaliação, visando estimular a aplicação de conceitos, teorias e outros conhecimentos pelos estudantes, com o acompanhamento da docente.

aula 15 minutos antes do horário que lhe é atribuído. Esta estrutura é, normalmente, a que é preferida pelos estudantes.

Sempre que possível, as aulas da unidade curricular têm integrado contributos de especialistas nacionais ou estrangeiros em temas relevantes. Refira-se, a título de exemplo, as apresentações feitas no ano lectivo de 2023/24 por Tamar Kintsurashvili (Universidade Estatal de Ilia, Geórgia), sob o título ‘Georgian Media Landscape - from Soviet to Polarized Media Model’, e por Kateryna Sokolova (Universidade Nacional de Kyiv Taras Shevchenko, Ucrânia), sob o título ‘How Russian propaganda functions in social networks: main methods’. A primeira aula inscreveu-se na parte do programa relativa às Teorias Normativas da Informação e a segunda na parte relativa ao Papel dos Media em Situações de Guerra. Ambas as docentes estiveram presentes na Universidade do Minho no âmbito de programas de mobilidade internacional Erasmus +. A oportunidade de ouvir e dialogar directamente com professores provenientes de países estrangeiros, e, em particular, de países em situações ‘críticas’ para o estudo da Comunicação Internacional, em muito enriquece a experiência formativa dos estudantes, como se verificou nestes casos, em que houve várias perguntas da parte dos mesmos.

O número de estudantes inscritos nesta unidade curricular é, habitualmente, entre 80 e 90. Embora nem todos os estudantes venham a todas as aulas, estes números geram alguns desafios de gestão da interacção entre docente e estudantes mas, através do prolongamento de contactos no final das aulas e/ou em horários de atendimento, consegue-se, normalmente, fazer um acompanhamento individualizado dos estudantes.

Ao longo dos anos tem-se demonstrado mais útil marcar momentos variáveis para atendimento dos estudantes de forma personalizada, em função do interesse e das necessidades expressas pelos mesmos, do que definir um horário de atendimento fixo, de que muito poucos estudantes tiravam proveito. Ao longo das aulas e através da Blackboard (plataforma de e-learning utilizada na Universidade do Minho), a docente expressa a sua disponibilidade para esclarecer dúvidas, ajudar a resolver dificuldades encontradas e dar orientações bibliográficas e outras. Os estudantes são informados que podem, mediante marcação em aula ou via email, encontrar-se com a docente em dias/horas de mútua conveniência. Para além dos anúncios colocados na Blackboard, o email é uma forma de contacto frequente entre docente e estudantes, para os mais variados fins: informações/pedidos de informação, envio de documentação, esclarecimentos, etc.

Para apoio ao estudo dos estudantes e à realização de trabalhos, é disponibilizada a bibliografia específica para cada ponto do programa que é indicada no documento em anexo (ver **Apêndice II**). Para além disso, ao longo do semestre vão sendo indicadas obras de referência que permitem o aprofundamento dos conteúdos programáticos da unidade

curricular. Os estudantes são ainda aconselhados, individualmente ou em grupo, relativamente à bibliografia relevante para temas concretos que sejam objecto de um trabalho ou que correspondam a um interesse pessoal. A docente disponibiliza aos estudantes, em formato electrónico, via Blackboard, todas as apresentações que faz nas aulas sobre os temas do programa.

Tendo um semestre 15 semanas lectivas e contando a unidade curricular com o mesmo número de aulas, a programação da leccionação corresponde a entre duas a três aulas para cada um dos cinco capítulos 'substantivos' do programa (ou seja, exceptuando o de introdução). Duas aulas são utilizadas para a realização dos testes escritos que constituem instrumentos de avaliação. Calcula-se que o tempo extra-lectivo que os estudantes devem dedicar à unidade curricular, tanto para a realização de trabalhos como para a preparação para o teste, é de 4-5 horas semanais.

5. Metodologias de Avaliação

A avaliação da aprendizagem visa aferir os níveis de desempenho dos estudantes no que diz respeito a conhecimentos e competências específicas de uma determinada unidade curricular face aos objectivos definidos e aos resultados de aprendizagem esperados. Esta concepção da avaliação, que parece inteiramente adequada, está consagrada no RAUM, que enquadra, na Universidade do Minho, tal processo.

O artigo 140.º do RAUM estipula que os instrumentos de avaliação da aprendizagem são de natureza diversa, devendo estar definidos no Dossiê de Unidade Curricular. Elenca os seguintes, 'entre outros:

- a) Exame escrito, oral ou prático;
- b) Testes escritos, orais ou práticos;
- c) Trabalhos escritos ou práticos, bem como projetos, individuais ou de grupo, e portefólios, que podem ser discutidos oralmente com os estudantes;
- d) Participação nas atividades letivas;
- e) Relatórios de estágio, trabalhos de projeto, dissertações e teses.'

Neste contexto, nos anos lectivos mais recentes, têm vindo a ser adoptados os seguintes instrumentos de avaliação para esta unidade curricular: dois testes escritos e um trabalho de

grupo. Tal configura, nos termos do RAUM, uma avaliação de natureza periódica³. Este plano de avaliação é apresentado aos estudantes na primeira aula da unidade curricular (ver **Apêndice III**), promovendo-se o diálogo sobre aquilo que é proposto.

Passa-se a explicar em que consistem e em que moldes são implementados os instrumentos de avaliação escolhidos.

a) Testes escritos

Os testes escritos realizam-se em datas a marcar antes do início de cada semestre em reunião com todos os docentes de cada ano curricular da Licenciatura em Ciências da Comunicação, no sentido de evitar sobreposições e cargas excessivas de trabalho em determinados períodos. Tendencialmente, o primeiro teste ocorre cerca de seis semanas após o início do semestre e o segundo numa das últimas duas semanas de aulas. Cada teste tem tipicamente 20 perguntas de escolha múltipla (ou outro modelo semelhante como verdadeiro-falso e múltipla resposta) e duas perguntas de desenvolvimento. Tais perguntas remetem, portanto, para uma análise relativamente aprofundada das questões colocadas, sendo os estudantes estimulados a colocar várias perspectivas teóricas em confronto e a exercitar as suas competências analíticas e críticas sobre o que é perguntado. As perguntas são, naturalmente, relativas aos conteúdos programáticos tratados nas aulas até ao momento do teste.

b) Trabalhos de grupo

É solicitado aos estudantes que, no decurso das aulas, apresentem oralmente um trabalho de grupo. Trata-se de uma breve caracterização e análise de um meio de comunicação estrangeiro, entidade ou outro tipo de iniciativa ou caso indicado pela docente (ver **Apêndice IV**).

A docente começa por explicar os objectivos de cada trabalho e fornece um conjunto de indicações, tão claras como possíveis, sobre as etapas a seguir (ver **Apêndice V**). Os exercícios são realizados em grupos de quatro pessoas. A constituição dos grupos é voluntária e acontece normalmente nas primeiras duas semanas de aulas. O trabalho é

³ O artigo 138.º dita que a 'avaliação da aprendizagem dos estudantes é efetuada: a) Em permanência - avaliação contínua, para diagnosticar e monitorizar o percurso formativo dos estudantes e fornecer informação, a professores e estudantes, que lhes possibilite melhorar continuamente o ensino e a aprendizagem;

b) Em momentos pontuais, predeterminados - avaliação periódica, com fins essencialmente sumativos, que visa a aferição dos níveis de desempenho alcançados pelos estudantes face aos resultados esperados de aprendizagem estabelecidos na UC.'

apresentado oralmente, num máximo de dez minutos, mediante calendário definido no início do semestre. Após a aula em que faz a sua apresentação, cada grupo deverá submeter na Blackboard os materiais de suporte à sua apresentação (por ex. apresentação Powerpoint).

A apresentação de cada trabalho é calendarizada em função da sua conexão com os temas do programa. Assim, por exemplo, o trabalho sobre os *Reporters Sans Frontières* é agendado imediatamente a seguir ao ponto do programa intitulado “Situação da informação em diferentes países e regiões do mundo”, uma vez que esse organismo elabora análises anuais da comunicação e informação em cada país e um ranking sobre liberdade de imprensa. Já o canal de televisão *China Global Television Network* é apresentado pelos estudantes na sequência do ponto “Os media e as políticas externas dos Estados”, já que essa estação de televisão tem objectivos estratégicos de influência política e cultural a nível internacional.

A classificação final dos estudantes resulta de uma média ponderada dos diferentes elementos de avaliação. Cada teste tem uma ponderação de 45% e o trabalho de grupo uma ponderação de 10%. A aprovação na unidade curricular requer uma classificação mínima de 8 valores em cada elemento de avaliação.

Para além destes três instrumentos de avaliação, são valorizadas a assiduidade e a participação dos estudantes nas aulas e tidas em conta como factores de ponderação positiva na classificação final. Tal significa que, apesar de não ser atribuída uma classificação a estes aspectos, a docente pode subir a classificação final em até um valor como forma de valorização de um bom nível de assiduidade e participação nas aulas por parte do estudante.

Tal como previsto no RAUM (art. 143.º), a unidade curricular contempla também a realização de um exame final e de um exame de época especial. O exame final funciona, predominantemente, como instrumento de avaliação de recurso (ou seja, para quem não obteve aprovação na avaliação realizada ao longo do semestre).

II PARTE: CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E BIBLIOGRAFIA

A segunda parte deste relatório é aquela que mais substantiva, apresentando em detalhe os conteúdos programáticos de Comunicação Internacional e as leituras fundamentais para cada capítulo do programa. No final, são listadas as referências bibliográficas, a que se seguem apêndices e anexos.

1. Introdução

Na abertura do semestre, é feita a introdução ao programa da unidade curricular, bem como a apresentação dos seus objectivos/resultados de aprendizagem e métodos de avaliação. São também trazidos para a primeira aula alguns exemplos de textos mediáticos (tipicamente multimodais) como inspiração para questões a desenvolver ao longo do funcionamento da unidade curricular.

1.1. Apresentação da unidade curricular, do programa e do plano de avaliação

Satisfazendo a curiosidade dos estudantes sobre as questões a abordar nesta unidade curricular, por um lado, e procurando gerar novas interrogações e aumentar o interesse, por outro, começa-se, na primeira aula, apontar alguns casos e situações da actualidade que possam ilustrar os temas e problemas de Comunicação Internacional.

De seguida, faz-se uma apresentação geral do programa com uma indicação sumária do que será estudado em cada capítulo. Na primeira aula, é também dado a conhecer o plano de avaliação proposto para a unidade curricular e dialoga-se com os estudantes sobre a adequação e exequibilidade do mesmo. No sentido de definir um quadro de regras e expectativas mútuas tão claro quanto possível, na primeira aula procura-se discutir com os estudantes questões como a assiduidade e participação nas aulas, e reflectir sobre alguns princípios éticos fundamentais, como a originalidade e honestidade no trabalho académico.

A nível teórico, a primeira questão que se considera importante abordar com os estudantes é o papel que os media jornalísticos e outros meios e práticas de comunicação têm na construção social da realidade. Para tal, recorda-se aspectos já tratados noutras unidades curriculares relativamente à comunicação social como fonte de ‘imagens’,

informações e ideias sobre o mundo que nos rodeia, e as relações entre ‘realidade’, ‘realidade construída e mediatizada’, e ‘realidade percebida’. Citando noções como a de que ‘vivemos em mundos em segunda mão’ (Wright Mills, 1967) ou a de que há diferenças entre ‘The World Outside and the Pictures in Our Heads’ (Lippman, 1922/1960), recorda-se a importância dos media para as nossas percepções da realidade e para os nossos mapas mentais, particularmente no que diz respeito a realidades distantes.

Procura-se que os estudantes vejam o discurso mediático como uma construção, trabalhando também com notícias da actualidade como exemplos. Fornecendo (ou recordando) algumas pistas para a análise dos media (e.g. van Dijk, 1988; Bell, 1991), sugere-se a realização do exercício seguinte com meios de comunicação sediados em diferentes regiões do mundo e com orientações político-ideológicas distintas.

EXERCÍCIO EM AULA

1. Consultar a página web dos órgãos de comunicação social listados abaixo:

- Al-Jazeera: <http://english.aljazeera.net/>
- Fox: <http://www.foxnews.com/>
- The Guardian: <https://www.theguardian.com/world>
- People’s Daily: <http://english.peopledaily.com.cn/>

2. Ler as três notícias mais destacadas na secção internacional

3. Identificar os principais temas e actores dessas notícias

4. Apresentar as conclusões relativamente a um órgão de informação (relator rotativo de cada grupo⁴).

A propósito das conclusões apresentadas pelos estudantes, evocam-se questões como critérios de noticiabilidade, políticas editoriais, pressões e condicionalismos que inpedem sobre os profissionais de informação, e menciona-se algumas obras clássicas nos estudos da comunicação e dos media (Galtung & Ruge, 1965; Gans, 1979; Neveu, 2005; Tuchman, 1978). Refere-se, também, a existência de influências mútuas entre o sistema mediático e o sistema político (e.g. Mesquita, 1995; Wolf, 1987). Sendo meramente exploratório, este

⁴ Um relator de cada grupo apresenta as principais conclusões em cerca de três minutos. Tal relator é rotativo, o que significa que todos os membros do grupo deverão fazer uma destas breves apresentações orais. Procura-se cultivar uma atitude de co-responsabilização de todos os estudantes no sentido de assegurar a divisão equitativa de trabalho no seio de grupo.

exercício permite começar a apreender a mediatização da realidade internacional de forma comparativa e a desenvolver competências de escrutínio da mesma.

2. Estruturas e Fluxos na Comunicação Internacional

Este capítulo do programa visa apresentar e caracterizar os principais actores na comunicação internacional, considerando tanto actores estatais como não-estatais. Neste capítulo, analisa-se também os fluxos da comunicação e as críticas ao sistema internacional de circulação da informação que foram formuladas ao longo do século XX no quadro da UNESCO e do Movimento dos Não-Alinhados. Neste contexto, discute-se a noção de ‘imperialismo cultural’.

O que se pode entender por ‘comunicação internacional’ remete, obviamente, para uma leitura multidimensional e multifacetada, com expressões no campo da economia, das migrações e da cultura, entre muitos outros. Mowlana (1997) dá um contributo importante para uma análise integrada de vários tipos de fluxos internacionais, analisando o papel dos media, bem como referindo outro tipo de interacções, tais como o turismo internacional, a internacionalização das indústrias culturais, do cinema à literatura, da arte à música, e os impactos das tecnologias de comunicação por satélite. Nesta unidade curricular, privilegia-se o papel dos media, em particular, na sua dimensão informativa sobre a actualidade/realidade internacional, embora sejam também analisados, em termos breves, conteúdos mediáticos de outro teor (e.g. ficcional) e algumas indústrias culturais.

Referindo aquilo que Cohen (1963) designou como a ‘map-making function’ dos media, começa-se por salientar a particular importância que os mesmos têm para termos acesso a informação sobre os outros países que, estando fisicamente mais distantes de nós, menos probabilidade temos de conhecer por experiência directa. Sugere-se aos estudantes que pensem nas temáticas e nas regiões do mundo de que, habitualmente, mais ouvem falar. E também no contrário: das que estão mais ausentes dos media. Quais são as zonas iluminadas e as zonas sombrias do mundo?

Para ilustrar a importância e a prevalência histórica destas questões, são mostrados os mapas elaborados por Gerbner e Marvany em 1977 sobre o peso relativo das diferentes regiões do mundo nos jornais de diferentes países e questiona-se se tais mapas ainda farão sentido no presente. Nesse trabalho fundacional, Gerbner e Marvany mostraram diferenças e semelhanças entre a cobertura da actualidade internacional por parte de jornais nos EUA, na União Soviética, na Europa Ocidental e nalgumas partes do ‘Terceiro Mundo’. Os mapas

que apresentam no seu artigo, e que são mostrados em aula, são uma clara ilustração visual dos desequilíbrios na informação internacional. Tais mapas dão conta de uma sobre-representação da Europa Ocidental, por um lado, e de uma enorme sub-representação de África, bem como de algumas partes da Ásia, por outro, na imprensa de todas as regiões do mundo. Para além disso, ilustram as distintas visões do mundo construídas pela imprensa de diferentes regiões: por exemplo, a pouca expressão que a União Soviética tinha nos jornais dos países ocidentais nos anos 1970, sendo muito maior da parte da imprensa do chamado 'Terceiro Mundo'.

A distribuição internacional dos fluxos de informação/comunicação⁵ é profundamente diversa, com uma clara assimetria entre os dois hemisférios, bem como importantes diferenças no plano das longitudes terrestres. Sendo esta uma questão historicamente muito importante no domínio da disciplina de Comunicação Internacional, a sua actualidade e pertinência foram recentemente confirmadas por Guo & Vargo (2020). O estudo mostra que os países mais poderosos (a vários níveis) continuam a ter uma maior influência sobre as agendas mediáticas internacionais. Ao mesmo tempo, porém, também indica que o sistema de circulação global de notícias é actualmente mais multidireccional e fluido do que há algumas décadas atrás, como será aprofundado mais abaixo.

A monitorização dos actuais fluxos comunicacionais (ou de dados) a nível mundial é uma tarefa de extraordinária envergadura. Mesmo assim, algumas iniciativas ambicionam fazê-lo, como é o caso do projecto GDELT (Global Database of Events, Language, and Tone), que procura rastrear conteúdos mediáticos de múltiplos tipos: 'GDELT relies on hundreds of thousands of broadcast, print, and online news sources from every corner of the globe in more than 100 languages' (GDELT, 2024). Recorrendo a computação intensiva, e com o apoio da Google e outras grandes empresas, procura não apenas *descrever* e *catalogar* tendências, mas também *avaliar* essas tendências globais e os riscos que podem implicar, ou seja, procurar ter um valor preditivo, o que é manifestamente difícil. Nas aulas são usados gráficos produzidos por este projecto (e outros) para ilustrar os processos de circulação da informação a nível internacional e alguns padrões.

Compreender os fluxos internacionais de informação é, em primeiro lugar, compreender quem produz e gere os conteúdos que circulam internacionalmente. Trata-se de identificar e conhecer algumas características básicas dos principais actores nestes processos. Neste contexto, procura-se mapear e analisar alguns aspectos das mais importantes agências

⁵ Referimo-nos aqui a fluxos de dados com valor de informação sobre a actualidade e também a outros conteúdos comunicacionais e mediáticos, como filmes, programas de entretenimento, música, etc. Para efeitos de simplificação, usaremos tendencialmente a expressão 'fluxos de informação' neste documento.

noticiosas internacionais, dos maiores grupos empresariais no campo da comunicação e dos media, e dos organismos internacionais mais relevantes.

2.1. Agências noticiosas, grupos empresariais e outras organizações

Este módulo do programa visa identificar e reflectir sobre os principais actores na comunicação internacional (para uma síntese e categorização dos vários tipos de actores aconselha-se a leitura de Hamelink, 1994). Começa-se por uma análise das três principais agências noticiosas actualmente – Associated Press, Reuters e Agence France Press – e uma breve análise do seu historial e as suas esferas de influência (e.g. Boyd-Barrett & Rantanen, 1998).

A Agence France Press foi, das três, a primeira a ser criada. Corria o ano de 1835 e a agência surgiu com o nome do seu fundador, Havas⁶. Historicamente, foi particularmente influente nos países francófonos e com relações históricas e culturais com França. Actualmente, divulga informação para todo o mundo em seis línguas e tem 2400 funcionários (2023). A Agence France Press é, em parte, propriedade do Estado francês mas os seus estatutos consagram a sua independência face ao mesmo.

Fundada em 1848, a Associated Press conta actualmente com cerca de 3300 funcionários. Entre os seus clientes/subscritores contam-se milhares de jornais e cadeias de rádio e de televisão nos EUA e no resto do mundo. A Associated Press é uma instituição sem fins lucrativos, mais especificamente uma cooperativa, de que fazem parte múltiplos meios de imprensa dos EUA.

Com uma gestão empresarial, a Reuters representa um modelo diferente. Foi fundada em Londres, também em meados do século XIX (em 1851, mais precisamente), pelo alemão Paul Julius Reuter e conta hoje com mais de 3000 jornalistas e fotojornalistas. A sua área de ‘penetração’ foi historicamente mais forte nos países que fizeram parte do império britânico. Uma grande parte das suas receitas provem actualmente da informação financeira que divulga a uma enorme variedade de instituições em todo o mundo. Em 2008, o Reuters Group PLC fundiu-se com a Thomson Corporation formando a Thomson Reuters Corporation e assim aumentando a dimensão e diversificando as áreas de actuação.

São ainda de referir alguns casos de outras agências noticiosas que, por diferentes razões, assumiram relevância no panorama internacional. Durante uma boa parte do século passado, a ITAR-TASS teve um nível de influência internacional idêntico ao das agências referidas acima. Baseada na União Soviética, e então designada TASS, esta agência fornecia

⁶ Trata-se, mais precisamente, do francês Paul Havas.

informação aos países associados ideologicamente à URSS, tanto na Europa de Leste como no resto do mundo. Com o fim da Guerra Fria, a agência perdeu muita da sua influência internacional. Nas últimas décadas, com a ascensão económica e política da China e a sua crescente afirmação na comunidade internacional, a agência XINHUA tornou-se bastante mais importante internacionalmente. Por exemplo, no continente africano investiu fortemente no crescimento das suas delegações, no fornecimento de conteúdos a meios de imprensa e no apoio técnico e formação a jornalistas africanos (Xin, 2009).

Para além das agências enunciadas acima, é habitualmente analisada com os estudantes a agência Inter Press Service. Surgida da aliança entre um jornalista italiano e um cientista político argentino em 1964, a Inter Press Service procura oferecer uma alternativa à informação produzida pelas maiores agências mundiais. Assumindo muitas das prioridades dos Países em Vias de Desenvolvimento (por muito diversa que seja esta categoria, como será discutido mais abaixo), a agência tem uma preocupação expressa com questões como o desenvolvimento económico e social, o ambiente, a globalização e a sociedade civil. Pretende aumentar a visibilidade das regiões do mundo que estão mais ausentes da Comunicação Internacional, nomeadamente a África, a América Latina, o Sudeste Asiático e outras partes do mundo. A agenda e os objectivos da Inter Press Service encontram eco em muitos analistas que, desde pelo menos a década de 70, se preocuparam com as implicações para o chamado ‘Terceiro Mundo’ e para o mundo em geral do domínio internacional da informação pelas grandes agências (e.g. Musa, 1990). No sentido de tornar mais concretas todas estas questões, habitualmente sugere-se aos estudantes que realizem a actividade apresentada abaixo.

ACTIVIDADE EM AULA

1. Consultar os sites das três maiores agências noticiosas internacionais – Agence France Press, Associated Press e Reuters – e da Inter Press Service, analisando como se apresentam e os conteúdos noticiosos que oferecem.
2. Comparar os objectivos, práticas e posicionamentos das três primeiras com os da última.

Intervenções voluntárias dos estudantes em aula.

Análises mais recentes sugerem que a representação do mundo pelas três maiores agências noticiosas (Associated Press, Reuters, e Agence-France Presse), sediadas nalguns dos países

mais ricos do mundo, continua a ser marcada por significativas assimetrias. De notar, porém, que o chamado Ocidente perdeu peso enquanto objecto de atenção (Ambroggi-Yanson, 2010). Outras eventuais distorções na informação internacional resultam da valorização porventura excessiva do imediatismo, com as chamadas ‘breaking stories’ a ocupar um espaço muito importante na cobertura por estas agências (ibid.)

Após a análise das grandes agências internacionais e do seu impacto ao nível dos fluxos internacionais de informação, voltamo-nos para o fenómeno da concentração da propriedade nos media. São referidos alguns dados relativos aos maiores grupos empresariais mundiais na área da comunicação, nomeadamente a Walt Disney, a COMCAST, a Warner Bros. Discovery e a Paramount Global, que operam nos domínios da informação noticiosa, do entretenimento e da edição, entre outros. A Bertelsmann é apresentada como um dos poucos grupos europeus (sediado na Alemanha) com um perfil semelhante. De particular relevância no campo jornalístico é a News Corp (News Corporation até 2013), que detém jornais e revistas em múltiplos países. Para além destes grupos, normalmente designados ‘media conglomerates’, que têm uma orientação mais marcada para o domínio jornalístico e de conteúdos de ficção, é também brevemente descrito o perfil dos grandes conglomerados mais recentes, que surgiram a partir do digital, nomeadamente as chamadas ‘big five’: Alphabet/Google, Amazon, Apple, Meta e Microsoft.

As mudanças trazidas pelas redes sociais digitais para os modos de acesso e consumo de notícias são também brevemente discutidas, em particular os desafios associados à chamada ‘plataformização da informação’, que se refere à dependência dos meios de informação relativamente a plataformas como o Facebook. Apesar das tentativas das empresas jornalísticas de encontrar alternativas (e.g. Meese & Hurcombe, 2021), o número de pessoas no mundo que usa plataformas digitais para acesso a informação noticiosa continua a aumentar (Newman, 2023), e tais plataformas continuam a exercer vários tipos de poder, incluindo formas de influência e controlo associadas a factores geopolíticos (e.g. Hartley et al., 2023).

O leque de questões e implicações da dependência destas plataformas e das grandes empresas que as detêm, constantemente comodificando os dados relativos a interações sociais, é vasto. Como sugerido num recentemente por Álvares e Üzelgün (2024: iv) é importante investigar ‘the extent to which platformed interactions impact interpretative, representational, discursive, and rhetorical practices, shaping public opinion and the formation of citizenship’.

No sentido de estimular o desenvolvimento de competências de análise e de crítica do discurso mediático *mainstream*, e em especial o de órgãos associados a grupos multimédia como os referidos acima, aconselha-se aos estudantes a consulta de vários recursos online que vão desde media considerados ‘alternativos’, a media participativos e a projectos que desenvolvem uma vigilância e denúncia dos media dominantes.

SUGESTÃO DE EXERCÍCIO COMPLEMENTAR

1. Consulte os recursos online a seguir indicados relativos a ‘media watchdogs’ - instituições/projectos que fazem ‘vigilância’ dos media:
 - Media Lens: www.medialens.org
 - FAIR – Fairness & Accuracy in Reporting: fair.org
2. Procure responder às questões seguintes (apresentação oral e redacção de uma página com principais conclusões)
 - Qual é a sua missão/finalidade da instituição/projecto estudado?
 - Quem a gere/produz conteúdos?
 - De que modo opera/o que faz?
 - De que forma contribui para um espaço público mais participado?

Finalmente, neste módulo do programa, focamo-nos nas principais organizações internacionais que marcam a área da comunicação e informação (ver e.g. ANACOM, 2024). O maior destaque vai para a UNESCO. É feita uma breve apresentação da sua acção no campo da comunicação e remete-se uma análise mais detalhada para o módulo do programa que vem imediatamente a seguir. É também apontada a importância da União Europeia⁷ e da União Europeia de Radiodifusão nestes domínios e é ainda feita uma breve referência ao papel regulador da União Internacional das Telecomunicações e da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (ITSO).⁸ No que diz respeito ao espaço da Internet, ressalta-se o Fórum de Governança da Internet e algumas das principais questões que o ocupam, como cibersegurança, acesso e confiança. Regressa-se a esta questão mais abaixo, juntamente com a discussão do papel da UNESCO ao nível das relações Norte-Sul.

⁷ A autora deste relatório produziu, nos anos 90, uma análise relevante para esta temática (Carvalho, 1994). Mais recentemente, pode ser referido, entre outros, o trabalho de Grisprud (2007).

⁸ Originalmente INTELSAT, tendo o fornecimento de serviços de comunicações por satélite sido privatizados em 2001 e a actualmente à empresa Intelsat SA.

Com relevância para este módulo do programa, existe uma vasta bibliografia, estando um número muito significativo de obras disponível nas bibliotecas da Universidade do Minho. Alguns destes trabalhos reflectem sobre várias dimensões da organização estrutural da comunicação e suas implicações (e.g. Sreberny-Mohammadi et al., 1997). Outras obras são mais específicas, como a de Flychy (1982) sobre as ‘multinacionais do audiovisual’, com interesse, apesar de muito datada; a análise de Fournoy (1997) sobre a CNN na década em que esta estação foi considerada mais influente politicamente; e a de Herman e McChesney (1997) sobre os ‘media globais’ e o seu modo de operação. A obra de McPhail (2002/2019) debruça-se sobre uma variedade de agências, empresas e grupos mediáticos, na área da informação, da publicidade e do entretenimento, bem como sobre as organizações internacionais mais relevantes nesta área. O trabalho de Comor (1996) integra a análise de casos concretos com uma abordagem mais conceptual sobre a economia política da comunicação internacional. Nesta linha, pode também ser referida a investigação de Sousa (2005) e Sousa e Bolaño (2004), com particular relevância para o caso português. Chakravartty e Sarikakis (2006) inscrevem-se numa linha de análise transversal das políticas de comunicação, com uma combinação de perspectivas políticas, económicas, sociais e normativas a diferentes escalas (incluindo a transnacional). As obras de Mansell e Raboy (2011) e de Winseck e Jin (2013) apontaram importantes transformações nas estruturas e nas políticas mediáticas em diferentes partes do mundo.

Na última década, as tecnologias digitais têm merecido um acentuado interesse da parte dos investigadores que se ocupam da economia política da comunicação e dos media. O impacto de plataformas digitais tem sido notável quer em termos económicos quer em termos das mudanças sociais que têm induzido. Tais mudanças vão da leitura de notícias (e.g. via Facebook) aos meios de transporte (Uber) e de alojamento (AirBnB), e misturam valor público e privado (van Dijck, Poell & De Waal, 2018). Tendências para a dataficação das interações comunicacionais e para a sua comodificação são sinónimo de oportunidades de negócio mas também de riscos complexos. O fenómeno da plataformização de bens e/ou serviços, e a sua ligação a redes e comunidades, continuará certamente a ser objecto de pesquisa no futuro próximo (e.g. van Dijck, 2021).

Ao mesmo tempo, no quadro de mudanças tecnológicas e sócio-culturais aceleradas, emergem importantes necessidades de regulação no sentido de proteger a neutralidade da Internet e a privacidade dos dados, bem como de promover a responsabilidade na gestão e moderação de conteúdo por parte da chamada BigTech e de outros (Haggart, Tusikov, & Scholte, 2021). O incremento massivo de práticas de desinformação no espaço digital e as

suas consequências para a qualidade das democracias, por exemplo, requerem, mais do que nunca, políticas adequadas (Tenove, 2020). A recente expansão da Inteligência Artificial (e a emergência da Inteligência Artificial Generativa) traz consigo um enorme potencial de inovação e de benefício mas, ao mesmo tempo, de manipulação e de dano, e aprofunda a necessidade de constante análise crítica dos ecossistemas comunicacionais e mediáticos por parte de investigadores e professores de Ciências da Comunicação (e.g. Jones, 2024; Taeihagh, 2021).

2.2. Relações Norte-Sul e a noção de imperialismo cultural

Pretende-se, nesta parte do programa, pensar a geografia e a política dos fluxos de informação, com os seus centros e periferia (e.g. van Ginneken, 1998), e o modo como evoluiu nas últimas décadas.

O papel dos media nos processos de desenvolvimento foi largamente debatido desde a década de 50 do século passado, período em que ganharam expressão intelectual e política algumas ideias sobre: a) a forma como as sociedades se deveriam desenvolver e as funções da comunicação social nesse processo; b) o conteúdo das informações mediáticas e o seu impacto; c) a organização das instituições ligadas aos media, etc. Os estudos clássicos de Daniel Lerner (1958), Wilbur Schramm (1964) e Everett Rogers (1962) são excelentes representantes do modelo de comunicação e desenvolvimento que, considerando os media como (automaticamente) geradores de progresso, defende que desempenham um papel positivo no desenvolvimento económico, social e político das sociedades. Mas outro modelo, radicalmente diferente, marcou também a história da teorização sobre os media nas relações ‘Norte-Sul’: trata-se do modelo do imperialismo cultural que considerava que os media eram portadores de valores ocidentais que iriam conduzir ao ‘esmagamento’ das outras culturas – ou, pelo menos, a significativas influências culturalmente opressivas.

As aulas deste módulo são introduzidas com uma breve explicação dos temas e problemáticas a abordar. No sentido de clarificar a expressão ‘relações Norte-Sul’ é apresentado aos estudantes um mapa mundi em que Marcial Murciano (1992) traçou uma linha que separa os EUA do México e de toda a América Central e do Sul e que, atravessando o Atlântico, coloca em lados diferentes a Europa e África. Na Ásia, o subcontinente indiano, todo o sudoeste asiático e uma boa parte da China surgem no ‘Sul’, enquanto o Japão e, muito mais abaixo, a Austrália e a Nova Zelândia são colocados do lado ‘Norte’ com uma inflexão dramática da fronteira desenhada por Murciano. A expressão ‘Sul Global’, que tende a ser preferida actualmente, é também referida (Dados & Conwell, 2012).

De seguida, pede-se aos estudantes que reflitam sobre as imagens mentais que têm do Sul Global e que façam também a análise do cartoon referido abaixo.

ACTIVIDADE EM AULA

Analisar e comentar um cartoon (fonte: Godeau, 1992) que representa um homem de meia idade sentado numa poltrona, de roupão, com cigarro na boca e copo e garrafa ao lado. Tendo sido o cartoon publicado numa revista francesa, e apresentando o homem uma boina basca na cabeça, facilmente se identifica o mesmo como francês. À sua frente está um objecto que cruza traços de um televisor, uma janela, uma porta e um biombo. Atrás deste objecto vão desfilando figuras humanas idênticas - negras, magras e tristes – que apenas se diferenciam pelos sinais que cada uma empunha e que dizem ‘Mozambique’, ‘Somalie’ e ‘Rwanda’.

Esta actividade motiva, normalmente, uma discussão muito rica sobre o modo como o continente africano é representado nos media – a homogeneização e a estereotipização, a distorção e o ‘Afro-pessimismo’ –, e também sobre a distância psicológica que os cidadãos dos países ricos muitas vezes sentem em relação aos cidadãos africanos. Reflete-se sobre o modo como a exposição repetida a notícias exclusivamente trágicas sobre esse continente gera mecanismos de insensibilização (e até de indiferença). Um outro aspecto importante que é notado é que, apesar da imagem ter mais do que três décadas, continua a encontrar correspondência na actualidade. Em contraste, é mostrado o site Everyday Africa⁹ que apresenta fotografias do ‘dia-a-dia’ nas múltiplas regiões e culturas do continente africano, construindo uma imagem multifacetada dessas realidades, ‘to broaden perception of Africa beyond the headlines’ (Everyday Africa, 2024).

Daqui, parte-se para uma reflexão sobre a história das reivindicações por uma Nova Ordem Internacional da Comunicação e da Informação (NOICI) e o papel dos dois principais fóruns de debate sobre esta questão: a UNESCO e o Movimento dos Não Alinhados. A história e os contextos do debate associado à NOICI são detalhados, por exemplo, por Boyd-Barrett (2002), que se refere à NOICI como um ‘protesto’ (sobretudo dos países em vias de desenvolvimento) que se mantém relevante (idem: 325). O principal texto de apoio fornecido aos estudantes para este ponto do programa da unidade curricular, de Brendebach (2021), põe a tónica na questão da soberania sobre as questões culturais e comunicacionais como algo que esteve no centro deste processo.

⁹ <https://www.everydayafrica.org/>

Nos anos 50, era dominante na UNESCO o chamado ‘modelo da modernização’ que apostava na transferência de tecnologia e na difusão de modelos ocidentais nos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD). Por outro lado, era também profundamente influente a ideia ‘ocidental’ da ‘livre circulação internacional da informação’. A partir de finais dos anos 60 começam a registar-se algumas mudanças. Efectivamente, numa reunião de peritos que ocorreu em Montreal em 1969 foi denunciada a unidirecionalidade da informação – de Norte para Sul – e a centralização da produção e difusão no Norte. Foi também apontada a deformação frequente da imagem dos PVD na comunicação social. No seio da UNESCO, com o processo de independência de muitos países em África e na Ásia, foi aumentando o poder de mobilização dos PVD e foi crescendo a reivindicação de uma NOICI.

Em paralelo, no seio do Movimento dos Não-Alinhados foram emergindo críticas ao domínio económico e cultural do Norte sobre o Sul. Tal aconteceu, por exemplo na Quarta Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Países Não-Alinhados que teve lugar em Argel em 1973. Noutras cimeiras, foram assumidos colectivamente os objectivos de descolonizar a informação; estabelecer uma circulação da comunicação equilibrada e objectiva; afirmar da soberania nacional; e definir políticas de acção conjunta no campo da comunicação e informação (e.g. Murciano, 1992).

A par com a ideia de que a estrutura da economia internacional deveria ser profundamente alterada, dando origem a uma Nova Ordem Económica Mundial, foi ganhando força a ideia de que era igualmente necessária uma Nova Ordem Internacional da Comunicação e da Informação.¹⁰ Brendebach (2021) aponta três principais ordens de problemas. Em primeiro lugar, a existência de grandes disparidades na produção de conteúdos mediáticos por parte de países de diferentes regiões do mundo. Em segundo lugar, a disponibilidade e o acesso a notícias sobre diferentes partes do mundo: a comunicação estruturava-se segundo uma lógica ‘vertical’, da Europa para as colónias, em vez de fluxos ‘horizontais’ entre regiões do mundo fora da Europa. Esta situação ligava-se à dependência das grandes agências noticiosas internacionais (a Agence France Press, a Reuters e a Associated Press, e ainda a também americana United Press International e a soviética TASS). Em terceiro lugar, surgia a imagem dos PVD nas notícias que circulavam internacionalmente.

‘Studies held that international press reporting on these countries was dominated by a focus on all forms of crisis, political, economic or natural. In the absence of adequate means to influence the representation of their country in foreign media, governments

¹⁰ Reagindo à Declaração para o Estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional, adoptada em 1973 pela ONU, o então director-geral da UNESCO, René Maheu, apontou a omissão da ‘dimensão sócio-cultural do desenvolvimento’ (Brendebach, 2021: 110).

found it difficult to attract foreign investment or public interest. This also reflected on the self-perception of the countries, both politically and culturally, and on the public perception of their respective national governments.’ (Brendebach, 2021: 114)

Após fortes disputas ideológicas no seio da UNESCO, em que a URSS reivindicou um maior controlo estatal da informação com forte oposição de alguns países ocidentais, foi criada, em 1977, a Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, cujo trabalho conduziu à publicação do chamado ‘Relatório MacBride’ em 1980 (UNESCO, 1980). Este documento foi um importante marco na história da reivindicação por uma NOICI. As recomendações do ‘Relatório MacBride’ incluíam o reforço da independência e do auto-desenvolvimento dos PVDs no campo da comunicação; o reforço das suas capacidades ao nível da radiodifusão, das telecomunicações, das agências de imprensa; a resposta a necessidades fundamentais, incluindo maior investimento na ‘comunicação para o desenvolvimento’ (agricultura, saúde, educação, etc); o reforço da identidade cultural destes países (o fomento de políticas culturais que promovam a cultura e os valores próprios destes países); a formação dos profissionais dos media; e, finalmente, a democratização da informação, promovendo a participação de todos os cidadãos na sociedade e nos media.

O confronto ideológico entre as ideias promotoras da ‘livre circulação internacional da informação’, promovidas especialmente pelos EUA (em boa parte por razões económicas e estratégicas), por um lado, e a ideia da soberania do Estado sobre o campo da comunicação e da informação, promovidas pelos países recém-independentes e pela URSS, continuou a marcar fortemente as relações inter-governamentais no seio da UNESCO. Apesar do conceito de ‘free flow of information’ estar inscrito em muitos documentos e políticas da UNESCO, os EUA abandonaram a organização em 1983 por considerar que era dominada por interesses adversos.

As cimeiras do Não-Alinhados continuaram a apoiar a NOICI muito para além da publicação do ‘Relatório MacBride’ (e.g. Roach, 1990). Porém, já no início dos anos 90, tornava-se evidente a necessidade de repensar as análises da comunicação internacional no quadro do fim da Guerra Fria e deixar de conceber o ‘Terceiro Mundo’ como um conjunto uniforme de países:

‘It has become necessary not only to make empirical differentiation between regions and between nations within the respective entities of West/Third World, but also to distinguish the relations of force within each nation and their specific international connections.’ (Sinclair, 1990: 346)

A diferenciação real entre esse vastíssimo conjunto de países continuou ao longo das últimas décadas pelo que, em conjunto com os estudantes, se procura responder às

seguintes questões: Que progressos ocorreram no panorama mediático dos PVDs nas últimas décadas? Poderemos falar em liberdade de imprensa nos PVDs? Que diferenças existem entre eles? Teremos actualmente uma ordem mundial da comunicação e informação mais justa do que nos anos 70-80? A actividade seguinte revela-se, habitualmente, elucidativa.

ACTIVIDADE EM AULA

1. Pensar no que se sabe sobre os seguintes países:

Brasil
Burundi
Butão
Índia
México

2. Efectuar algumas pesquisas na Internet sobre os media e as indústrias culturais nesses países.

3. Reflectir sobre diferenças e semelhanças.

A conclusão desta reflexão é, inevitavelmente, que aquilo a que habitualmente se chama ‘Países em Vias de Desenvolvimento’ corresponde a quadros político-económico-culturais e a panoramas mediáticos muito diferentes. Em África, registaram-se, nas últimas décadas, melhorias significativas nalgumas regiões mas muitos países continuam a apresentar índices médios de acesso aos media muito baixos e uma fraca capacidade dos operadores privados. A importância do pluralismo e liberdade dos media africanos foi consagrada pela ONU na Declaração de Windhoek sobre a Promoção de uma Imprensa Africana Independente e Pluralista de 1991, bem como por outros organismos e iniciativas, como a Declaração Africana sobre Direitos e Liberdades na Internet de 2014. Porém, há, em muitos casos, sérias limitações ao exercício do jornalismo (problemas económicos, pressão política, perseguição), como indica o índice de liberdade de imprensa produzido anualmente pela organização Repórteres Sem Fronteiras¹¹, que é explorado em aula. São também apontados os casos de países africanos que constituem notáveis excepções, como Cabo Verde e Namíbia. Um conjunto de questões fundamentais continua a ser premente em muitos países africanos: a promoção da paz através dos media; a sensibilização e disseminação de

¹¹ <http://rsf.org>

informação sobre saúde (em particular, SIDA e malária); e o reforço do papel educativo dos media (convencionais e digitais). A este propósito, são dados a conhecer aos estudantes¹² iniciativas como a ‘Social Media 4 Peace’¹³, da UNESCO, que opera em diferentes regiões do mundo, incluindo vários países do continente africano, o programa ‘Talk Peace’ da agência CFI Développement Médias¹⁴, uma agência estatal francesa que apoia o desenvolvimento de meios de comunicação em PVD ou a Fondation Hirondelle¹⁵, suíça, cujo logo é ‘Media for Peace and Human Dignity’. Refira-se que todos estes projectos são liderados por actores externos ao continente africano. Ao mesmo tempo, tem crescido de forma muito significativa a formação de jornalistas nas próprias universidades e outros centros de formação africanos, como dá conta o relatório *Mapping Journalism Training Centres in Sub-Saharan Africa* (Finlay, 2020). Como exemplo da capacidade e dinamismo noutras áreas da comunicação que se pode encontrar em países africanos, é analisado o caso da indústria cinematográfica da Nigéria, o chamado ‘Nollywood’, cujo volume de produção é muito superior ao de Hollywood e só superado pelo da Índia (‘Bollywood’). Por fim, refira-se que, apesar da prevalência do ‘Afro-pessimismo’ durante muitos anos (e.g. De Beer, 2013), há sinais positivos de mudança relativamente à imagem de África nos media internacionais, embora ainda com bastantes condicionamentos (Bunce, Franks & Paterson, 2016; Ezeru, 2022; Nothias 2018)¹⁶. Mesmo assim, persistem muitos estereótipos, tanto nos media ocidentais como nos próprios media africanos em diferentes meios e plataformas (Pointer, 2023). Em termos de redes sociais, um dos estudos que é analisado no âmbito desta unidade curricular, sobre a representação de África no Youtube (Wall, 2009), mostrou que os conteúdos sobre os dois países analisados (Gana e Quénia) eram sobretudo produzidos por pessoas de países ocidentais, privilegiando o entretenimento e o turismo, o que equivale a uma imagem carente em autenticidade e diversidade.

Na Ásia, começa-se por notar a grande diversidade de situações políticas, económicas e socio-culturais. Pense-se, por exemplo, na China, na Índia, no Afeganistão e no Nepal. Vastos diferenciais separam os dois primeiros países e os dois últimos em termos de capacidade de produção e difusão de informação. No continente asiático, encontram-se, ainda, economias fortemente associadas a novas tecnologias, como é o caso de Taiwan ou da rica Singapura.

¹² De notar que alguns projectos promissores que foram emergindo nas últimas décadas, como o Pambazuka News (www.pambazuka.org), acabam por se esvanecer, por diferentes razões.

¹³ <https://www.unesco.org/en/tags/social-media-4-peace>

¹⁴ <https://cfi.fr/en/project/talk-peace>

¹⁵ <https://www.hirondelle.org>

¹⁶ Tem também havido um interesse crescente por estas questões, como pode atestar as revistas *African Journalism Studies* (Taylor and Francis), que surgiu na África do Sul, na década de 1980, com o título *Equid Novi*, e *Journal of African Media Studies* (Intellect).

No caso da Índia, o país mais populoso do mundo e com uma economia em grande crescimento, note-se a enorme pujança das indústrias culturais e da tecnologia (pense-se em Bollywood e no poderio informático deste país) a coexistir com situações de miséria material profunda. Nas aulas, é dado destaque à produção cinematográfica indiana, com particular influência em todo o sudoeste asiático e nas suas diásporas. Apesar de apresentar profundos desequilíbrios inter- e intranacionais, o espaço asiático está, hoje, no campo da comunicação e da informação, muito longe do estatuto periférico que em tempos teve (Keane, 2006). A emergência de operadores altamente poderosos a nível internacional, como a Alibaba, a que Steinberg, Mukherjee e Punathambekar (2022) designam de ‘megacorps’ no mundo digital, pode tornar essa parte do mundo ainda mais potente no plano global.

A posição subalterna do espaço latino-americano em termos comunicacionais no plano internacional, que historicamente inspirou influentes análises académicas (e.g. Pasquali, 1963), não encontra correspondência nos dias de hoje, apesar de várias fragilidades notadas abaixo. Nalguns países da América Latina, desenvolveram-se, ao longo de várias décadas, empresas e grupos multimédia com um enorme poder e dimensão em termos de volume de negócios, audiências e capacidade de produção e distribuição internacional. Destacam-se a Televisa (grupo mexicano) e o Grupo Globo (brasileiro), responsáveis pela maior parte das exportações televisivas da América Latina, sendo as telenovelas talvez o produto de entretenimento mais visto a nível mundial desde os anos 70 (tendo sido ‘inventadas’ no Brasil mas também massivamente produzidas e exportadas pelo México). Apesar deste poderio, há que notar assimetrias de vários tipos. Na América Latina Países, alguns países têm grandes dificuldades socio-económicas (ex. Honduras, Guatemala, Venezuela), com repercussões na relação das pessoas com a comunicação e a informação. Para além disso, em todo o continente existem grandes diferenças sociais a todos os níveis e também no acesso aos media. Subsistem aí problemas de acesso a educação, pelo que têm sido desenvolvidos alguns projectos educativos e culturais através dos media muito interessantes, de que é exemplo o Canal Futura (<https://futura.frm.org.br/>), no Brasil. Este e outros países latino-americanos têm também uma dinâmica muito forte de meios comunitários com um importante papel em termos sociais, culturais e políticos.

A propósito dos progressos registados na comunicação nos PVDs, analisa-se, por fim, com os estudantes o resultado de algumas acções da UNESCO (e de outras organizações internacionais), como a criação da ALASEI (Agência Latino-Americana de Serviços Especiais

de Informação) e a PANA (Agência de Notícias Pan-Africana). Em conclusão, muitas das questões debatidas no quadro da NOICI têm, ainda, acuidade pois persistem problemas estruturais e há grandes desigualdades. No entanto, os fluxos já não exclusivamente unidireccionais (Norte=>Sul), apesar de serem ainda desequilibrados. Há que destacar, neste quadro, o papel da economia global e o fenómeno da concentração de propriedade, com uma actuação global das grandes empresas.

Subjacente a todo o debate em torno da NOICI esteve o modelo ou 'tese' do imperialismo cultural. Esta proposta foi desenvolvida nos anos 70 sob influência de modelos estruturalistas (com alguma marca marxista), em que os PVDs ocupavam uma posição subordinada nos sistemas político e económico internacionais. Uma importante influência foi a Teoria do Sistema Mundo (World System Theory), tal como pioneiramente formulada por Wallerstein (1974), que sugere que o sistema capitalista molda as relações internacionais. A investigação sobre os padrões dos fluxos internacionais de notícias mostrou várias vezes que estes podem ser explicados por fatores estruturais que contribuem para que os EUA, por exemplo, tenham um 'valor noticioso' superior ao de outros países. Inspirada na Teoria do Sistema Mundo, esta perspectiva aponta para a importância do poder económico no campo da informação. Tal leva a que países centrais no sistema capitalista mundial atraiam mais atenção e obtenham mais atenção, internacionalmente, do que os países economicamente mais frágeis (Chang, 1998).

O modelo do imperialismo cultural aponta para a dominação cultural e ideológica do Norte sobre o Sul e via as indústrias culturais do Norte como uma ameaça à integridade cultural dos PVDs. Alguns dos autores mais marcantes nesta linha de análise foram Herbert Schiller (e.g. 1976) e Armand Mattelart (e.g. 1986) (cf. Tomlinson, 1991; Martín-Barbero, 1993; Golding & Harris, 1997). A ideia de que a expansão das (tele)comunicações serviu, essencialmente, os interesses das instâncias políticas e das grandes empresas norte-americanas, afectando negativamente a cultura de outros países, sobretudo países em vias de desenvolvimento, foi partilhada por analistas tanto do Norte como do Sul. Eudes (1984) referiu-se a esse processo como a 'colonização das consciências'.

A partir dos anos 80, muitas críticas foram surgindo relativamente a este modelo. Foi apontada a sua visão dicotómica do mundo e uma noção algo mecanicista de influência cultural e referido que não considera as forças e factores que operam a nível nacional e local e os fenómenos de resistência cultural. Em alternativa, foram-se desenvolvendo modelos que podem ser designados como 'culturalistas' ou participativos. Os autores mais

representativos desta linha são Jan Servaes (e.g. 1989), Majid Tehranian (e.g.1985) e Hamid Mowlana (e.g. Mowlana & Wilson, 1988). Rejeitaram a relevância universal de modelos da modernização e do imperialismo cultural e defenderam um ‘outro’ desenvolvimento: endógeno e auto-sustentado, em defesa da soberania nacional, com promoção das identidades sociais e culturais das nações, com o fomento das formas de expressão e criatividade locais, o incentivo a formas participativas de desenvolvimento, o fomento de estratégias dialogantes de comunicação e uma ‘democracia participativa’.

O impacto global dos media sobre cultura e identidade não é de todo linear (e.g. Kellner, 1995; Chitty, 2002; Schneider & Wallis, 1988)¹⁷. Os media e as tecnologias de comunicação e informação potenciaram novos espaços de interacção socio-cultural, não condicionados pelas fronteiras dos Estados. Mas há também tendências contrárias à globalização e forças centrípetas (tribalismos/nacionalismos) para as quais os media e as referidas tecnologias também têm um papel importante.

Apesar de ser fundamental evitar visões deterministas relacionadas com a tecnologia, a política, a cultura e a economia, há que referir que continua a existir uma relação muito importante entre o sistema internacional de circulação da informação e a estrutura político-económica do mundo. Algumas ideias provenientes do ‘velho modelo’ do imperialismo cultural tem ainda uma afirmação significativa. Apesar de existirem outras influências a marcar a circulação internacional da informação, o desenvolvimento económico tem sido repetidamente evidenciado como o factor determinante (Kim & Barnett, 1996). Segev (2016) mostrou como o poder económico se correlaciona positivamente com os fluxos informativos; do mesmo modo, os países maiores tendem a obter mais atenção do que os mais pequenos, embora existam excepções. A proximidade geográfica e as relações políticas, económicas e culturais são também factores importantes (Segev, 2016).

Cobrindo 67 países, um estudo por Guo e Vargo (2020) envolveu uma análise multifatorial das relações entre países no que diz respeito a cobertura noticiosa e concluiu que os países mais poderosos continuam a ser dominantes na definição das agendas internacionais. No entanto, esta pesquisa mostrou também que alguns países mais pequenos, como a Suíça e a Nova Zelândia, conseguem obter um grau significativo de influência, sugerindo que existem oportunidades simbólicas importantes para países de menor dimensão (a vários níveis). Guo e Vargo (2020) demonstraram a ocorrência de fluxos multidireccionais e de interconexões diversas entre os media de vários países, indicando uma complexificação dos circuitos informacionais face ao que se passava até às últimas décadas do século XX. Mesmo

¹⁷ Os efeitos da globalização na cultura foram amplamente discutidos por Tomlinson (1999) e a questão dos processos de homogeneização e heterogeneização foi analisada, entre outros autores, por Rantanen (2005).

assim, há continuidades cruciais. Para além do poderio económico, a dimensão populacional, as relações culturais e a proximidade geográfica permanecem como factores críticos. Para além da visibilidade dos diferentes países nas notícias, o estudo determinou também as suas capacidades de agenda-setting, concluindo que os países mais poderosos são os que mais conseguem influenciar as agendas de notícias internacionais. Assim, as questões internacionais cobertas pelos media dos EUA têm uma repercussão importante nas agendas noticiosas de outros países; de relevar também que o estudo mostrou que essa repercussão ou ‘transferência’ não se verifica no caso das questões domésticas (neste caso, as questões internas aos EUA). Em síntese, a economia política, embora não explicando tudo, é vital para a compreensão dos fluxos internacionais de informação.

Temos até aqui referido essencialmente os media convencionais e a sua cobertura noticiosa. É, no entanto, de fundamental importância olhar a situação respeitante a tecnologias digitais de comunicação e informação e aos espaços de interacção que têm potenciado. O surgimento da Internet gerou nalguns a expectativa de uma democratização da comunicação e da informação. Porém, esta visão igualitária desde cedo começou a ser quebrada já que muitos fossos se evidenciaram relativamente ao acesso e ao uso das tecnologias digitais: relacionados com condição sócio-económica, nível de instrução, idade, localização geográfica, língua, etc. Em paralelo, acentuaram-se as divisões no que diz respeito à produção de conteúdos e visibilidade na Internet.

Acompanhando o desenvolvimento tecnológico, no final da década de 90, o enfoque principal da UNESCO foi orientado para as novas tecnologias da comunicação e da informação. No início deste século, é de realçar o papel da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação (Genebra, 2003; Tunis, 2005), sob a égide dessa organização e da União Internacional das Telecomunicações. A tónica foi posta na necessidade de fomentar uma sociedade participada, ‘centrada nas pessoas’ e a Internet vista como forma de ‘empowerment’/capacitação dos grupos mais desfavorecidos. Nas últimas duas décadas tem-se realizado anualmente encontros do já referido Fórum de Governança da Internet, criado pelas Nações Unidas em 2006. Frau-Meigs (2012) oferece uma interessante perspectiva histórica destes processos (ver também Raboy, Landry & Shtern, 2010).

SUGESTÃO DE EXERCÍCIO COMPLEMENTAR

1. Consultar o portal da UNESCO: www.unesco.org
2. Analisar as várias acções que a organização desenvolve no campo da comunicação e da informação e identificar as suas prioridades.

No início deste milénio, Borgman (2000) perguntava: ‘Will the Global Information Infrastructure improve access to information for all?’. Referia-se às possíveis consequências da disseminação da Internet e outras tecnologias digitais para comunicação e informação. Em termos académicos, a análise dos impactos da Internet dividem-se entre visões como as de Manuel Castells (e.g. 2000), e a sua ideia da ‘sociedade em rede,’ e Henry Jenkins (e.g. 2006), e a sua teoria da ‘cultura participativa’, por um lado, e abordagens que ressaltam os múltiplos desequilíbrios e distorções associados às tecnologias digitais e ao seu funcionamento social. Exemplo desta última tendência são os trabalhos de Christian Fuchs (e.g. 2014, 2024), que explora os fluxos financeiros, tecnológicos e outros associados às tecnologias digitais no chamado capitalismo tardio, com a demonstração da dominação das grandes empresas e da existência de grandes iniquidades.

Vários outros autores apontam problemas ligados à economia política dos media (digitais) a nível mundial, como é o caso da propriedade intelectual, o fosso digital global e o trabalho não remunerado nas plataformas digitais, que podem ser perspectivados numa lógica imperialista (e.g. Jin, 2015). Análises empíricas de algumas dimensões específicas da comunicação no espaço digital parecem também confirmar um recrudescimento de assimetrias. Por exemplo numa análise das hiperligações encontradas em meios noticiosos, Himelboim (2010) concluiu o seguinte:

‘politics and network dynamics affect information flow more than the opportunities that technology provides. (...) The international network structure (...) followed the politically determined world system hierarchical structure, which excludes underpowered countries. (...) News organizations in core countries that have always been influential in the flow of information are now even more prominent as they can determine who to include and exclude from the international communication network. Findings show that news organizations preferred linking to traditional information sources such as other news media and governmental organizations over grassroots sources such as blogs and other Web-only information sources.’ (Himelboim, 2010: 387)

Segundo este estudo, o potencial de abertura, pluralismo e nivelamento de poder oferecido pela Internet tanto relativamente a grupos e actores sociais como a países, é, assim, deturpado nas práticas concretas das organizações mediáticas.

Nas palavras de Boyd-Barrett (2023), autor que tem analisado estas questões desde há décadas, o termo ‘imperialismo’ permanece relevante para designar as diferenças de poder entre Estados, bem como o poder transnacional de muitas empresas, pelo que aponta muitos problemas e riscos para a qualidade das democracias e para o equilíbrio das sociedades. Quanto ao termo ‘imperialismo mediático’, defende igualmente que se mantém pertinente e útil para conceptualizar a influência de fortes formas de poder (imperial) sobre os meios de comunicação e os seus conteúdos.

3. Media, Estado e Sociedade

Neste capítulo do programa, pretende-se reflectir sobre a relação entre os media e os sistemas políticos a múltiplos níveis. Com a contribuição das ‘teorias normativas’ da informação, começa-se por pensar diferenças sobre o papel (e o estatuto) social e político dos media em diferentes quadros histórico-político-culturais.

3.1. Teorias normativas da informação

Em 1956, Siebert, Peterson e Schramm identificaram, no muito conhecido livro *The Four Theories of the Press*, quatro teorias normativas: a Teoria Autoritária, a Teoria da Liberdade de Imprensa, a Teoria da Responsabilidade Social e a Teoria Marxista-Leninista. A estas, Denis McQuail adicionou em 1983 outras duas teorias: a Teoria dos Media nos Países em Desenvolvimento e a Teoria Democrático-Participativa. Estas teorias, e em especial a formulação de Siebert, Peterson e Schramm, foram ao longo de muitas décadas profundamente influentes na análise dos sistemas mediáticos em diferentes países e da relação entre os media, a sociedade e o poder político. Por esta razão, estas teorias são apresentadas aos estudantes, explicando-se os contextos históricos e ideológicos em que surgiram.

Mais do que descrever ou analisar realidades sociais, as teorias normativas, como a própria designação indica, formulam ideias que são do domínio do ‘dever ser’. Por outras palavras, resumizam as relações entre os media, os Estados e as sociedades que são entendidas como desejáveis em diferentes quadros ou contextos (históricos, culturais, e

outros). Trata-se, portanto, do domínio das expectativas, de normas ou padrões concebidos, tipicamente por quem está numa posição de poder, como adequados. Algumas das perguntas relevantes são, a este propósito, as seguintes: Que relação deve existir entre os media, o Estado e a sociedade? Que normas devem pautar a acção e funcionamento dos media? Que direitos e que responsabilidades devem ter? Abaixo faz-se uma caracterização muito sumária das teorias normativas, tomando como base a obra de McQuail (1983).

A Teoria Autoritária, herdeira de regimes monárquicos absolutistas e de outros regimes políticos opressivos, prevê a subordinação dos media ao poder político, ao qual é reconhecido o direito de autorização prévia e de censura no sentido de fazer respeitar o que entende serem valores dominantes. O exercício do jornalismo é, assim, fortemente vigiado e condicionado, sendo criminalizadas as práticas desviantes. Os media não têm condições para contestar o sistema de poderes estabelecidos, que se arrogam ser legítimos com base em normas morais, culturais ou outras, que são consideradas inquestionáveis.

Por contraste, a Teoria Liberal, ou Libertária, advoga a total liberdade dos media – e de qualquer pessoa – para publicar – ou se expressar de outra forma. Na linha do Iluminismo e de algumas tradições filosóficas, a liberdade de imprensa é vista como o garante da racionalidade nas sociedades. Considera inaceitável a existência de quaisquer barreiras à circulação da informação e desejável o livre mercado e a livre concorrência.

A Teoria da Responsabilidade Social surgiu como resposta a processos de concentração mediática e advoga um papel regulador para o Estado e/ou para outras instâncias de modo a evitar o desrespeito por direitos, liberdades e garantias fundamentais, bem como o pluralismo dos media. Defende, em primeiro lugar, a auto-regulação dos media para preservar a veracidade, o rigor, a objectividade e o equilíbrio e condena a publicação daquilo que possa conduzir ao crime, à violência ou desordem social, ou que possa ser ofensivo para minorias étnicas ou religiosas.

Mais do que qualquer outra, a Teoria Marxista-leninista é fruto de um espaço-tempo histórico: o da União Soviética. Inspirada nos princípios do marxismo-leninismo, considera que os media devem estar ao serviço da classe operária, embora o seu controlo seja exercido pelo Partido Comunista. Incumbe os media de um papel educativo e ideológico, no sentido de apoiar os movimentos comunistas e a sua expansão. Reconhece o direito de intervenção do Estado para prevenir e punir a circulação de ideias ‘anti-sociais’.

A teoria dos media nos países em vias de desenvolvimento está fortemente associada ao processo relacionado com a NOICI, discutido acima. Face às circunstâncias políticas, económicas e culturais dos países em causa, esta teoria defende que os media sejam

colocados ao serviço do desenvolvimento nacional, nos campos da educação, saúde e outros e concebe-os como motores de reforço da identidade cultural. Num quadro histórico em que muitos países tinham recentemente quebrado as relações coloniais em que se encontravam há muito tempo (séculos em muitos casos), os media são vistos como um instrumento do poder estatal para manter a unidade nacional, considerando-se justificáveis a censura e outras formas de controlo.

Contrariamente à teoria anterior, a Teoria Democrático-Participativa postula a independência dos media relativamente ao Estado e a outros poderes centralizados. Advogando o pluralismo, a diversidade, e a pequena escala, esta teoria privilegia uma lógica participativa em que comunidades e grupos sociais (incluindo os minoritários) detêm os seus próprios meios de comunicação e informação ou têm o direito de aceder a outros media para verem as suas necessidades e expectativas satisfeitas.

Apesar da disseminação que tiveram, estas teorias não são isentas de críticas. Josephi (2005) oferece uma discussão muito rica das questões e problemas associados a classificações como as de Siebert, Peterson e Schramm, bem como daquela que foi mais tarde proposta por Hallin e Mancini (2004). Esta influente obra propôs três modelos para categorizar os sistemas mediáticos com base na relação entre os media e os sistemas políticos: o Modelo Liberal, o Modelo Democrático Corporativista, e o Modelo Pluralista Polarizado. De notar, porém, que o espaço de referência deste trabalho é apenas a Europa Ocidental, os EUA e o Canadá. Yin (2008) argumenta que as teorias normativas concernem o Ocidente e aprofunda e alarga a discussão a múltiplos sistemas mediáticos da Ásia, propondo uma análise alternativa com base nos princípios da liberdade e da responsabilidade dos media.

Mesmo tendo várias fragilidades, tais como uma pretensão de universalismo cultural, sem consideração dos contextos históricos concretos, as ‘teorias normativas’ da informação mantêm significativa pertinência como propostas de compreensão de políticas e práticas relativamente aos media e às distintas configurações destas políticas e práticas em diversas partes do mundo (Nerone, 2018). O problema (ou parte dele) poderá ser, como sugerido por Toepfl (2016), a sua designação como ‘teorias’ ou ‘modelos’, podendo, porventura, como esse autor propõe, ser reconceptualizados como ‘discursos’ sobre a relação entre o Estado, os media e a sociedade. Em qualquer caso, numa época histórica, como a dos anos recentes, em que há um recrudescimento de visões ideológicas conflitantes sobre essa relação, em particular com um ressurgimento do autoritarismo e iliberalismo em várias partes do mundo (Štětka & Mihelj, 2024; Walker, 2015), incluindo a

Europa e os EUA, entende-se que as ‘teorias normativas’ dão contributos úteis para discutir diferentes modos de entender o papel social e político dos media. Há que reconhecer que, nos termos propostos por Vaca-Baqueiro (2017), o ‘complexo político-mediático’ é uma realidade em mutação acelerada pelo que a análise sistemática e a conceptualização rigorosa continuarão a ser imperativos.

3.2. Situação da informação em diferentes países e regiões do mundo

Tal como caracterizadas por McQuail (1983), as ‘teorias normativas’ são analisadas nas aulas a partir de casos concretos a nível internacional com recurso a textos jornalísticos e outros. Reflecte-se, também, sobre as dificuldades que a aplicação destas ‘teorias’ a situações reais apresenta actualmente e aponta-se algumas das suas limitações. A este propósito e com particular acuidade, veja-se o caso da Teoria Marxista-Leninista. Especialmente depois das alterações políticas fundamentais que ocorreram no Leste da Europa e no espaço da ex-USRR a partir de 1989, o sentido da Teoria Marxista-Leninista tem hoje que ser entendido de forma ponderada, sendo apenas possível identificar resquícios desta visão nalguns países que, durante décadas, estiveram sob a esfera de influência da USRR. No âmbito das aulas de Comunicação Internacional, é referido, em particular, o caso da Coreia do Norte, cuja ideologia Juche, assente em ideias de Kim Il Sung, incorpora princípios do marxismo-leninismo. As práticas opressivas relativamente aos media e à liberdade de expressão neste país são discutidas com recurso a alguns materiais de imprensa e de think tanks internacionais (por exemplo, Lee, 2023).

No quadro geopolítico, económico e social contemporâneo, dois dos países que merecem bastante atenção no quadro desta unidade curricular são a China e a Rússia. A China é o paradigma de um país que vivenciou profundas mudanças a nível económico e social nas últimas décadas, transformando-se numa grande potência a nível internacional. Em 2003, Huang referia-se à ‘natureza transitória’ do panorama mediático chinês, ou seja, um quadro que não seria adequadamente ‘explicado’ pelas teorias normativas convencionais. ‘By the early and middle 1990s, (...) China had largely transformed itself from communism into postcommunist neoauthoritarianism under some form of market economy’ (Huang, C., 2003: 444). De facto, o ‘capitalismo com características chinesas’ (Huang, Y., 2008) implicou uma abertura da indústria e do comércio ao mundo com forte regulação estatal e com retornos financeiros inigualáveis. No campo mediático, apesar de ter sido admitido algum investimento estrangeiro e privado, o campo permaneceu essencialmente estatizado, com um forte controlo de todos os espaços comunicacionais pelo regime político

em vigor (ao nível do qual as alterações têm sido essencialmente táticas). Os mecanismos e as práticas de controlo têm vindo a ser permanentemente ajustadas a desenvolvimentos tecnológicos. Por exemplo, King, Pan & Roberts (2017) descrevem como o regime não apenas censura mas activamente instrumentaliza as redes sociais para fins de propaganda política. A intervenção política nos media ocorre de múltiplas formas e a múltiplos níveis. Por exemplo, num país tão vasto e diverso como é a China, o controlo mediático é não apenas exercido a nível central mas também pelos poderes locais (Jingrong, 2010) Tudo isto redonda num panorama verdadeiramente dramático em termos de liberdade de imprensa, como repetidamente têm mostrado os rankings elaborados pela organização Repórteres sem Fronteiras (2024), cuja documentação é habitualmente utilizada nas aulas. Mesmo assim, alguns estudos mostram que as redes sociais podem constituir oportunidades para actores não-institucionais influenciarem o ambiente informativo na China (Lu et al., 2024).

Tal como a China, a Rússia passou por alterações profundas desde os anos 1980. Embora o regime político seja distinto do da China, tendo-se distanciado do comunismo e alterado muitas das suas instituições, a relação entre Estado, media e sociedade apresenta, tal como a China, características de um severo autoritarismo. O controlo apertado dos media noticiosos e da Internet por parte de dirigentes políticos de topo, encimados pelo Presidente da Federação Russa; práticas de censura e auto-censura; profundas restrições ao jornalismo independente com práticas persecutórias constantes são alguns dos traços da situação nas últimas décadas, que parece acentuar-se perante um nacionalismo expansionista crescente (Kolstø & Blakkisrud, 2016).

No âmbito destas análises, é proposto aos estudantes o exercício apresentado abaixo.

EXERCÍCIO EM GRUPO (em sala de aula)

1. Constituição aleatória de 18 grupos e atribuição aleatória de cada um dos seguintes países a três grupos.
 - Angola
 - Arábia Saudita
 - Cuba
 - EUA
 - Finlândia
 - Irão
2. Ler informação sobre o modo de governação de cada país e sobre as condições para a prática do jornalismo a partir dos recursos online a seguir indicados (entre outros possíveis):
 - Reporters without Borders: www.rsf.org
 - International Press Institute: <https://ijnet.org>
 - International Journalists Network: www.ijnet.org
3. Discutir criticamente as condições para a prática do jornalismo e o exercício da liberdade de imprensa nos países analisados
4. Procurar reflectir sobre o modo como as teorias normativas se aplicam a cada um, bem como sobre as dificuldades encontradas no uso de tal categorização
5. Apresentar oralmente as principais conclusões por relator escolhido por cada grupo: um grupo apresenta as suas conclusões; os outros dois grupos complementam e/ou refutam as mesmas.

A relação entre os media e a qualidade das democracias é uma questão de central interesse para esta unidade curricular, sendo estudada a partir de vários casos e realidades internacionais. Investigação recente continua a mostrar como as políticas públicas para os media e a saúde das democracias estão interligadas: ‘high levels of secure funding for public media systems and strong structural protections for the political and economic independence of those systems are consistently and positively correlated with healthy democracies’ (Neff & Pickard, 2024: 601).

4. Comunicação e Relações Internacionais

A importância da informação com que os cidadãos têm contacto para a condução das relações internacionais era sublinhada pelo International Press Institute já na década de 50

do século XX: 'Relations between governments are now more than ever strongly influenced by people's view of their own interests; this view is itself largely shaped by people's information.' (International Press Institute, 1953, 'The Flow of News: A Study by the IPI', cit. por Babbili, 1990: 316). Nas décadas seguintes, cresceu fortemente o interesse da comunidade académica, especialmente nos EUA, pelas funções dos media relativamente à política interna e externa. Entre as muitas referências clássicas possíveis, pode ser destacado o trabalho de Doris Graber (1993) sobre os *Mass Media and American Politics* e o de Bennett e Entman (2000) sobre *Mediated Politics*. Centrados, concretamente, nas políticas externas são de referir os trabalhos de Berry (1990) e de O'Heffernan (1991), o último dos quais integra a lista de leituras essenciais para esta unidade curricular e será discutido mais abaixo. É também de mencionar, ainda ao nível das obras pioneiras, o trabalho de Seib (1996) sobre a cobertura noticiosa e sua influência sobre o 'desenho' e a implementação das políticas externas e a análise que Holsti (2004) fez sobre o modo como os media influenciam as percepções e decisões dos cidadãos sobre questões e regiões fisicamente distantes.

Neste ponto do programa, apresenta-se alguns estudos sobre os papéis e funções que os media desempenham relativamente às políticas externas dos Estados, tanto a nível da sua concepção como de implementação, e reflecte-se sobre casos e situações concretos que possam ilustrar tais papéis. Na segunda parte, este capítulo do programa centra-se no conceito de 'soft power' e na forma como tem sido perspectivado e cultivado.

4.1. Os media e as políticas externas dos Estados

A abordagem deste tema inicia-se com uma breve contextualização histórica sobre a importância atribuída pelos vários serviços oficiais à comunicação social desde o surgimento da imprensa, naquilo em que pode influenciar a imagem internacional de um país ou governo e no modo como os decisores políticos procuram usar isso em seu favor (e.g. Taylor, 1997). Como exemplos, são referidos os investimentos norte-americanos em diversos meios de comunicação como a Voice of America e, mais recentemente, a criação de canais de televisão dirigidos a países árabes, num período em que tanto se falou de 'anti-americanismo' no mundo (e.g. Nisbet & Shanahan, 2008). Do mesmo modo, o Reino Unido, através da BBC, investiu de modo estratégico em diferentes países e regiões do mundo ao longo da história das relações internacionais. No início deste século, enquanto a BBC procedeu ao encerramento de vários canais de rádio dirigidos a países da Europa de Leste, apostou, com fundos do Foreign Office, na abertura de canais de televisão em Farsi e em árabe dirigidos respectivamente ao Irão e aos (muitos) países em que se fala árabe. Por

outro lado, múltiplos outros países criaram, expandiram ou reorientaram os seus canais de informação de difusão internacional. A France 24, canal noticioso de televisão de emissão contínua, foi lançado em 2002 e emite actualmente em francês, inglês (desde 2006), árabe (desde 2007) e espanhol (desde 2017). Também a Deutsche Welle, empresa pública de rádio e televisão, passou a incluir emissão em árabe em 2005 e em 2015 lançou um canal de notícias 24/7 em inglês.

Várias perspectivas podem ser encontradas sobre o papel e o impacto dos media nas políticas externas dos Estados. Por um lado, durante a década de 90, multiplicaram-se as alusões ao chamado ‘efeito CNN’, que se refere à possibilidade de os media pressionarem os Estados a actuar num determinado sentido em questões externas, como o caso da intervenção humanitária na Somália em 1992. Boutros-Ghali, na altura secretário geral da ONU, chegou a chamar à CNN o ‘sexto membro do Conselho de Segurança’, tal era a influência percebida que tinha sobre as decisões dos Estados mais poderosos do planeta. Estudos posteriores relativizaram, porém, ou puseram mesmo em causa o ‘efeito CNN’ (e.g. Robinson, 2001; 2002; Gilboa, 2005).

Por outro lado, podem ser referidos os trabalhos de Noam Chomsky que, na linha de Walter Lippmann (1922/1960), já referido acima, foi autor de inúmeras publicações em que denunciou a utilização - no seu entender nefasta - dos media na condução das políticas externas dos EUA. Este intelectual-activista norte-americano vê os media como instrumentos ao serviço da ideologia dominante e do ‘interesse nacional’, tal como ele é percebido pelas instâncias de poder em cada momento. Através da análise da política externa norte-americana e da mediatização em casos como El Salvador, Timor Leste e os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001, Chomsky e Edward S. Herman argumentaram que os media servem para criar na mente dos cidadãos ‘ilusões necessárias’ (Chomsky, 1989) e que o discurso dos media ou o seu silêncio é funcional para a política externa dos Estados (ver Chomsky, 2002). A este propósito é referido em aula o estudo de Herman (1993 – originalmente publicado em 1985) comparando a cobertura mediática norte-americana dos genocídios perpetrados no Camboja e em Timor Leste, em volumes radicalmente distintos, e a função estratégica de cada um desses países na política externa dos EUA na altura.

No livro *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media* (1988), Herman e Chomsky apresentaram o seu ‘Propaganda Model’ que aponta como explicações para o que consideram ser a subserviência dos media relativamente aos poderes políticos norte-americanos factores como: a dependência dos media relativamente às fontes oficiais;

a 'religião do anticomunismo' (no período da Guerra Fria; actualmente, a ideologia conservadora, de direita); o regime de propriedade dos media caracterizado pela concentração, pela ligação a grupos económicos e por relações frequentes com indivíduos e famílias social e politicamente influentes; e, ainda, a dependência da publicidade, que geraria nos profissionais dos media o receio de criar atritos com fortes interesses económicos bem como de parecer socialmente 'subversivo', tendo posições 'não-patrióticas', por exemplo, e 'ofendendo' valores fundamentais de uma grande parte da população¹⁸. Os trabalhos de Chomsky e Herman representam uma linha de análise que encontra (algum) paralelo em trabalhos de W. Lance Bennet (e.g.1988), Edwards e Cromwell (2006), entre outros investigadores das ciências da comunicação.

Na unidade curricular de Comunicação Internacional alerta-se os estudantes para a necessidade de evitar reduzir os media a um de dois simplismos: a ideia de que são todos-poderosos relativamente aos governos, por um lado, e a ideia de que são meros joguetes, instrumentalizáveis pelos poderes políticos, por outro lado. É importante procurar respostas para questões como as seguintes: Que tipo de impacto têm os media sobre as políticas estatais e, em particular, as que dizem respeito às relações internacionais? Até que ponto é que os media podem condicionar a actuação de um Estado em termos de política externa? Que papéis é que os decisores políticos atribuem aos media nas relações internacionais? Como é que integram os media nos seus planos de acção?

Um dos primeiros estudos sobre a imprensa e a política externa foi publicado por Cohen em 1963. Esta obra clássica apresenta e discute criticamente questões essenciais sobre os media e as relações internacionais, como os factores que moldam a cobertura noticiosa de questões internacionais e os mecanismos de influência da imprensa sobre os processos de decisão política nos EUA. Cohen considerou mesmo que a imprensa está no 'centro estratégico' dos processos de decisão que envolvem o braço executivo do Estado, por um lado, e o Congresso, por outro. Mais globalmente, Cohen apontou os seguintes papéis à imprensa nos processos relacionados com política externa: observadora, participante e catalizadora.

Na mesma linha, um dos trabalhos que consideramos mais útil para responder às questões enunciadas acima é *Mass Media and American Foreign Policy* de Patrick O'Heffernan (1991). O'Heffernan analisou casos da política externa norte-americana entre Novembro de 1977 e Março de 1988, como o desvio de um avião da TWA para o Líbano em

¹⁸ Para além de parte do livro *Manufacturing Consent*, o 'Proganda Model' de Herman e Chomsky é dado a conhecer aos estudantes através da animação 'Noam Chomsky - The 5 Filters of the Mass Media Machine', disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=34LGPIXvU5M> (Acesso: 18 Abril 2024)

1985 e a primeira Intifada palestina em 1987-88. Através de entrevistas, procurou conhecer a percepção que actores políticos norte-americanos tinham da interacção da esfera política com os media. Concluiu que entre os media e o sistema político há uma ‘relação de exploração mútua interdependente’; por outras palavras, entre o sistema mediático e o sistema político existe uma interacção complexa e interinfluências a múltiplos níveis. Apesar de ter sido realizado já há várias décadas, o trabalho de O’Heffernan mantém uma grande actualidade. Justifica-se analisá-lo em pormenor, tal como fazemos habitualmente nas aulas de Comunicação Internacional.

O’Heffernan (1991) propôs um modelo em duas partes que sistematiza os modos de interacção entre os media e os sistemas políticos, centrando-se sobretudo nos processos de tomada de decisão¹⁹. A primeira parte do modelo refere-se à influência dos media nos processos políticos. Com base no seu estudo, O’Heffernan considera que a informação difundida pelos media e as suas representações da realidade influenciam todos os estádios do processo de tomada de decisão e em particular o primeiro: Identificação (ou constituição) dos Problemas. Na linha das teorias de ‘agenda-setting’, nota que os media conduzem a atenção das instâncias políticas em relação a diferentes objectivos, colocando questões, regiões, países, organizações e situações na agenda política. Embora os actores políticos entrevistados considerem que é raro a função de ‘agenda-setting’ dos media modificar grandemente as políticas externas projectadas, é possível, nalgumas situações, ocorrer uma alteração das prioridades políticas e uma revisão da repartição de recursos. Tal é equivalente a um aumento da incerteza nos processos políticos.

O primeiro caso considerado nas aulas a propósito das propostas de O’Heffernan (1991) é o das filmagens, por jornalistas estrangeiros, do massacre de jovens timorenses por militares indonésios no cemitério de Dili a 12 de Novembro de 1991. São apresentadas peças televisivas da RTP e da Democracy Now!²⁰ com imagens desse acontecimento e respectiva análise. Tendo o enquadramento histórico da situação em Timor-Leste sido feito previamente no âmbito da apresentação dos estudos de Herman & Chomsky, como referido acima, são discutidos os desenvolvimentos posteriores à disseminação das imagens do massacre, nomeadamente a forte mobilização internacional de apoio à independência do

¹⁹ Para que os estudantes compreendam melhor o trabalho de O’Heffernan fazemos habitualmente uma referência breve às etapas envolvidas nos processos de tomada de decisão. Anderson (1975) postula que o processo de tomada de decisão envolve cinco etapas: a constituição social e política do problema; a formulação de respostas (ou seja, identificação das medidas de acção possíveis); a adopção de uma resposta; a sua implementação; e a avaliação dos resultados.

²⁰ Amy Goodman, a principal apresentadora desse projecto jornalístico, participou na cobertura jornalística do massacre.

país. A importância dos media na colocação de Timor-Leste nas agendas públicas e políticas em 1991 e nos anos seguintes foi, neste caso, manifesta.

Para uma reflexão sobre o papel dos media em situações de fome, propõe-se aos estudantes a actividade descrita abaixo.

ACTIVIDADE EM AULA

1. Ler o artigo 'Reporting the Crisis in Niger', de Hilary Andersson (2005), publicado no site da BBC (e fornecido aos estudantes).
2. Discutir os problemas e dilemas que os media enfrentam na cobertura de situações de fome e a relação dessa cobertura com a ajuda humanitária internacional.

Tal como na situação relatada por Andersson (2005) relativamente ao impacto da cobertura televisiva de uma situação de fome no Níger, vários autores têm identificado uma relação positiva entre a atenção mediática a situações de desastre humanitário. Num estudo sobre a relação entre a cobertura mediática de diferentes países e o grau de ajuda ao desenvolvimento recebida, todas as fontes noticiosas analisadas – Agence France-Press, Associated Press, Reuters e CNN – foram identificadas como determinantes significativos para as alocações de ajuda ao desenvolvimento (Lim et al., 2008), confirmando o modelo de O’Heffernan (1991).²¹ Para além disso, a investigação mostrou que quanto maior a visibilidade de um país maior o volume de ajuda recebida, com algumas diferenças entre a Europa e a América do Norte:

‘The results indicate that global news coverage is significantly related to aid allocations and relations. Recipient countries with a high level of news coverage receive more aid and have more international relations than those with less coverage. Further, while coverage in both American and European news sources significantly predicts the amount of aid a country receives, only coverage by European news sources provides a significant prediction of the number of countries that receive aid.’ (Lim et al., 2008: 139).

O’Heffernan (1991) aponta também para uma forte intervenção dos media no estágio de Avaliação (é o segundo em termos de peso dos media). Considera que os media definem a ‘performance’ política considerada aceitável e padrões para a acção futura. Os actores

²¹ As funções dos media relativamente a questões humanitárias têm múltiplas facetas, que são amplamente discutidas na antologia organizada por Andersen & Silva (2017). Por sua vez, Chouliaraki & Vestegaard (2021) coordenaram outra obra colectiva focada na comunicação humanitária.

políticos podem rever a Formulação e Adopção de Respostas face a uma determinada questão ou, já estando o processo concluído, ter em conta a Avaliação feita pelos media em situações posteriores. Num tipo de impacto bastante distinto, O’Heffernan refere que os media limitam o leque de opções dos políticos. A visibilidade que dão a determinadas questões torna inviáveis, nalguns casos, determinadas opções ou outputs. Finalmente, na primeira parte do modelo de O’Heffernan é destacada a influência dos media sobre o ritmo dos processos políticos. O autor considera que os media determinam tal ritmo e que têm induzido um efeito de aceleração sobre a acção política (‘fast-forward effect’). Desta aceleração decorre uma redução do tempo de reflexão, planeamento e definição de estratégias, o que pode traduzir-se numa pior qualidade das decisões.

Para além do caso referido acima relativo ao Níger, todas estas formas de influência dos media são trabalhadas nas aulas de Comunicação Internacional com recurso a exemplos, tais como algumas situações de fome generalizada (ex.: da fome na Etiópia de 1984-85 ao recrudescimento da subnutrição e fome em África nos últimos anos), desastres naturais (ex.: do tsunami de 2004 na Ásia às cheias no Rio Grande do Sul de 2024) e diversas situações de crise humanitária (ex.: as vastas deslocações de refugiados e migrantes para a Europa em 2015). Enfatiza-se que os impactos dos media não são lineares nem uniformes, antes dependendo sempre, profundamente, dos contextos sociais e políticos em que se verificam. Por exemplo, relativamente à cobertura mediática da fome na Etiópia nos anos 80 e à enorme mobilização pública que se verificou (incluindo o lendário concerto Live Aid de 1985), Franks (2014a; 2014b) mostra que o efeito da atenção mediática a médio e longo prazo não foi positivo, ao contrário da narrativa convencional sobre este caso.

Na segunda parte do seu modelo, O’Heffernan (1991) examina os media como ‘Output Governamental’, ou seja, as formas de ‘utilização’ dos media pelos actores políticos. Notando que os media são fundamentais para a criação de um determinado ‘ambiente’ em termos de política externa, O’Heffernan aponta vários objectivos e modos de utilização dos mesmos. Em primeiro lugar, refere a importância dos media para gerar apoio nacional para questões e prioridades políticas. Os media são um óptimo instrumento para os decisores angariarem apoio popular para objectivos gerais, em termos de política externa, deixando os pormenores por especificar. Daí que muitas vezes as instâncias de poder ‘inundem’ os media com mensagens sobre uma determinada questão ou país, procurando criar um clima favorável à tomada de decisões políticas. Por outro lado, a ausência de outputs mediáticos

por parte das instâncias políticas pode ser útil manter os media afastados de uma questão, orientando os olhares para outro ponto.

Em segundo lugar, os media são também utilizados pelos governos para informar outros países acerca da política externa da nação e para gerar apoio internacional. Os políticos recorrem aos media com alguma frequência para enviar mensagens para outros países (dirigindo-se aos cidadãos e/ou aos políticos), para definir prioridades políticas ou criar uma base para conversações mais formais.

Finalmente, O’Heffernan concluiu que os media são por vezes utilizados para manter opções em aberto enquanto se definem as prioridades da agenda governamental. Os media podem funcionar como balão de ensaio, tanto a nível nacional como internacional, permitindo que os governos testem opções com um risco reduzido.

À medida que se vai apresentando as diferentes dimensões da segunda parte do modelo de O’Heffernan, tal como na primeira, vai-se analisando uma multiplicidade de exemplos e casos reais: os discursos de George W. Bush sobre o ‘eixo do mal’ e sobre o terrorismo associados o processo de ‘preparação’ da guerra no Iraque em 2002 e 2003; cartas abertas publicadas por líderes políticos nos jornais; declarações ‘off-the-record’ e fugas de informação; investimentos e desinvestimentos estatais em canais públicos de rádio e televisão, como os referidos acima (dos EUA, Reino Unido, China, etc); campanhas de desinformação orquestradas pela Rússia em vários países de diferentes continentes, etc.

Para além de O’Heffernan (1991), outros investigadores têm produzido sínteses com valor sobre os media e as relações internacionais. Serfaty (1990) organizou uma obra que conta com contributos de jornalistas, políticos e investigadores e que partilha semelhanças com o estudo de O’Heffernan na medida em que procurou analisar o modo como os media interferem na condução da política externa norte-americana. Nesta linha, Gilboa (2002) associou aos media ‘globais’ como a CNN, a BBC World e a Sky quatro tipos de papéis face às políticas externas dos Estados: papel de controlo do processo de decisão política (por exemplo, exercendo pressão no sentido de intervenções humanitárias); papel de limitação das opções de política externa; papel de mediação (normalmente desempenhado por determinados jornalistas em situações de conflito); e papel instrumental (em que os media são utilizados pelos actores políticos para promover determinadas posições e mobilizar apoio popular). Contrastando com as perspectivas positivas de O’Heffernan (1991) e de Gilboa (2002) sobre os possíveis impactos dos media nas políticas externas dos Estados quando actuam de forma independente, ou seja, não instrumentalizada pelos Estados,

Wolfsfeld (1997) mostrou, a partir de uma análise das negociações para a paz entre Israel e Palestina no início dos anos 1990, como os media podem ser forças de obstáculo nos processos de paz, por exemplo, pela focalização excessiva em eventos e não em processos ou pelo destaque excessivo que dão a aspectos dramáticos e conflituais. Por sua vez, com base no estudo de oito casos, Gilboa (2006) identificou importantes funções de mediação exercidas por jornalistas na resolução de conflitos internacionais seja através de intervenções directas, do estabelecimento de pontes e canais de comunicação, ou da prática de mediação secreta.

Outro aspecto importante a considerar na análise da relação entre os media e as políticas externas dos Estados prende-se com a sua representação mediática, incluindo as suas dimensões avaliativas. Por exemplo, Ahmed (2022) analisou recentemente o modo como a política externa da Turquia, um importante actor internacional na fronteira da Europa, Ásia e Médio Oriente, tem sido retratada nos media de vários países asiáticos (Bangladesh, China, Índia e Paquistão), e Zhukhova (2021) estudou a cobertura da Política Externa Feminista da Suécia²² nos jornais de países afectados por conflitos. Estes estudos ilustram a importância política e pública, a nível internacional, do discurso mediático em diferentes quadros políticos.

Nos últimos anos, o panorama comunicacional foi profundamente alterado pela expansão dos meios e plataformas digitais. Tal como noutros domínios da vida, as redes sociais digitais têm tido uma influência notável em vários aspectos das políticas externas de alguns Estados. Tal tem ocorrido tanto em democracias como em regimes não-democráticos. O caso da Cambridge Analytica exemplifica o potencial de manipulação, via redes sociais, de processos eleitorais em diferentes contextos políticos e geográficos, desde o referendo britânico que resultou na saída da União Europeia (Brexit) à eleição de Donald Trump para a presidência norte-americana. A referida empresa recorria à utilização de dados sócio-psicológicos obtidos a partir, sobretudo, da rede social Facebook para dirigir mensagens personalizadas aos votantes. Esta forma de ‘profiling’ e ‘micro-targeting’ pode ser bastante poderosa no reforço e ativação de determinadas orientações dos públicos.

Esta nova realidade comunicacional levanta uma série de questões. Nas palavras de Sarah Kreps (2020: 1-2):

‘What are the features of social media that invite the prospect of foreign interference? More generally, what are the ways in which the nexus of information operations and the

²² Política Externa Feminista foi a designação adoptada pela Suécia em 2014 para a forma que adoptou para pensar (e praticar) política externa pela lente do género, destacando objectivos relacionados com os direitos e situações das mulheres a vários níveis.

Internet can be deployed as tools of warfare? Are democracies more susceptible to online manipulation than nondemocracies? How do states assert digital sovereignty to provide access to their populace in ways that reflect national-level values? How are new technologies tapping into these democratic vulnerabilities? Lastly, what forms of governance might patch those vulnerabilities?’

Como sugere este excerto, as dinâmicas da relação entre meios de comunicação e política (nacional e internacional) têm-se complexificado. Tem ocorrido um aumento da incerteza nos processos de comunicação e têm emergido riscos diversos, sobretudo derivados de formas organizadas de comunicação que visam a disrupção das instituições democráticas, por vezes envolvendo também ameaças de outros tipos (‘hybrid threats’) (Bennet & Livingston, 2018). Para além das implicações para os Estados, este novo ambiente comunicacional, que inclui práticas de influência manipulativa sobre opiniões com recurso a ferramentas digitais, representa vários riscos para os cidadãos. Visionar excerto de documentário sobre Cambridge AnalyticTão importante como a literacia para a informação é hoje a literacia para a desinformação (internacional).

4.2. ‘Soft power’ em mudança

Uma das grandes finalidades nas relações internacionais consiste em conseguir que outros façam aquilo que se deseja (isto é, aquilo que um determinado Estado ou a sua liderança deseja). O poder para tal pode assumir diferentes formas. Nas palavras de Joseph Nye (2004), poder, um conceito profundamente polissémico, pode ser entendido como ...

...‘the ability to influence the behavior of others to get the outcomes one wants. But there are several ways to affect the behavior of others. You can coerce them with threats; you can induce them with payments; or you can attract and co-opt them to want what you want.’ (2004: 2)

Nye (1990) forjou o termo ‘soft power’ para designar a capacidade de influenciar outros países sem recurso à coerção, através da cultura, valores, e política externa.

‘A country’s soft power comes primarily from three resources: its culture (when it is attractive to others), its political values such as democracy and human rights (when it lives up to them), and its policies (when they are seen as legitimate) (...). How a government behaves at home (for example, protecting a free press and the right to protest), in international institutions (consulting others and multilateralism), and in foreign policy (promoting development and human rights) can attract others by example.’ (Nye, 2022: 5)

Numa outra publicação, para além das diferentes fontes de ‘soft power’ (valores e políticas nacionais; políticas externas; alta cultura; e cultura popular), Nye (2008) tipifica os ‘árbitros da credibilidade e legitimidade’ desse poder (governos; media; organizações intergovernamentais; organizações não-governamentais; e mercados) e os ‘receptores’ do mesmo (governos e públicos estrangeiros).

A noção de ‘soft power’, referindo-se a essa capacidade de atrair e persuadir no panorama internacional, através de uma multiplicidade de factores e de meios, tornou-se muito influente nos últimos trinta anos não só em termos analíticos como em termos políticos. Dadas as vantagens que pode trazer a um país, não é de estranhar que muitos governantes se tenham interessado em compreender como expandi-lo (Nye, 2022).

ACTIVIDADE EM AULA

1. Consultar *rankings* de ‘soft power’:

Portland Communications - Softpower 30: <https://softpower30.com/> (só actualizado até 2019)

Brand Finance: <https://brandirectory.com/softpower/>

2. Identificar os cinco países no topo de cada *ranking* anual.
3. Recolher e discutir informação sobre as suas fontes de ‘soft power’.

Intervenções voluntárias dos estudantes em aula.

Para aprofundar a compreensão do pensamento de Joseph Nye, são mostrados em aula excertos de uma entrevista em formato de vídeo²³. O autor refere-se aí a vários outros conceitos relevantes para a unidade curricular de Comunicação Internacional, como o de ‘diplomacia pública’. Este é um conceito com uma história mais longa do que o de ‘soft power’, tendo sido também desenvolvido nos EUA por referência a dimensões das relações internacionais que vão para além da diplomacia convencional e que se prendem com as percepções e sentimentos dos públicos de outros países. Matos (2016: 405) define diplomacia pública como: ‘el conjunto de métodos aplicados tanto por los gobiernos, como por individuos y grupos privados que buscan influir positivamente en la imagen y percepción de un Estado de manera directa sobre el público general de otro país.’ A diplomacia pública pode passar apenas pela sociedade civil de diferentes países, nas suas interações, ou por organismos não-estatais.

²³ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_58v19OtlIg (Acesso: 7 Maio 2024).

Literatura, espectáculos, desporto, jogos de vídeo, tecnologias de diferentes tipos, software, e muitos outros elementos são, ou podem funcionar, como ferramentas de ‘soft power’. Os media e o jornalismo são, potencialmente, uma fonte de ‘soft power’ crucial. Como referem Roselle, Miskimmon & Ben O’Loughlin, ‘a compelling narrative can be a power resource, as people may be drawn to certain actors, events, and explanations that describe the history of a country, or the specifics of a policy’ (2014: 74). A este respeito, são apresentados dados aos estudantes relativos ao investimento público e privado em canais noticiosos de televisão, que ‘explodiram’ em número nas últimas três décadas (Matos, 2016; Rai & Cottle, 2007).

A expansão da comunicação digital também impactou o ‘soft power’ e a ‘diplomacia pública’. Termos como ‘Facebook diplomacy’ (Spry, 2018), ‘Twitter diplomacy’ (Sobel, Riffe & Hester, 2016) ou ‘hashtag diplomacy’ (Collins, DeWitt & LeFebvre, 2019) foram cunhados para designar as diferentes formas de influência internacional que ocorrem através dos espaços digitais. As conclusões dos estudos existentes são diversas. Numa análise de publicações no Facebook das missões diplomáticas de oito países presentes em 22 países, Spry (2018: 62) concluiu que a diplomacia via Facebook é mais relevante em países que são menores, mais pobres e mais próximos. Já as análises de publicações de publicações oficiais dos EUA no Twitter por Sobel et al. (2016) e Collins et al. (2019) mostraram o valor estratégico desta rede social para a diplomacia norte-americana, mesmo tendo sido detectadas diferenças importantes ao longo do tempo e em regiões do mundo.

Na diplomacia pública online e offline, os EUA continuam a obter fortes resultados. Apesar da sua posição nos rankings internacionais de ‘soft power’ ter caído alguns lugares durante a presidência de Donald Trump (Portland, 2019), o país recuperou o seu poder de atracção (Brand Finance, 2024). Nye (2022: 2) resume assim essa capacidade, que vem já de há várias décadas:

‘With its universalistic values, open culture, and vast popular cultural resources ranging from Hollywood to foundations and universities, the United States seemed uniquely placed to affect how others viewed the world and us. Of course, it did not make us attractive to everyone. Quite the contrary as the Mullahs in Iran proved. But where we were attractive, it was a huge advantage. As the Norwegian scholar Geir Lundestad (1986) put it, the Americans had created an empire in Europe, but it was an ‘empire by invitation.’

Mais recentemente, outros países começaram a fazer um investimento significativo no seu ‘soft power’. Num artigo de 2008, Wang reportou um interesse crescente do governo chinês pelo mesmo. Apesar de algumas questões relacionadas com a cultura chinesa

representarem desafios para a diplomacia pública chinesa, o país estaria, segundo este autor, a desenvolver e melhorar as suas práticas neste campo. Nos anos subsequentes, a presença e a influência chinesa em várias partes do mundo aumentou grandemente. Várias análises têm dado conta dessa trajectória do poder cultural e social da China a nível internacional. Numa obra intitulada 'Soft Power with Chinese Characteristics', Edney, Rosen & Zhu (2020) analisaram as estratégias do Partido Comunista Chinês para fortalecer o 'soft power' da China internacionalmente. Face ao crescimento desse país como uma potência económica e militar, o soft power seria, a seu ver, fundamental para a imagem externa deste país, nomeadamente para evitar reacções adversas. O cinema, os media jornalísticos, e os Institutos Confúcio instalados pela China em múltiplos países são ferramentas importantes do 'soft power' chinês (ver também Repnikova, 2022).

O crescimento da presença e influência da China nas últimas décadas é particularmente notório em África, levando alguns analistas a falar de uma espécie de neo-imperialismo. Vários estudos têm identificado interconexões entre jornalismo e interesses económicos da China em África. Com base na análise de um programa de televisão sobre África na cadeia de televisão internacional chinesa CCTV (emitido a partir de Nairobi e com repórteres africanos), que se apresentava como uma alternativa à visão ocidental, Marsh (2016: 56) refere o seguinte: 'Although *Africa Live* did indeed show signs of developing an alternative to the 'Western gaze', which reduces Africa to a litany of conflicts and famines, Chinese subject matter and Chinese interests had a disproportionate effect on its editorial agenda'. Nassanga & Makara (2015) concluíram que, apesar de alguma crítica relativamente à falta de transparência das políticas e práticas económicas da China e à qualidade dos seus produtos, a opinião no Uganda é globalmente positiva, pensando-se que há vantagem para o país em colaborar com a China. Uma das formas de aumentar o seu 'soft power' no continente africano tem sido a formação de jornalistas africanos na China (AfricaChinaTraining, online; Nantulya, 2024), o que estimula o desenvolvimento de uma visão positiva desse país, depois repercutida no trabalho jornalístico desses profissionais.

Também noutras regiões do mundo se podem identificar tentativas de gestão da imagem da China através dos media, por exemplo fomentando enquadramentos favoráveis às lideranças políticas e ao país na generalidade, e procurando moldar as agendas mediáticas. Neste processo, a agência noticiosa Xinhua tem um importante papel, por exemplo junto dos media norte-americanos (Cheng, Golan & Kiouis, 2016). A posição da China em *rankings* de 'soft power' ter vindo a subir e num desses *rankings* aparece em 2024 em terceiro lugar (Brand Finance, 2024), superando a Alemanha e o Japão. No entanto, permanecem tensões

relacionadas com a sua falta de abertura do país. Nye (2022: 3) formula a questão da seguinte forma:

‘China should realize that most of a country’s soft power comes from its civil society rather than from its government. Propaganda is not credible and thus does not attract. China needs to give more leeway to the talents of its civil society, even though this is difficult to reconcile with tight party control.’

A diplomacia pública ou, usando outra expressão, a ‘guerra pelas mentes e corações’ é particularmente crítica em situações de conflito e instabilidade. Nos últimos anos, num quadro de elevada incerteza política e de uma ordem mundial heteropolar, vários países com regimes iliberais têm procurado conquistar apoios de públicos estrangeiros. Alguns estudos começam a debruçar-se sobre essas práticas, concretizadas, por exemplo, através das agências noticiosas estatais de países como a Rússia ou a Turquia (Ersoy & İşeri, 2024).

Manfredi-Sánchez (2020: 10) resume assim a importância do ‘soft power’ no quadro da disciplina de Comunicação Internacional actualmente:

‘the role of public communication in the implementation of soft power strategies has become one of the most dynamic elements of the external action of international actors and academic studies. Its flexibility, speed and prestige converge in an attractive activity for the exercise of communicative power.’

Por fim, é de referir que na aula em que esta temática é tratada, tal como relativamente a outros temas, são mostrados vários exemplos e casos práticos: uma notícia de jornal sobre uma viagem dos Príncipes de Gales com referência ao ‘soft power’ que granjeiam para o Reino Unido; uma notícia sobre a ‘diplomacia das vacinas’ contra a COVID-19 praticada pela Rússia ao designar a sua vacina Sputnik V; e uma imagem associada a um Instituto Confúcio, entre outros.

5. Media, Guerras e Terrorismo

O ‘hard power’ associado à força militar e à sua utilização em guerras permanece uma determinante muito forte das relações entre os países. A comunicação e a informação têm, nessas situações extremas, uma importância vital. O que está em jogo (a vida, a morte, o

sofrimento...) é absolutamente crítico e, portanto, os modos de (dar a) ver e de (dar a) pensar a realidade são, também, absolutamente críticos.

Neste capítulo do programa, pretende-se que os estudantes desenvolvam competências de análise crítica dos papéis sociais e políticos da comunicação – em especial a comunicação mediatizada – nas situações de guerra e de terrorismo. Questionar os discursos das partes envolvidas num conflito, desconstruir os argumentos utilizados, identificar as suas estratégias de persuasão, e examinar os modos de mediatização dos discursos das partes em conflito são objectivos essenciais.

5.1. O papel dos media em situações de guerra

As temáticas que se prendem com os media e as guerras são analisadas nas aulas de Comunicação Internacional por referência a um conjunto de casos históricos. Após uma breve resenha histórica dos grandes conflitos do século XX (I e II Guerra Mundiais e guerra do Vietname), são analisados os casos da guerra do Golfo de 1991, a guerra no Kosovo em 1999, e a guerra no Iraque que se iniciou em 2003. Existem naturalmente muitas zonas de intersecção entre este ponto do programa e o que se refere aos ‘media e políticas externas dos Estados’. Tais conexões são exploradas pela docente em contexto de sala de aula e os estudantes são, também, incitados a examinar essas transversalidades.

As aulas deste capítulo do programa são normalmente iniciadas com o visionamento de um excerto do filme *Sometimes in April*, realizado por Raoul Peck em 2005, que retrata o genocídio no Ruanda em Abril de 1994. Entre Abril e Junho foram aí mortos centenas de milhares de Tutsis e Hutus moderados²⁴. As imagens visionadas na sala de aula são as que ilustram o papel da Radio Télévision Libre des Mille Collines desempenhou no incitamento racista ao esmagamento dos Tutsis pelos Hutus, bem como algumas partes alusivas ao conflito.

O filme é normalmente gerador do interesse dos estudantes, motivando perguntas e discussão. Após algumas considerações sobre os acontecimentos no Ruanda e as funções dos media nesse conflito, é feita uma breve retrospectiva histórica sobre a comunicação nas duas Guerras Mundiais, sendo indicados alguns recursos bibliográficos e online (Santos, 2001a e 2001b; Imperial War Museums, online) onde os estudantes podem obter mais informação.

²⁴ Várias estimativas apontam para cerca de um milhão de pessoas.

Os media têm uma função crucial na construção de imagens e uma influência significativa sobre a percepção que os públicos têm de determinados grupos de pessoas e dos países estrangeiros. As práticas de comunicação são instrumentais na construção, pelos Estados (e outros actores), dos seus inimigos internos e externos. Por esta razão, considera-se importante fazer, nesta disciplina, uma reflexão sobre comunicação persuasiva em situações de guerra.

Sobre as técnicas de persuasão dos cidadãos relativamente à acção de guerra é habitualmente mostrado aos estudantes um esquema retirado do site do Imperial War Museum britânico²⁵ e que consiste em quatro princípios essenciais: 'Intensify own 'good"; 'Downplay others' 'good"; 'Downplay own 'bad"; 'Intensify others' 'bad". Este esquema assenta no chamado 'quadrado ideológico', proposto por van Dijk (1998), e consiste numa 'estratégia de 'auto-apresentação positiva e de apresentação negativa do outro', em que as nossas coisas boas e as coisas más deles são realçadas, e as nossas coisas más e as coisas boas deles são secundarizadas' (Van Dijk, 2017, p. 43). O endogrupo é representado pelo pronome 'nós' e recebe uma ênfase positiva e o exogrupo pelo pronome 'eles' e recebe uma ênfase negativa. Assim, em situações de conflito (pré-guerra ou durante uma guerra) não é raro haver uma construção muito selectiva de traços associados a 'nós' e a 'eles'. Por exemplo, procura-se mostrar como a 'nossa' causa é justa, como é importante defender valores e princípios, e tenta-se criar um sentido de união em torno de uma determinada narrativa e imagética colectiva e do risco de perder um bem comum. Por outro lado, procura-se ressaltar a maldade 'deles, estimulando emoções como raiva, medo e ressentimento, desumaniza-se o 'outro' e incita-se ao ódio e à vingança.

Estas questões são discutidas juntamente com outras perspectivas sobre as técnicas de persuasão e legitimação da guerra, como um documento da autoria do Coronel Vasco Rocha Vieira (1983) intitulado *O Emprego dos Meios de Comunicação Social (Mass Media) na Acção Estratégica*. Aí são enunciadas as seguintes 'técnicas' de comunicação numa situação de conflito: 'simplificação; repetição e orquestração; unanimidade e contágio; ampliação e desfiguração; derivação; transferência de culpa; e terror'.

Nesta unidade curricular, considera-se que a análise da comunicação e dos media nas situações de guerra é particularmente importante em duas fases: a fase pré-guerra e a fase

²⁵ A informação estava alojada em <http://www.iwm.org.uk/upload/package/29/mediawar/index.htm> sob o título 'Media propaganda techniques' (Acesso: 3 Abril 2004). Actualmente, essa página já não se encontra disponível. O Imperial War Museum (online) mantém, porém, um rico manancial de documentação sobre propaganda de guerra no seu site (<https://www.iwm.org.uk/collections/item/object/205132733>). Os alunos de Comunicação Internacional são convidados a consultá-lo.

da guerra propriamente dita. A chamada Primeira Guerra do Golfo ilustra bem as diferenças entre esses dois momentos. Trata-se do conflito que teve lugar no Golfo Pérsico em 1991 e em que, sob a alçada da ONU, os EUA e o Reino Unido combateram Saddam Hussein e as forças iraquianas na sequência da sua invasão do Kuwait em Agosto do ano anterior. Antes da guerra se iniciar, houve um processo de ‘demonização’ do inimigo, nomeadamente Saddam Hussein. O discurso político e mediático caracterizou-se por criar dicotomias: defesa versus agressão; racionalidade versus irracionalidade; liberdade versus força. Múltiplos estudos mostram uma ausência de crítica da administração norte-americana nos media desse país ou mesmo o apoio expresso das opções oficiais (e.g. Taylor, 1992; Greenberg & Gantz, 1993; Bennett & Paletz, 1994). Apenas 1% do tempo de antena foi dedicado a oposição à guerra (protestos, manifestações).

Após o início do conflito, a ênfase passou a ser colocada em aspectos técnicos em vez de políticos. A guerra foi representada como se fosse um jogo de vídeo, com recurso a imagens filmadas por câmaras instaladas no nariz das ‘bombas inteligentes’ e o uso de cenários computarizados (ver Wolton, 1991). Foi construída uma imagem de grande sofisticação tecnológica: aviões, mísseis e equipamento electrónico que era capaz de fazer o que nunca tinha sido feito, nomeadamente uma ‘operação cirúrgica’. Assim se sugeria que a guerra seria precisa e a vitória rápida. Em aula, são dados a conhecer aos alunos vários registos em vídeo que ilustram estas características, quer de carácter jornalístico²⁶ quer de carácter institucional (promocional)²⁷.

Depois do chamado ‘Síndrome do Vietname’, uma guerra em que a intensa mediatização (e.g. Hallin, 1986) alimentou o mal-estar da população americana face ao conflito, o Pentágono e outras instâncias de poder limitaram fortemente o acesso dos jornalistas aos campos de batalha. Na Primeira Guerra do Golfo foi implementado um sistema de ‘pooling’ em que apenas um grupo restrito de jornalistas era autorizado a estar no terreno e apenas com acompanhamento militar. A máquina militar norte-americana efectuou aí uma cuidada gestão da informação fornecendo aos media imagens e palavras seleccionadas e recorrendo a técnicas típicas das relações públicas. Neste contexto, a CNN teve um papel importante porque foi, de todos os media, aquele que conseguiu fazer uma cobertura mais intensa e independente.

²⁶ RTP (2007) ‘1990 – Invasão do Koweit’. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/1990-invasao-do-kuwait/> (Acesso: 20 Maio 2024).

²⁷ Military.Com (2011) ‘Gulf War Footage from USS Missouri’. Disponível em <https://www.military.com/video/operations-and-strategy/persian-gulf-war/gulf-war-footage-from-uss-missouri/792771598001> (Acesso: 20 Maio 2024).

A Guerra do Kosovo reveste-se de interesse sobretudo por ter sido justificada com argumentos humanitários. Referimo-nos aqui à acção militar da NATO que, entre Março e Junho de 1999, efectuou um intenso bombardeamento da ex-Jugoslávia com o fim de pôr fim aos alegados massacres da população kosovar de origem albanesa praticados pela Sérvia. Richard Vincent (2000) efectuou uma análise do discurso dos media norte-americanos sobre esta guerra, num período em que Bill Clinton estava no poder. Este autor concluiu que houve uma representação dicotómica da realidade em que a Milosevic e aos Sérvios eram associados termos como ‘tirano’, ‘irracional’, ‘calculista’, ‘louco’, ‘vilões’ e ‘terroristas’ enquanto o léxico utilizado relativamente aos Kosovares incluía palavras como ‘oprimidos’ e ‘vítimas’, e referências a ‘medo’, ‘mortes’, ‘violações’ e ‘refugiados’. O envolvimento do Exército de Libertação do Kosovo em actividades criminais, como o tráfico de droga, o contrabando de armas e o recenseamento forçado de civis foi sistematicamente omitido pelos media, que contribuíram para a legitimação de uma infração do princípio da soberania com o argumento da ‘intervenção humanitária’ (Thussu, 2000). Sabendo-se hoje que os bombardeamentos feitos pela NATO causaram mortes e destruição excessiva e desnecessária, os media dos EUA mantiveram o silêncio relativamente a estes aspectos. A parcialidade dos media norte-americanos foi, mais recentemente, confirmada por Nikolaev (2009) numa análise de conteúdo das fotografias publicadas na *Time*, *Newsweek* e na *News and World Report* sobre esta guerra.

A análise dos casos do Golfo e do Kosovo exemplificam bem os modos como, na fase pré-guerra, se procede em Estados democráticos à legitimação pública da mesma, com a construção do inimigo como uma ameaça e o apelo ideológico ao patriotismo, entre outros mecanismos, e como os media dominantes muitas vezes ‘colaboram’ com os governos dos seus países nestes processos. Após o começo dos confrontos militares, desaparece toda a dimensão político-ideológica e os media centram-se em questões processuais relacionadas com as estratégias e técnicas de guerra. A guerra é, assim, naturalizada.

Terá o conflito iniciado pelos EUA no Iraque em 2003 apresentado as mesmas características? Valerá a pena recordar que tal conflito motivou uma enorme oposição popular internacional, tendo suscitado as maiores manifestações de rua de que há memória nas capitais de muitos países. Comece-se por referir que o panorama mediático internacional era bem mais complexo em 2003 do que em períodos anteriores. A Al-Jazeera tinha já conquistado uma posição importante na comunicação no mundo árabe. Outras cadeias no Golfo iam ganhando força para além das fronteiras nacionais. E, acima de tudo,

há que destacar o papel da Internet que, nesse momento, tinha já uma implantação global assinalável e que permitiu a disseminação de muitas perspectivas alternativas à dos media dominantes (cf. Eickelman & Tessler, 2003).

A respeito da guerra no Iraque, são mostrados em aula alguns excertos do documentário intitulado ‘The War You Don’t See’, produzido e dirigido por John Pilger (2010), que também se refere ao Afeganistão e ao conflito Israel-Palestina. São aí apresentadas entrevistas com múltiplos jornalistas, estudiosos e alguns (ex-)políticos, bem como excertos de cobertura mediática de conflitos, que permitem perceber como a imagem das guerras é tanto mostrada como escondida para fins estratégicos, e o tipo de relações que existe entre os diferentes actores sociais referidos.

Antes de iniciarem a guerra no Iraque (por muitos considerada uma invasão injustificada), nos EUA, houve uma colagem da maior parte dos media *mainstream* e, em particular, das televisões, à posição oficial (e.g. Calabrese, 2005), com a insistência no argumento de que Saddam Hussein tinha armas de destruição massiva e a ligação, implícita ou explícita, do 11 de Setembro a Saddam Hussein. Tal foi repetidamente sugerido por figuras de topo da administração norte-americana e não suficientemente ou adequadamente contestado pelos meios jornalísticos (Gershkoff & Kushner, 2005). Para ilustrar essa estratégia política, são mostrados diversos excertos em vídeo de declarações (sobretudo em conferências de imprensa) de figuras como George W. Bush (então Presidente dos EUA), Dick Cheney (Vice-Presidente) e Donald Rumsfeld (Secretário de Defesa). O filme referido abaixo, por Mark Fiore, é uma elucidativa caricatura dessas práticas comunicacionais.

ACTIVIDADE EM AULA

1. Visualizar filme de animação de Mark Fiore intitulado ‘A Nation Remembers’:
<http://www.markfiore.com/animation/remember.html>
2. Reflectir sobre a ligação feita nos EUA por actores políticos e pelos media entre o 11 de Setembro e Saddam Hussein.

Em democracia, os governos necessitam de ter o apoio (pelo menos tácito, senão manifesto) dos cidadãos para avançarem com projectos de grande impacto, como é uma

guerra. É, portanto, da maior importância compreender as opiniões que os públicos formulam das situações de guerra e como esse apoio é conseguido.

Kull, Ramsay & Lewis (2003) identificaram três questões fundamentais, nomeadamente, as percepções dos cidadãos dos EUA sobre: a existência de provas sobre a posse de armas de destruição maciça pelo Iraque; a existência de provas sobre uma ligação entre o Iraque e a Al Qaeda; e a opinião do resto do mundo sobre a decisão norte-americana de avançar com a guerra sem o aval da ONU.

‘If Americans believed that the United States had found WMD [weapons of mass destruction] in Iraq or had found evidence that Iraq was providing support to al Qaeda, then they may have seen the war as justified as an act of self-defense even without UN approval. If Americans believed that world public opinion backed the United States going to war with Iraq, then they may have seen the war as legitimate even if some members of the UN Security Council obstructed approval.’ (Kull, Ramsay & Lewis, 2003: 570).

Analisando os resultados de sondagens realizadas nos EUA ao longo de vários meses em 2003, estes autores identificaram percentagens elevadas de concepções erróneas entre a população norte-americana²⁸. Ressalte-se que a sua investigação mostrou uma importante associação entre essas concepções erróneas e o apoio à guerra²⁹. Procurando os factores que terão estado na origem dessas concepções, os investigadores identificaram dois como particularmente importantes: as atitudes políticas e os media utilizados. Relativamente aos media, o estudo mostra que foi entre aqueles que usaram a cadeia Fox como principal meio de informação que se registou a mais elevada percentagem de concepções erróneas, seguida (por ordem decrescente) da CBS, ABC, CNN, NBC, meios impressos e NPR/PBS (National Public Radio/Public Broadcasting Service). Embora não se possa definir relações de causa-efeito entre (exposição a) conteúdos mediáticos e opiniões das pessoas, a associação entre ambas que este trabalho mostra é bastante expressiva da ligação entre esses aspectos.

Apesar de tudo, a enorme máquina americana de ‘news management’ não conseguiu assegurar nesta guerra o apoio generalizado aos EUA a nível internacional, tendo os media

²⁸ Nomeadamente, a ideia que tinham sido encontradas armas de destruição maciça no Iraque; que existiam provas de uma ligação entre o Iraque e a Al Qaeda; e que o resto do mundo apoiava a decisão norte-americana de avançar com a guerra. Os valores de cada uma das concepções erróneas situaram-se entre 21% (para a questão das armas de destruição maciça em Julho de 2003) e 52% em Junho de 2003 (para a ligação Iraque-Al Qaeda), o que, somado às percentagens de não resposta, alcançou resultados acima dos 50% em muitos casos.

²⁹ O apoio situou-se entre valores de 23% entre as pessoas que não tinham nenhuma destas concepções erróneas e 86% entre as pessoas que tinham as três concepções erróneas.

de muitos países sido profundamente críticos da invasão americana (e.g. Lamloum, 2003). Apresentam-se aos estudantes alguns dados comparativos da cobertura dada ao Iraque nos EUA e nalguns países europeus e realiza-se a seguinte actividade.

ACTIVIDADE EM AULA

1. Visualizar excertos de emissões noticiosas da RTP1, da BBC World e da TV5 no início da Guerra no Iraque (Março-Abril 2003).
2. Discutir as diferenças entre elas.
3. Analisar os símbolos utilizados por estas estações para representar a guerra e procurar interpretá-los.

Intervenções voluntárias dos estudantes em aula.

A autora deste relatório produziu uma comparação da cobertura de três estações televisivas – RTP1, BBC World e TV5 – ligadas a países europeus com posições diferentes nesta guerra (Portugal, Reino Unido e França) e concluiu que as representações do conflito foram particularmente críticas nos canais franceses reemitidos pela TV5 (Carvalho, 2005). Esse estudo, e parte dos materiais compilados para o mesmo, são objecto de análise detalhada na sala de aula. Tem-se em conta os actores presentes nas notícias, o tipo de jornalistas que as produziram e os comentadores que as interpretaram, a iconografia seleccionada ou criada para ‘pintar’ este conflito, e as ‘meta-narrativas’ de cada estação.

A Guerra no Iraque foi a guerra com maior cobertura jornalística de sempre (estiveram mais de 3000 jornalistas presentes na região). Este conflito e a sua mediatização são um importante motivo de reflexão sobre múltiplos aspectos da prática jornalística. Referimo-nos, por exemplo, ao processo de ‘embedding’ dos jornalistas, ou seja, a sua integração em grupos militares nos campos de batalha, e a inevitabilidade do processo de identificação com as forças militares que acompanharam e que foram o seu garante de sobrevivência (e.g. Tumber & Palmer, 2004; ver também Pereira, 2005). Do mesmo modo, outras questões podem ser pensadas em torno da noção de ‘objectividade’ jornalística em situações de guerra (e.g. Santos, 2002) e das actuações governamentais nesses momentos em que, muitas vezes, há práticas de censura (por exemplo, durante um longo período houve uma

proibição de filmar os caixões que íam chegando do Iraque à morgue militar de Dover, Delaware, nos EUA) (ver também Pureza & Ferrándiz, 2003; Thussu & Des Freeman, 2003).

As situações de guerra ou de conflito internacional (mesmo não existindo forças militares em acção) têm muitas vezes levado à comprovação da chamada ‘teoria da indexação’ (‘indexing theory’), ou seja, o facto de os media indexarem a sua cobertura às posições oficiais dos países em que estão sediados. Por outras palavras, quando existe consenso entre as elites políticas relativamente a uma determinada questão, a cobertura mediática tende a reflectir essa concordância; quando não há consenso, a cobertura mediática espelha as divergências. Por exemplo, um estudo recente mostrou essa tendência relativamente à tomada do Afeganistão pelos Taliban (Hussain & Jehangir, 2024).

As situações de guerra e de conflito que poderiam ser objecto de análise no quadro desta unidade curricular são muito numerosas. A selecção que foi aqui apresentada tem, naturalmente, limitações, sendo uma delas a pouca recência dos casos analisados. Nos últimos dois anos, tem sido feita referência à guerra em curso no território da Ucrânia na sequência da invasão pela Rússia em Fevereiro de 2022. São discutidos desenvolvimentos históricos que precederam a guerra, a narrativa russa sobre a mesma (Mamedov, 2024) e os vieses dos media ocidentais *mainstream* (Loureiro, 2023; Zollmann, 2024). No último ano, foi também discutida a guerra em Gaza. Tratando-se de conflitos em curso, há que reconhecer a dificuldade em fazer uma análise sistemática.

Há também que notar que permanecem profundas diferenças na visibilidade conferida pelos media ao mesmo tipo de questões. Por exemplo, actualmente, é dada uma atenção significativa nos media ocidentais aos conflitos que envolvem a Ucrânia e a Rússia, por um lado, e Gaza e Israel, por outro. Ao mesmo tempo, existem diversos conflitos em todo o mundo que, apesar da sua gravidade, permanecem em grande parte fora do radar da comunicação social internacional. Por exemplo, a situação em regiões como a República Centro-Africana e o Sudão do Sul continua a ser marcada por violência e instabilidade, com milhões de pessoas deslocadas e em necessidade urgente de assistência humanitária. Além disso, conflitos menos conhecidos, como os confrontos entre comunidades em áreas remotas da Índia ou as tensões no Iémen, onde a guerra civil se arrasta há anos, também carecem de uma cobertura adequada. Estes conflitos, muitas vezes, são alimentados por questões étnicas, políticas e económicas, e as suas consequências afetam diretamente a vida

de milhões de pessoas, sublinhando a necessidade de uma maior atenção e ação da comunidade internacional.

Os media podem não abordar os conflitos mencionados por várias razões. Em primeiro lugar, a falta de recursos e correspondentes no terreno pode limitar a capacidade das redações para cobrir eventos em regiões remotas ou menos conhecidas. Além disso, a prioridade dada a histórias que atraem mais audiência ou que têm um impacto mais imediato nas sociedades ocidentais pode levar à marginalização de conflitos que, embora graves, não geram o mesmo nível de interesse público. A complexidade dos conflitos, que muitas vezes envolvem múltiplos atores e questões históricas profundas, também pode dificultar a sua cobertura de forma clara e acessível. Por fim, a agenda mediática é frequentemente influenciada por fatores políticos e económicos, o que pode resultar na omissão de certos conflitos que não se alinham com os interesses dos principais meios de comunicação.

Apesar de se estar essencialmente a discutir aqui aspectos relacionados com os media convencionais, é de salientar que muitas plataformas digitais não jornalísticas são, também, espaços de construção de sentido muito importantes, tendo-se substituído os media convencionais, em termos de acesso a informação sobre a actualidade para muitas pessoas. Isto também é válido para as situações de guerra (ou outros conflitos), com implicações socio-culturais potencialmente muito significativas. Nos últimos anos, vários estudos têm procurado conhecer melhor a comunicação sobre situações de guerra ou outro tipo de conflito em redes sociais, incluindo questões como a produção, circulação e usos da desinformação sobre guerras e conflitos (e.g. Hamdi, 2024).

Este módulo do programa é concluído com uma reflexão em torno da seguinte pergunta: É possível passar do 'Jornalismo de Guerra' para um 'Jornalismo de Paz'? Tendo já verificado que os media, em várias situações, contribuíram para a intensificação de conflitos e, voluntária ou involuntariamente, estimularam uma atitude pró-guerra, procura-se reflectir sobre a possibilidade de os media, ao invés, cultivarem a paz e promoverem formas de diálogo e de entendimento que permitam evitar os conflitos violentos ou facilitem a sua resolução.

A este propósito Galtung e Vincent (1992: 199) fazem as seguintes recomendações sobre a produção da informação em situações de conflito: 1) Dar a conhecer todos os pontos de vista; 2) Lutar pelo acesso à informação; 3) Contactar fontes não-oficiais; 4) Não glorificar a tecnologia; 5) Procurar obter imagens do impacto da guerra; 6) Personalizar as 'estórias' de guerra; 7) Fornecer informação contextual; 8) Evitar ser manipulado pelos actores políticos e

militares; 9) Não transformar os próprios media no centro da atenção; 10) Enfatizar/promover iniciativas pela paz (cf. Glasgow University Media Group, 1985).

Noutro trabalho, Galtung (1998) formula múltiplas perguntas que os jornalistas a cobrirem situações de conflito ou de guerra aberta poderiam colocar no sentido de compreender a situação de forma mais profunda e abrangente e de identificar os caminhos (plurais) possíveis. Por exemplo, 'Que conflito é este? Quem são as partes (incluindo as que estão para além da arena imediata da violência) e quais são os seus reais objectivos? Quais são as raízes mais profundas - estruturais, culturais e históricas - do conflito? (...) Quem está a trabalhar para prevenir a violência e quais são as suas visões dos possíveis resultados do conflito, os seus métodos e como podem ser apoiados?.'

Por sua vez, Majid Tehranian (2002) realça, a este propósito, aspectos relacionados com a economia política dos media, referindo que, para reduzir a probabilidade da ocorrência de conflitos, é fundamental o pluralismo 'estrutural' ao nível da propriedade e controlo dos media. O apoio aos media comunitários e de carácter público, como contrapeso aos media governamentais e comerciais, e a redução dos desequilíbrios a nível inter- e intra-nacional no acesso aos media, com a promoção de maior equilíbrio nos fluxos da informação, são, no seu entender, fundamentais.

Como exemplo de uma iniciativa que procura expressamente fomentar o 'Jornalismo de Paz', é habitualmente dada a conhecer aos estudantes a 'Culture of Peace News Network' (<http://cpnn-world.org/>), um projecto da UNESCO para a criação de websites de carácter local onde qualquer indivíduo pode relatar iniciativas locais pela paz.

5.2. Media, terrorismo e comunicação intercultural

Desde 2001, a questão do terrorismo³⁰ adquiriu uma tal centralidade nas relações internacionais que se torna incontornável a sua abordagem nesta unidade curricular, em especial porque a relação deste fenómeno com os media é, como veremos, quase 'umbilical'. A temática é habitualmente introduzida com a seguinte actividade.

³⁰ O termo 'terrorismo' é entendido, no âmbito da unidade curricular, como violência politicamente motivada (Wilkinson, 1997).

ACTIVIDADE EM AULA

1. Visualizar notícias sobre atentados dos grupos IRA e ETA nos anos 80 do século XX.

Visualizar as capas de jornais de vários países de 11 e 12 de Setembro de 2001.

2. Discutir a afirmação '**O terrorismo é um acto retórico**' (Dowling, 1986).

Recordando aos estudantes os sentidos do termo 'retórica', eles compreendem a leitura proposta por Dowling (1986). Numa época histórica marcada por atentados que envolviam, por exemplo, desvios de aviões e outras estratégias 'espectaculares', embora sem a dimensão dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, o autor argumentou que o terrorismo é essencialmente 'teatro' e que tem como finalidade principal captar a atenção e ser persuasivo relativamente à sua força e determinação. Dowling (1986) considera que os terroristas têm duas audiências: uma audiência interna, composta por membros do seu próprio grupo e seus seguidores, e uma audiência externa, que engloba actores políticos e cidadãos comuns. Junto da primeira, pretendem elevar a moral; demonstrar força e importância; e fomentar a auto-persuasão relativamente a determinação, heroísmo e vitória final. Junto da segunda audiência (externa) têm como objectivo dar a conhecer o grupo e sua causa; captar a atenção; e criar uma imagem de credibilidade – capacidade, coragem, e determinação. Os media, avança Dowling, são vitais para que os grupos terroristas e os seus actos ganhem visibilidade e dimensão social e política, e para alcançarem os seus objectivos junto das audiências interna e externa.

A relação media-terrorismo é vista de modo idêntico por Wilkinson (1997). Conquistar apoio junto da opinião pública para a sua causa e reivindicações é importante para a afirmação dos grupos terroristas e, em última instância, para a prossecução de mudanças desejadas. Para tal, é vital a amplificação simbólica desses grupos e das suas mensagens resultante da cobertura mediática. No entanto, esses grupos não se apresentam a eleições nem funcionam de modo democrático e, no imediato, são os atentados terroristas a via mais fácil para a 'fama'. Os media encontram nesses atentados momentos altamente apetecíveis enquanto potenciais notícias já que tais actos vão ao encontro de múltiplos critérios de noticiabilidade clássicos: surpresa, negativismo, suspense, impacto social e político, etc. Como tal, são normalmente objecto de intensa cobertura. Mowlana (1984) descreveu um aumento significativo nas audiências televisivas com a crise de reféns americanos em Teerão (Irão) já em 1979. Mais audiências significam mais ganhos financeiros. Tempo de antena e públicos numerosos são instrumentais para a criação de medo, um objectivo estratégico dos

grupos terroristas. A natureza simbiótica da relação entre os media e terrorismo torna-se evidente.

O 11 de Setembro de 2001 teve uma expressão verdadeiramente fenomenal nos media internacionais. O volume de cobertura destes acontecimentos, o nível de dramatismo presente nos discursos, as leituras dos mesmos e das consequências para o mundo não encontram paralelo histórico. Daí que seja fundamental analisar este caso com alguma profundidade na unidade curricular de Comunicação Internacional. Uma das referências bibliográficas fundamentais para tal é um artigo de Jack Lule (2002) sobre os editoriais do *New York Times* no mês que se seguiu ao 11 de Setembro. Reflectindo sobre as funções mitológicas da imprensa, Lule identifica quatro mitos principais no discurso do *Times*: o Mito do Fim da Inocência (a ideia de que tudo teria mudado), o Mito das Vítimas (todos os que pereceram na sequência dos atentados são transformados em heróis e a morte em sacrifício), o Mito dos Heróis (George W. Bush, o ‘mayor’ Rudy Giuliani, os bombeiros, as forças policiais, etc), e o Mito do Futuro Trágico (os americanos teriam que se preparar para a guerra e para o sacrifício que ‘inevitavelmente’ se seguiriam). Lule mostra assim como mesmo meios considerados progressistas como o *New York Times* podem embarcar em discursos que constituem o caminho para a violência internacional (ver também Gershkoff & Kushner, 2005).

Numa análise da representação dos acontecimentos de 11 de Setembro na televisão e rádio dos EUA, Kellner (2002) aponta uma leitura muito simplista da situação (em termos de ‘nós’/ ‘eles’ e ‘o bem’/ ‘o mal’) e identifica discursos de incitamento à guerra. É importante relembrar que o panorama mediático não é uniforme e que, também neste caso, houve diferenças entre os canais de televisão e de rádio *mainstream*, por um lado, e muita da imprensa escrita e de muitas publicações na Internet, por outro. No último caso, é possível encontrar uma multiplicidade de análises mais integradas e críticas quer dos atentados terroristas quer da sua ‘gestão’ política por parte da administração de George W. Bush que formulou e tentou implementar, a partir de 2001, uma ‘Guerra ao Terrorismo’ (‘War on Terror’) com dimensões globais.

A retórica da ‘Guerra ao Terrorismo’ e as suas implicações são bem sintetizadas por George Lakoff (em Powell, 2004) no parágrafo seguinte:

‘Real wars are wars against countries, and in the "war on terror," we are attacking countries. But those countries are not the same as the terrorists. We’re acting at the wrong level. Meanwhile, by using this frame, we get a commander in chief, as the Republicans keep referring to Bush — a "war president" with "war powers," which imply that ordinary protections don't have to be observed. A "war president" has extraordinary

powers. And the "war on terror," of course, never ends. There's no peace treaty with terror. It's a prescription for keeping conservatives in power indefinitely. In three words — "war on terror" — they've enacted vast political changes.' (s/p)

O poder constitutivo da linguagem é claro nesta reflexão e procura-se, discutindo-a com os estudantes, desenvolver as suas competências de análise crítica dos discursos políticos e mediáticos que, como este, tanto têm marcado as relações internacionais.

Muitos dos discursos sobre o terrorismo têm, nos últimos anos, posto em confronto o 'Ocidente' e o 'Islão', representando o recurso à violência como uma decorrência, quase 'natural', de diferenças culturais insanáveis. Para esta visão, muito contribuiu Samuel Huntington e as suas teses sobre o 'choque das civilizações' que começou por apresentar num artigo publicado na revista *Foreign Affairs* em 1993 e depois desenvolveu num livro de 1996. No artigo de 1993, Huntington afirmava:

'It is my hypothesis that the fundamental source of conflict in this new world will not be primarily ideological or primarily economic. The great divisions among humankind and the dominating source of conflict will be cultural. Nation states will remain the most powerful actors in world affairs, but the principal conflicts of global politics will occur between nations and groups of different civilizations. The clash of civilizations will dominate global politics. The fault lines between civilizations will be the battle lines of the future.' (s/p)

Os postulados de Huntington são, nesta unidade curricular, discutidos com os estudantes também com recurso ao mapa elaborado pelo autor em que dividiu o mundo em 14 partes, correspondendo a diferentes 'civilizações', tais como a 'Cristandade Ocidental', a 'Cristandade Ortodoxa', o 'Mundo Islâmico', a 'América Latina', a 'África Subsariana' e outras, sendo que países como a Turquia, a Etiópia e o Haiti aparecem isolados, como distintos dos 'blocos' criados por Huntington.

As ambiguidades e a arbitrariedade destas categorias são debatidas nas aulas, reflectindo-se sobre o que esta visão do mundo significou num momento em que tinha terminado a Guerra Fria e a ordem internacional que lhe estava associada. Parte da popularidade da proposta de Huntington nos anos 90 deveu-se ao facto de constituir um grande esquema narrativo e 'criar' uma nova ordem internacional, definindo fronteiras e facilitando a leitura e o entendimento do mundo. Com os atentados terroristas do 11 de Setembro esta visão foi profundamente instrumental para 'dar significado' ao que acabava de acontecer, tendo sido retomada e reforçada pela voz de actores políticos e pelos media *mainstream*, que viram aqui uma 'explicação' aparentemente lógica e de fácil compreensão. Assim se popularizou a ideia de uma 'batalha' entre o Ocidente e o mundo islâmico.

Neste contexto, convida-se os estudantes a fazer o exercício mental de reverter as relações 'causa-efeito' entre o 'choque civilizacional' de Huntington e o 11 de Setembro e os acontecimentos que se lhe seguiram. Em vez de ver esses eventos como consequência de tal 'choque' sugere-se que poderão ter sido a causa de um discurso que, ele sim, foi constituindo e aprofundando fracturas e barreiras culturais. Tanto após o 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque como dos ataques terroristas de 7 de Julho de 2005 em Londres, aumentou em muito a estigmatização e a perseguição dos muçulmanos nesses países, tendo muitas vezes os media contribuído para tal (Nohrstedt & Ottosen, 2004; Shaw, 2012).

Este módulo é concluído com propostas e interpretações de alguns dos críticos de Samuel Huntington, nomeadamente Edward Said e Amartya Sen. Said discutiu os problemas associados às representações do 'Oriente' no seu muito conhecido livro *Orientalismo* (1978; trad. de 2004) e às imagens políticas e mediáticas do Islão numa obra publicada em 1981 (rep. 1997). Após o 11 de Setembro sugeriu a existência de um 'choque da ignorância' (2001). Por sua vez, Sen (2006a e 2006b) argumenta que não é adequada a definição da identidade com base na religião e reflecte sobre as consequências sociais e políticas que isso pode ter. Sugere-se aos estudantes a leitura de obras destes dois autores para aprofundamento destas análises.

6. Desafios Societais e Cidadania

Ao longo das últimas décadas, os media contribuíram para a aceleração e reforço da interdependência mundial. Como exemplo desse processo, pode ser indicada a inclusão de questões globais nas agendas políticas nacionais e internacionais, como o ambiente e os direitos humanos. Nessas áreas e noutras, os media têm também tido um papel importante na abertura de arenas políticas a actores não-estatais, muitos deles com um estatuto global, como a Greenpeace ou a Amnistia Internacional. Neste último capítulo do programa de Comunicação Internacional, são discutidas algumas das grandes questões sociais e políticas que não foram abordadas nos capítulos anteriores mas que têm uma grande importância no panorama internacional actual.

6.1. Comunicação internacional e desafios contemporâneos

Que grandes desafios enfrentam as sociedades actuais? Como são esses desafios reconstruídos nos media e em plataformas digitais? Podem esses discursos promover um

sentido de consciência e de cidadania de dimensão global? Que condições comunicacionais existem para a mudança positiva? Estas são algumas das questões que subjazem a este ponto do programa. Várias das questões até aqui tratadas na unidade curricular, como guerra e terrorismo, constituem enormes desafios para múltiplos países e mesmo o mundo como um todo. Nessas questões, o direito e a responsabilidade de intervir é exclusivamente dos governos (embora, em democracia, desejavelmente com a chancela dos cidadãos); por contraste, neste último capítulo do programa, serão abordadas questões em que, para além dos Estados e seus governos, é premente o envolvimento dos cidadãos, especialmente enquanto actores colectivos (ou seja, movimentos sociais, associações e outras organizações da sociedade civil).

Nos anos 70 do século XX, Nye e Keohane (1977) introduziram o conceito de ‘interdependência complexa’, destacando como as relações entre os países se tornaram intrincadas devido ao fluxo de informações, ao comércio e às organizações internacionais. Nessa perspectiva, a comunicação não apenas sustenta a política doméstica, mas também desempenha um papel fundamental na manutenção da ordem global. As tecnologias de comunicação contribuíram para alterações importantes ao nível da percepção e da acção. Por exemplo, a percepção do espaço foi fortemente alterada com o seu desenvolvimento. Os analistas mais optimistas apontam que, com a visibilidade dada pelos media a algumas questões e a sensibilização da opinião pública para realidades geograficamente distantes, foi surgindo uma ‘consciência global’ que levou nalguns casos a uma pressão social sobre os actores políticos (cf. Robertson & Buhari-Gulmez, 2017).

A criação ou a estimulação de sentimentos de proximidade e de solidariedade através da comunicação mediatizada é uma área fascinante que envolve semiótica, psicologia e outros domínios. O trabalho de Boltanski (1993) sobre o que chamou o ‘sofrimento à distância’, e cujos mecanismos discursivos multimodais Chouliaraki estudou amplamente (e.g. Chouliaraki, 2006; Chouliaraki, 2008), é uma referência fundamental. Merece também aqui menção o trabalho de Moeller (1999) sobre a cobertura de situações de fome, de assassinatos e de situações de genocídio. Moeller analisa a criação de estereótipos, tal como o de crianças (com um aspecto triste ou desnutrido) em representação de situações de crise humanitária, e a forma como os media podem usar impunemente imagens de crianças para criar simpatia ou apoio relativamente a uma determinada situação. Juntamente com outras estratégias e uma linguagem excessiva e sensacionalista, argumenta Moeller, isto contribui para a criação de ‘compassion fatigue’, uma expressão de difícil tradução que se refere a uma redução da sensibilidade

relativamente a situações de sofrimento devido à exaustão emocional causada por exposição repetida a tais situações. Relativamente a aspectos menos estudados como o fotojornalismo, refira-se o trabalho de Perlmutter (1998; 2005) que discute o impacto de algumas imagens sobre a percepção pública das questões, ou seja como determinadas fotografias podem provocar choque e indignação, mobilizar movimentos de solidariedade ou de revolta, e influenciar a tomada de decisão política. Sobre esta matéria, é analisado em aula o caso de Alan Kurdi, uma criança síria de três anos que morreu em 2015 na sequência de um dos muitos naufrágios de barcos que têm tentado atravessar o Mediterrâneo em direcção à Europa. A imagem do corpo desta criança numa praia turca foi largamente disseminada e gerou uma importante onda de mobilização mediática e pública relativamente à chamada ‘crise dos refugiados’.

Contrariamente aos que crêem na constituição de uma ‘consciência global,’ muitos investigadores apontam para a existência de um grande divisionismo internacional no discurso mediático e para o reforço de uma leitura em que existem duas categorias: ‘nós’ and ‘eles’. Isto é muito acentuado em situações como a guerra e o terrorismo, mas verifica-se igualmente em relação à imigração e a problemas económicos e outros (e.g. Ginneken, 1998; Wodak et al., 1999; Graham, Keenan & Dowd, 2004). Neste quadro, vários analistas têm avançado a ideia de que o jornalismo deveria ser modificado no sentido de fomentar o sentido de conexão e interdependência. Berglez (2013) formulou o conceito de ‘jornalismo global’ como uma evolução epistemológica do jornalismo tradicional, considerando que as crises globais, como as alterações climáticas, revelam a necessidade de uma abordagem jornalística que vá além do olhar nacionalista. O jornalismo global é formulado como uma prática concreta, que é aplicável à investigação, formação e exercício do jornalismo. Simon Cottle (2008; 2023) partilha esta visão, argumentando que os media têm um papel crucial na cobertura de crises globais ao construir representações que moldam as respostas sociais e políticas a estas crises. Sublinha a necessidade de os jornalistas reconhecerem as interconexões globais e locais, criando narrativas que expliquem a complexidade de questões como a emergência climática, as migrações e as desigualdades globais. Para Cottle, o jornalismo deve fomentar uma consciência global, promovendo empatia e acção coletiva, ao mesmo tempo que desafia estruturas de poder e interesses dominantes. Dificultando a concretização destas propostas estão os muitos discursos, jornalísticos e outros, que seguem os caminhos do poder político e económico.

Sendo um problema multidimensional que afecta todos os países, que apresenta riscos muito elevados, e que requer uma coordenação global sem precedentes, as alterações climáticas são hoje uma questão vital que envolve os domínios da ciência, da política e da economia, e todos os sectores da sociedade. Trata-se, portanto, de uma questão transversal a países e organizações, de grande complexidade, que tem sido considerada o maior desafio que a humanidade enfrenta neste momento. Uma das dificuldades colocadas pelas alterações climáticas é de carácter ético e social e tem que ver com as enormes diferenças que existem na causalidade do problema, ou seja, na emissão de gases com efeito de estufa. Como encontrar uma solução comum quando os países estão em níveis de desenvolvimento tão diferentes? Não terão todos ‘direito ao desenvolvimento’? E como compensar o facto de serem os países e as populações mais pobres a sofrer mais com o problema, devido a factores geográficos e de vulnerabilidade? Outra questão fundamental é a compreensão, por parte dos cidadãos, de um problema que é, do ponto de vista científico, bastante complexo e em que existem domínios de incerteza. Os media têm uma função vital em todos estes processos: na mediação do conhecimento científico, na construção social do risco, da economia global e da equidade, e na consciencialização e mobilização social (cf. Allan, Adam e Carter, 2000; Moser, 2010)

A investigação demonstrou a existência de uma visibilidade desmesurada dos chamados cépticos relativamente às alterações climáticas nos media dos EUA (Boykoff & Boykoff, 2004) e de outros países, e também que a representação do conhecimento científico é fortemente influenciada pelas posições ideológicas dominantes nos órgãos de informação (Carvalho, 2007). Por outro lado, os estudos têm concluído que os actores políticos têm um poder determinante na definição da agenda mediática sobre esta questão (Carvalho, Schmidt & Horta, 2017). Sendo este um problema global com uma forte natureza moral, os media, se consideradas globalmente as suas práticas e as suas mensagens, muitas vezes não contribuem para a criação de um sentido de responsabilidade global e empatia (Carvalho, 2008). Porém, vários autores têm notado diferenças importantes entre os media *mainstream* e meios alternativos. Muitos desses meios focalizam-se mais em questões de justiça climática, dão maior visibilidade aos movimentos sociais e tratam as suas acções de uma forma que é mais positiva e empoderadora (Gunster, 2012; Hackett et al., 2017; Pepermans & Maesele, 2017). Todas estas questões são analisadas nas aulas com recurso a diversos exemplos, nacionais e estrangeiros, sendo discutido o impacto que os discursos mediáticos podem ter na percepção pública, na mobilização e no activismo.

6.2. Movimentos sociais: estratégias de mobilização e resistência

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) e os movimentos sociais são actores fundamentais a nível nacional e internacional. Num artigo de 2003, Ignacio Ramonet designou mesmo os movimentos de cidadãos como o 'quinto poder'. As questões e as perspectivas que promovem são, em muitos casos, da maior importância, como sejam o ambiente, os direitos humanos e os direitos sociais³¹. No sentido de compreender a relação destes actores com os media, começamos habitualmente neste módulo do programa por olhar a história da fundação da Amnistia Internacional, que tem uma importante ligação com Portugal. É fornecido aos estudantes um artigo jornalístico publicado aquando da morte de Peter Benenson em 2005 (Barnett, 2005) que conta a história de como este advogado britânico, em 1960, ao ler num jornal a história de dois jovens que tinham sido presos por fazerem um brinde à liberdade num café de Lisboa, decidiu iniciar uma campanha de protesto. Publicou um anúncio no jornal *The Observer* que teve uma enorme resposta de apoio por parte do público britânico: assim começou a Amnistia Internacional.

ACTIVIDADE EM AULA

1. Ler o artigo fornecido sobre Peter Benenson e a fundação da Amnistia Internacional.
2. Debater a importância dos media para este caso.

Os media são, sem dúvida, uma arena discursiva essencial para as ONGs e para os movimentos sociais (Croteau & Hoynes, 1997). Entre outros fins, os media são fundamentais para promover questões e 'causas'; mobilizar os cidadãos; influenciar a opinião pública; confrontar os poderes políticos, económicos e outros; re-perspectivar questões e problemas; e influenciar decisões políticas. A visibilidade que as ONGs e os movimentos sociais têm através dos media é também um instrumento de legitimação dos movimentos sociais e serve seu o aumento de credibilidade (e.g. Neveu, 1999).

Porém, entre os media e as ONGs/os movimentos sociais existe muitas vezes uma relação 'simbiótica conflituosa' (Gitlin, 1980). Na medida em que as ONGs necessitam dos

³¹ Sandra Braman e Annabelle Sreberny-Mohammadi (1996) compilaram uma série de perspectivas sobre a força que tem a 'sociedade civil transnacional' e as formas em que esse poder estará relacionado com comunicação, bem como sobre a 'experiência do global', identidades e acção social e política (ver também Croucher, 2018).

media para promover as suas perspectivas sobre questões públicas, tentam fornecer-lhes representações apelativas da realidade através de comentários, protestos, manifestações, etc. A Greenpeace é um exímio exemplo de uma organização que, desde a sua fundação, recorre regularmente a estratégias de comunicação orientadas para a captação da atenção dos media (Draper, 1987), procurando ir ao encontro de importantes valores-notícia (a este propósito são mostradas fotografias de algumas das acções da Greenpeace aos estudantes). Por sua vez, os media cobrem esse tipo de acções com frequência. No entanto, muitas vezes não o fazem da forma pretendida pelas ONGs ou mais pertinente para a compreensão do que estas defendem.

A representação da resistência cívica a determinadas formas de poder é frequentemente simplista e distorcida, como exemplificado pelo caso do Movimento pela Justiça Global, uma rede de movimentos que se opôs à globalização desregulada da economia e defendeu o comércio justo (Opel & Pompper, 2003). Diversos estudos mostram que a mediatização das ONGs e dos movimentos sociais tem sido dominada pelo 'frame' do protesto, associado a confronto violento e ao conflito com a lei e a ordem (e.g. McFarlane & Hay, 2003). Dardis (2006) refere-se a catorze 'dispositivos de marginalização' utilizados na cobertura mediática de manifestações. Para além da 'anarquia generalizada', e do 'confronto com a polícia', dispositivos como 'carnaval' – a representação de um protesto como um espectáculo teatral algo vulgar –, entre diversos outros, estigmatizam e desvalorizam estas formas de acção cívica. É de salientar que o 'paradigma do protesto' acarreta o risco de esvaziamento da mensagem dos movimentos sociais. Esta constatação suscita uma reflexão sobre as responsabilidades dos media no sentido de realizarem um enquadramento e uma análise adequados das causas em questão. Em simultâneo, há que pensar na forma como estas organizações poderiam melhorar as suas estratégias de comunicação com os media e contribuir para uma melhor compreensão pública de questões complexas (e.g. Rotberb & Weiss, 1996).

Apesar da enorme importância de fenómenos como o 'public journalism' (Glasser, 1999), o 'citizen journalism' (Bowman & Willis, 2004) e o 'radical journalism' (Atton, 2002), em que os movimentos sociais podem estar envolvidos, (co-)criando dos seus próprios meios (Rodriguez, Kidd & Stein, 2009), as suas audiências e o seu impacto político é, ainda, relativamente limitado pelo que os media de 'massa' convencionais continuam a ser muito importantes para as organizações e movimentos da sociedade civil. Nos últimos anos, o desenvolvimento de alternativas ao 'paradigma do protesto' na mediatização dos movimentos sociais, tanto a nível teórico como na prática jornalística, tem continuado a

merecer o interesse de muitos investigadores (cf. Harlow & Brown, 2023). Embora alguns estudos demonstrem que o ‘paradigma do protesto’ não é comum nos jornais de alguns países, como a Índia, onde existe, historicamente, um maior reconhecimento do valor de negociações políticas informais (Shahin et al., 2016), vários casos sugerem que o activismo que é mais disruptivo relativamente ao *status quo* é frequentemente deslegitimado nos media, como acontece com algumas formas de activismo climático (Santos, Üzelgün & Carvalho, 2024).

Para além do jornalismo, é importante considerar outras arenas de comunicação com relevo para as organizações e movimentos da sociedade civil. Nas duas últimas décadas, as profundas mudanças observadas nas tecnologias de comunicação tiveram um forte impacto no activismo. A Internet e outros novos media vieram possibilitar a desintermediação da comunicação, permitindo às ONGs, a movimentos sociais mais difusos (ex. movimento anti-guerra no Iraque ou, mais recentemente, em Gaza; movimento climático jovem) e ao cidadão, considerado isoladamente, a difusão global das suas causas, ideias e propostas (Roberts, 2014). Assim, os grupos cívicos operam cada vez mais num ambiente mediático híbrido, combinando meios de comunicação tradicionais, redes sociais e estratégias presenciais (Chadwick, 2017).

As redes sociais, como o Twitter, Facebook e Instagram, transformaram a forma como os movimentos sociais mobilizam pessoas, permitindo uma organização descentralizada, comunicação rápida e maior participação. Na perspectiva de Manuel Castells (2009, 2012), os meios digitais fomentam o funcionamento de movimentos sociais em rede e a comunicação horizontal. Desde a emergência das primeiras redes sociais digitais, este autor considerou que poderiam favorecer a auto-organização de grupos, rompendo hierarquias tradicionais. Bennett (2003) examina a forma como o activismo pode ocorrer à escala global através de redes de comunicação, ou seja, em ‘esferas públicas distribuídas’. Tais redes potenciam a flexibilidade organizacional, permitindo que os movimentos ajustem as suas estratégias conforme a evolução das campanhas, o que pode implicar a deslocação das organizações para outras redes. Neste quadro, regista-se um menor peso da ideologia do que nos grupos ou organizações cívicas tradicionais, e observa-se uma nova forma de política cívica mais favorável a grupos ou movimentos com poucos recursos.

Bennet & Segerberg (2012) propõem o conceito de ‘connective action’ (por contraste com ‘collective action’) para reflectir o impacto transformador das plataformas digitais nas dinâmicas dos movimentos sociais:

‘The familiar logic of collective action associated with high levels of organizational resources and the formation of collective identities, and the less familiar logic of connective action based on personalized content sharing across media networks. In the former, introducing digital media do not change the core dynamics of the action. In the case of the latter, they do.’ (Bennet, 2012: 739)

A mobilização social neste novo paradigma de activismo não depende tanto de lideranças ou instituições como tradicionalmente. Pode ocorrer de uma forma descentralizada através da conectividade em rede. Movimentos como a Primavera Árabe, Black Lives Matter, Occupy Wall Street e o ativismo climático têm sido amplamente estudados. Cada um ilustra formas únicas de os meios de comunicação moldarem táticas, visibilidade e resultados.

Para terminar este capítulo do programa, convida-se os estudantes a fazerem a visualização do documentário ‘We Are Many’ (2014).

EXERCÍCIO EM AULA

Ver e comentar o documentário ‘We Are Many’ (2014), de Amir Amirani (realizador), relacionando-o com temáticas abordadas na unidade curricular (em particular, a da cidadania).

Focado sobretudo na resistência cívica em países ocidentais aos planos de guerra contra o Iraque, em 2003, este documentário apresenta pessoas e estratégias de organização dessa resistência, bem como as suas consequências para além do caso do Iraque. Apesar dos limites da influência sobre os governos serem manifestos, o filme é estimulante e inspirador relativamente às potencialidades do activismo.

Notas finais

A Comunicação Internacional é um território muito vasto, a partir do qual se fez uma selecção de temáticas para este programa. Tal selecção teve em conta a relevância de diferentes questões para o contexto nacional e europeu, bem como o impacto que têm tido nas agendas mediáticas e políticas e, portanto, também na sociedade portuguesa e naquelas que lhe são próximas. Este programa não esgota, contudo, os temas e questões que se inscrevem no campo da Comunicação Internacional, o que não seria possível no decurso de

um semestre. Reconhece-se aqui essas limitações, apontando alguns caminhos para aprofundamento de outras possibilidades.

Entre os domínios a que poderia ser dada mais atenção pode ser referida a Comunicação Intercultural e a Comunicação para o Desenvolvimento (que se capitaliza por se tratar de verdadeiras disciplinas dentro do campo das Ciências da Comunicação e, em particular, da Comunicação Internacional). Ambas têm sido não só amplamente estudadas como têm uma grande importância social nas suas (possíveis) aplicações concretas. Como acima referido, a comunicação intercultural é abordada na secção relativa aos media e terrorismo mas não é explorada em todas as suas dimensões, que incluem, entre outras, as diferenças culturais e como influenciam a comunicação; questões ligadas a identidade cultural e representação; multiculturalidade e interação social em diferentes contextos. Entre as muitas obras de referência, podem ser apontadas as de Gudykunst (1983), Kim & Gudykunst (1988) e Martin & Nakayama (2022).

A Comunicação para o Desenvolvimento é afluída nos capítulos relativos às 'Relações Norte-Sul no campo da comunicação e da informação' e às 'Teorias Normativas da Informação'. Trata-se de um campo de larga amplitude que procura compreender as relações entre comunicação e desenvolvimento social, económico e cultural. A comunicação é, neste âmbito, muitas vezes perspectivada numa óptica de consecução de planos de educação e capacitação. Os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável são temas críticos na análise da relação entre comunicação e desenvolvimento (Yusha'u & Servaes, 2021). A Comunicação para o Desenvolvimento tem estado também muito ligada à promoção da participação comunitária e à prossecução de maior transparência e responsabilidade na implementação de políticas públicas.

Em jeito de remate deste relatório, há também que pensar o futuro. Todas as temáticas aqui abordadas permanecerão certamente relevantes por um período relativamente lato, quer por oferecerem uma perspectiva histórica para a compreensão do mundo social quer por dizerem respeito a temáticas críticas para as relações internacionais. Simultaneamente, há desenvolvimentos sociais inéditos e imprevisíveis que impactarão a construção do programa desta UC em anos vindouros. Algumas das questões potencialmente prementes incluem a difusão internacional do populismo político e a desinformação orquestrada, conduzida quer por Estados quer por outros agentes (Manfredi-Sánchez, 2021). Questões ligadas às estruturas de propriedade, à regulação e a governança das diferentes plataformas de comunicação terão, face a isso, reforçada relevância e particular premência.

Referências bibliográficas

- AfricaChinaTraining (online) <https://africachinatraining.com/> (Acesso: 10 Maio 2024).
- Agbobli, C. (2014) 'Communication internationale et développement en Afrique: postcolonialité et perspectives critiques', *Revue Française des Sciences de l'Information et de la Communication* 4, s.p. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rfsic/955> (Acesso: 8 Dezembro 2014).
- Ahmed, S. (2022) 'Turkey's foreign policy in Asian media opinions', in *Turkey's Asia Relations*, Cham: Springer International Publishing, pp. 85-110.
- Allan, S., B. Adam & C. Carter (eds.) (2000) *Environmental Risks and the Media*. London & New York: Routledge.
- Álvares, A. & M. Üzelgün (2023) 'Special Issue: Platformisation of News and Interactions – Regional Contexts of Crisis in Trust', *Observatorio (OBS*) Journal*, i- vi.
- Ambroggi-Yanson, M. (2010) *International news coverage online as presented by three news agencies*, Tese de Mestrado em Communication and Media Technologies, Rochester Institute of Technology. Disponível em: <https://repository.rit.edu/theses/4588/> (Acesso: 10 Janeiro 2024).
- ANACOM (2024) Autoridade Nacional de Comunicações – 'Organizações'. Disponível em: <https://www.anacom.pt/render.jsp?categoryId=161302> (Acesso: 10 Janeiro 2024).
- Anderson, J. (1975) *Public Policy-Making*. New York: Praeger.
- Andersen, R. & P. L. Silva (eds.) (2017) *Routledge Companion to Media and Humanitarian Action*. Routledge.
- Andersson, H. (2005) 'Reporting the Crisis in Niger', *BBC*. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/newswatch/ifs/hi/newsid_4730000/newsid_4737600/4737613.stm (Acesso: 12 Outubro 2005).
- Atton, C. (2002) 'News cultures and new social movements: radical journalism and the mainstream press', *Journalism Studies*, 3 (4), pp. 491-505.
- Babbili, A. S. (1990) 'Understanding international discourse: Political realism and the non-aligned nations', *Media, Culture & Society*, 12 (3), pp. 309-324.

- Barnett, A. (2005) 'The man who fought for the forgotten', *Guardian*, 27 February. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/uk/2005/feb/27/humanrights.world1> (Acesso: 1 Março 2005).
- Bell, A. (1991) *The Language of News Media*. Oxford: Blackwell.
- Bennet, W. L. (1988) *News. The Politics of Illusion*, New York & London: Longman.
- Bennett, L. (2003) 'Communicating global activism', *Information, Communication & Society*, 6 (2), pp. 143-68.
- Bennett, W. L. & D. Paletz (eds.) (1994) *Taken by Storm: The Media, Public Opinion and U.S. Foreign Policy in the Gulf War*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bennett, W. L. & R. M. Entman (2000) *Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bennett, W. L. & S. Livingston (2018) 'The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions', *European Journal of Communication*, 33 (2), pp. 122-139.
- Bennett, W. L., & A. Segerberg (2012) 'The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics', *Information, Communication & Society*, 15(5), pp. 739-768.
- Berglez, P. (2013) *Global Journalism: Theory and Practice*, New York: Peter Lang.
- Berry, N. (1990) *Foreign Policy and the Press*. New York: Greenwood Press.
- Bjola, C. & J. Pammet (2019) *Countering Online Propaganda and Extremism: The Dark Side of Digital Technology*. New York: Routledge.
- Boltanski, L. (1993) *La Souffrance à Distance: Morale Humanitaire, Médias et Politique*. Paris: Editions Métailié.
- Borgman, C. (2000) *From Gutenberg to the Global Information Infrastructure, Access to Information in the Networked World*. London: MIT Press.
- Bowman, S. & C. Willis (2004) *We Media: How Audiences are Shaping the Future of News and Information*. Reston, VA: The Media Center/American Press Institute.
- Boyd-Barrett, O. (2002) 'Global communication orders', in W. Gudykunst & B. Mody (eds.) *Handbook of International and Intercultural Communication*. Thousand Oaks: Sage, pp. 325-342.

- Boyd-Barrett, O. (2023) 'Media imperialism in global context', in L. Artz (ed.) (2023) *Global Media Dialogues: Industry, Politics, and Culture*. New York & Abingdon: Taylor & Francis, pp. 16-46.
- Boyd-Barrett, O. & T. Rantanen (1998) *The Globalization of News*. London: Sage.
- Boykoff, M. & J. Boykoff (2004) 'Balance as bias: Global warming and the US prestige press', *Global Environmental Change*, 14, pp. 125-136.
- Braman, S. & A. Sreberny-Mohammadi (eds.) (1996) *Globalization, Communication, and Transnational Civil Society*. Cresskill, N.J.: Hampton Press
- Brand Finance (2024) *Global Soft Power Index 2024*. Disponível em <https://brandirectory.com/softpower/> (Acesso: 28 Abril 2024).
- Brendebach, J. (2021) 'Contested sovereignties: The case of the "New World Information and Communication Order" at UNESCO in the 1970s', in G. Feindt, B. Gissibl & J. Paulmann (eds.) (2021) *Cultural Sovereignty beyond the Modern State: Space, Objects, and Media*. Oldenbourg: De Gruyter, pp. 106-127.
- Bunce, M., Franks, S. & C. Paterson (eds.). (2016) *Africa's Media Image in the 21st Century: From the "Heart of Darkness" to "Africa Rising"*. London: Routledge.
- Calabrese, A. (2005) 'Casus belli. U.S. media and the justification of the Iraq war', *Television & New Media*, 6 (2), pp. 153-75.
- Carvalho, A. (1994) 'A política comunitária de audiovisual e a identidade europeia', *Cadernos do Noroeste*, 7 (2), pp. 39-54.
- Carvalho, A. (2005) 'O Iraque nas televisões europeias: representações da segunda guerra do Golfo', in A. Fidalgo e P. Serra (orgs.) *Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã, Actas dos III SOPCOM, IV LUSOCOM e II Ibérico, vol. IV*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, pp. 23-35.
- Carvalho, A. (2007) 'Ideological cultures and media discourses on scientific knowledge. Re-reading news on climate change', *Public Understanding of Science*, 16 (2), pp. 223-243.
- Carvalho, A. (2007) 'Communicating global responsibility? Discourses on climate change and citizenship', *International Journal of Media and Cultural Politics*, 3 (2), pp. 180-183.
- Carvalho, A. & Peterson, T. R. (2024) 'Reclaiming openness in ways of knowing', in A. Carvalho & T. R. Peterson (eds.) *Environmental Communication*. Berlin: De Gruyter Mouton, pp. 553-557.

- Castells, M. (2000) *The Rise of the Network Society*. Maiden: Blackwell.
- Castells, M. (2009) *Communication Power*. Oxford/New York: Oxford University Press.
- Castells, M. (2012) *Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age*. Malden: Polity Press.
- Chadwick, A. (2017) *The Hybrid Media System: Politics and Power*. Oxford University Press.
- Chakravartty, P. & K. Sarikakis (2006) *Media Policy and Globalization*. Edinburgh University Press.
- Cheng, Z., G. J. Golan & S. Kioussis (2016) 'The second-level agenda-building function of the Xinhua news agency: Examining the role of government-sponsored news in mediated public diplomacy', *Journalism Practice*, 10(6), pp. 744-762.
- Chesney, R. & D. Citron (2019) 'Deepfakes and the new disinformation war. The coming age of post-truth geopolitics', *Foreign Affairs*, 98 (1), pp. 147-155.
- Chitty N. (ed.) (2002) *Mapping Globalization. International Media and a Crisis of Identity*. Penang: Southbound.
- Chomsky, N. (1989) *Necessary Illusions. Thought Control in Democratic Societies*. Boston: South End Press.
- Chomsky, N. (2002) *A Manipulação dos Media. Os Efeitos Extraordinários da Propaganda*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Chouliaraki, L. (2006) *The Spectatorship of Suffering*. London: Sage.
- Chouliaraki, L. (2008) 'The media as moral education: mediation and action', *Media Culture & Society*, 30(6), pp. 831–852.
- Chouliaraki, L., & A. Vestergaard (eds.). (2021) *Routledge Handbook of Humanitarian Communication*. Routledge.
- Cohen, B. (1963) *The Press and Foreign Policy*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Collins, S. D., J. R. DeWitt & R. K. LeFebvre (2019) 'Hashtag diplomacy: twitter as a tool for engaging in public diplomacy and promoting US foreign policy', *Place Branding and Public Diplomacy*, 15, pp. 78-96.
- Comor, E. (1996) *The Global Political Economy of Communication: Hegemony, Telecommunication and the Information Economy*. London: MacMillan.
- Cottle, S. (2008) *Global Crisis Reporting*. McGraw-Hill Education.

- Cottle, S. (2023) 'Reporting civilizational collapse: Research notes from a world-in-crisis,' *Global Media and Communication*, 19(2), pp. 269-288.
- Croteau, D. & W. Hoynes (1997) *Media/Society: Industries, Images and Audience*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, pp. 214-216.
- Croucher, S. (2018) *Globalization and Belonging: The Politics of Identity in a Changing World*, Rowman & Littlefield.
- Curran, J. & M. Park (eds.) (2000) *De-Westernizing Media Studies*. London: Routledge.
- Czitrom, D. (1982) *Media and American Mind: From Morse to McLuhan*. University of North Carolina Press.
- Dados, N. & R. Connell (2012) 'The Global South', *Contexts* 11(1), pp. 12-13.
- Dardis, F. (2006) 'Marginalization devices in U.S. press coverage of Iraq War protest: A content analysis', *Mass Communication and Society* 9 (2), pp. 117-135.
- De Beer, A. S. (2013) 'News from and in the "dark continent": Afro-pessimism, news flows, global journalism and media regimes', in *The Future of Journalism*. London: Routledge, pp. 161-174.
- Deutsch, K. (1953) *Nationalism and Social Communication. An Inquiry into the Foundations of Nationality*. Cambridge: MIT Press.
- Deutsch, K. (1968) *The Analysis of International Relations*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Draper, E. (1987) 'The Greenpeace media machine', *New Internationalist*, 171, 3 págs.
- Dowling, R. (1986) 'Terrorism and the media: A rhetorical genre', *Journal of Communication*, 36 (1), pp. 12-24.
- Downing, J. (1997) *Internationalizing Media Theory*. London: Sage.
- Downing, J. (2010) 'International communication,' *The International Encyclopedia of Communication*.
- Eickelman, D., J. Anderson & M. Tessler (eds.) (2003) *New Media in the Muslim World: The Emerging Public Sphere*, 2nd Edition. Bloomington: Indiana University Press.
- Edney, K., S. Rosen & Y. Zhu (2020) *Soft Power with Chinese Characteristics*. Routledge.
- Edwards, D. & D. Cromwell (2006) *Guardians Of Power - The Myth Of The Liberal Media*. London: Pluto.

- Ersoy, M., & E. İşeri (2024) 'Mediated public diplomacy and peace journalism: International public news agencies on the Syrian crisis', *International Communication Gazette*, 86(3), pp. 210-234.
- Ezeru, C. W. W. (2022) 'Africa's global media image in a digital world as an exclusive western preserve?', *International Communication Gazette*, 84(5), pp. 379-400.
- Eudes, Y. (1984) *La Colonizacion de las Conciencias*. México: Gili.
- Everyday Africa (2004) 'Everyday Africa', <https://www.everydayafrica.org/>, acesso em 1 Fevereiro 2024.
- Finlay, A. (2020) *Mapping Journalism Training Centres in Sub-Saharan Africa*, Fojo Media Institute and Wits Journalism. Disponível em: https://journalism.co.za/wp-content/uploads/2020/12/Mapping-Africa-Training-Centres-V6_09122020.pdf (Acesso: 14 Janeiro 2024).
- Flournoy, D. (1997) *CNN. Making News in the Global Market*. Bedfordshire: John Libbey.
- Franks, S. (2014a) *Reporting Disasters: Famine, Aid, Politics and the Media*. London: Hurst.
- Franks, S. (2014b) 'Reporting famine; changing nothing', *British Journalism Review*, 25(3), pp. 61-66.
- Frau-Meigs, D. (ed.). (2012) *From NWICO to WSIS: 30 Years of Communication Geopolitics-Actors and Flows, Structures and Divides*. Bristol: Intellect Books.
- Flych, P. (1982) *Las Multinacionales del Audiovisual*. Barcelona: Gili.
- Fuchs, C. (2014) *Social Media: A Critical Introduction*. Los Angeles: Sage.
- Fuchs, C. (2024) *Media, Economy and Society: A Critical Introduction*. Abingdon: Routledge.
- Galtung, J. (1998) 'High road, low road: Charting the course for Peace Journalism', 5 págs. Disponível em <https://journals.co.za/content/track2/7/4/EJC111753> (Acesso: 7 Janeiro 2018).
- Galtung, J. & R. C. Vincent (1992) *Global Glasnost: Toward a New World Information and Communication Order?* Kresskill, NJ: Hampton Press.
- Galtung, J. & M. Ruge (1965) 'The structure of foreign news', *Journal of Peace Research*, 2 (1), pp. 64-90.
- Gans, H. (1979) *Deciding What's News. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. New York: Pantheon.

- GDELT (2024) Global Database of Events, Language, and Tone. Disponível em: <https://www.gdeltproject.org/about.html> (Acesso: 22 Janeiro 2024).
- Gerbner, G. & Marvanyi, G. (1977) 'The many worlds of the world's press', *Journal of Communication*, 27 (1), pp. 52-66.
- Gershkoff, A. & S. Kushner (2005) 'Shaping public opinion: The 9/11-Iraq connection in the Bush administration's rhetoric', *Perspectives on Politics*, 3(3), pp. 525-537.
- Gilboa, E. (2002) 'Global communication and foreign policy', *Journal of Communication*, 52 (4), pp. 731-748.
- Gilboa, E. (2005) 'The CNN effect: The search for a communication theory of international relations', *Political Communication*, 22, pp. 27-44.
- Gilboa, E. (2006) 'Media-broker diplomacy: When journalists become mediators', *Critical Studies in Media Communication*, 22(2), pp. 99-120.
- Gilbert, G. (1995) *Nuremberg Diary*. New York: First Da Capo Press (ed. orig. 1947).
- Gitlin, T. (1980) *The Whole World is Watching*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Glasgow University Media Group (1985) *War and Peace News*. Milton Keynes: Open University Press.
- Glasser, T. (ed.) (1999) *The Idea of Public Journalism*. New York: Guilford Press.
- Godeau, R. (1992) 'Catastrophes à la Une', *Jeune Afrique*, 1667, pp. 48-50
- Golding, P. & P. Harris (1997) *Beyond Cultural Imperialism*. London: Sage.
- Graber, D. (1993) *Mass Media and American Politics*. Washington: Congressional Quarterly Inc.
- Graham, P., T. Keenan & A. Dowd (2004) 'A call to arms at the end of history: a discourse-historical analysis of George W. Bush's declaration of war on terror', *Discourse & Society*, 15, 2/3, pp. 199-221.
- Greenberg, B. & W. Gantz (eds.) (1993) *Desert Storm and the Mass Media*. Cresskill, N.J.: Hampton Press.
- Gripsrud, J. (2007) 'Television and the European public sphere', *European Journal of Communication*, 22(4), pp. 479-492.

- Gudykunst, W. B. (1983) *Intercultural Communication Theory: Current Perspectives. International and Intercultural Communication Annual*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Kim, Y. Y. & W. B. Gudykunst (1988) *Theories in Intercultural Communication*. Newbury Park: Sage.
- Gunster, S. (2012) 'Visions of climate politics in alternative media', in A. Carvalho & T. R. Peterson (eds.), *Climate Change Politics: Communication and Public Engagement*. Amherst, NY: Cambria Press, pp. 247-275
- Guo, L., & C. J. Vargo (2020) 'Predictors of international news flow: Exploring a networked global media system', *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 64(3), pp. 418-437.
- Habermas, J. (1989) *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge: Polity Press (ed. orig. 1962).
- Hackett, R. A., S. Forde, S. Gunster & K. Foxwell-Norton (2017) *Journalism and Climate Crisis: Public Engagement, Media Alternatives*. London: Routledge.
- Haggart, B., N. Tusikov & J. A. Scholte (2021) *Power and Authority in Internet Governance*. Routledge Global Cooperation Series, Taylor and Francis.
- Hallin, D. C. (1986) *The Uncensored War: The Media and Vietnam*. Berkeley: University of California Press.
- Hallin, D. C. & P. Mancini (2004) *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hamdi, S. A. (2024) 'Mining misinformation discourse on social media within the 'ideological square'', *Discourse & Society*, 35(3), pp. 329-344.
- Hamelink, C. (1994) *The Politics of World Communication*. London: Sage.
- Hanson, E. C. (2010). A history of international communication studies. In *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*. Disponível em: <https://oxfordre.com/internationalstudies/display/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e-63?jsessionid=2500ACE3F921B5C28C0B7E523E1DBDD4?rskey=FGvffr> (Acesso: 12 Agosto 2015).
- Harlow, S. & D. K. Brown (2023) 'A New protest paradigm: Toward a critical approach to protest news analyses', *The International Journal of Press/Politics*, 28(2), pp. 333-343.

- Hartley, J. M., C. Petre, M. Bengtsson & A. Kammer (2023) 'Autonomies and Dependencies: Shifting Configurations of Power in the Platformization of News', *Digital Journalism*, 11(8), pp. 1375-1390.
- Herman, E. (1993) 'A diversidade de notícias: "Marginalizando" a oposição', in N. Traquina (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'*. Lisboa: Vega, pp. 214-223 (originalmente publicado em 1985 com o título 'Diversity of news', *Journal of Communication*, 35(3), pp. 135-46)
- Herman, E. & N. Chomsky (1988) *Manufacturing Consent. The Political Economy of the Mass Media*. New York: Pantheon Books.
- Herman, E. & R. McChesney (1997) *The Global Media*. London and Washington: Cassell.
- Himmelboim, I. (2010) 'The international network structure of news media: An analysis of hyperlinks usage in news web sites', *Journal of broadcasting & electronic media*, 54(3), pp. 373-390.
- Holsti, O. (2004) *Public Opinion and American Foreign Policy*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Horta, A., Carvalho, A. & L. Schmidt (2017) 'The hegemony of global politics: News coverage of climate change in a small country', *Society & Natural Resources*, 30(10), pp. 1246-1260.
- Huang, C. (2003) 'Transitional media vs. normative theories: Schramm, Altschull, and China', *Journal of Communication*, 55 (3), pp. 444-459.
- Huntington, S. (1993) 'The clash of civilizations?', *Foreign Affairs* (Summer 1993). Disponível em: <http://www.foreignaffairs.org/19930601faessay5188/samuel-p-huntington/the-clash-of-civilizations.html> (Acesso: 15 Abril 2007).
- Huntington, S. (1996) *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster.
- Hussain, S. & A. Jehangir (2024) 'Coverage of Taliban's takeover of Afghanistan in the international press: A perspective on indexing theory', *Journalism*, 25(3), pp.692-709.
- Imperial War Museums (online). Disponível em: <http://www.ivm.org.uk> (Acesso: 21 Julho 2024).
- Jenkins, H. (2006) *Convergence Culture: Where Old and New Media Collide*. New York: New York University Press.

- Jin, D. Y. (2015) *Digital Platforms, Imperialism and Political Culture*. London: Routledge.
- Jingrong, T. (2010) 'The crisis of the centralized media control theory: how local power controls media in China', *Media, Culture & Society*, 32(6), pp. 925-942.
- Jones, J. (2024) 'Don't fear artificial intelligence, question the business model: How surveillance capitalists use media to invade privacy, disrupt moral autonomy, and harm democracy', *Journal of Communication Inquiry*, 01968599241235209.
- Joseph, B. (2005) 'Journalism in the global age: Between normative and empirical', *Gazette: The International Journal for Communication Studies*, 67 (6), pp. 575-590.
- Keane, M. (2006) 'Once were peripheral: Creating media capacity in East Asia', *Media, Culture & Society*, 28(6), pp. 835-855.
- Kellner, D. (1995) *Media Culture. Cultural Studies, Identity and Politics between the Modern and the Postmodern*. London: Routledge.
- Kellner, D. (2002) 'September 11, the Media, and War Fever', *Television & New Media*, 3 (2), pp. 143-151.
- King, G., Pan, J. & M. E. Roberts (2017) 'How the Chinese government fabricates social media posts for strategic distraction, not engaged argument', *American Political Science Review*, 111(3), pp. 484-501.
- Kolstø, P. & H. Blakkisrud (2016) *The New Russian Nationalism*. Edinburgh University Press.
- Kreps, S. (2020) *Social Media and International Relations*. Cambridge University Press.
- Kull, S., C. Ramsay & E. Lewis (2003) 'Misperceptions, the media and the Iraq war', *Political Science Quarterly*, 118 (4), pp. 569-598.
- Lamloum, O. (org.) (2003) *Irak: Les Médias en Guerre*. Paris: Actes Sud.
- Lee, S. Y. (2023) 'North Korea's war against outside information and culture', *38th North*. Disponível em: <https://www.38north.org/2023/05/north-koreas-war-against-outside-information-and-culture/> (Acesso: 7 Março 2024).
- Lerner, D. (1958) *The Passing of Traditional Society*. New York: The Free Press.
- Lippman, W. (1960) *Public Opinion*. New York: MacMillan (ed. orig. 1922).
- Lim, Y. S., G. A. Barnett & J. H. Kim (2008) 'The structure of international aid flows and global news media', *The Journal of International Communication*, 14(2), pp. 117-142.

- Loureiro, L.M. (2023) 'Jornalismo e ativismo: Um repórter português do lado russo da guerra na Ucrânia', *Communication, Technologies et Développement*, 13, <http://journals.openedition.org/ctd/8598>
- Lu, Y., J. Schaefer, K. Park, J. Joo & J. Pan (2024) 'How information flows from the world to China', *The International Journal of Press/Politics*, 29(2), pp. 305-327.
- Lule, J. (2002) 'Myth and terror on the editorial page: The New York Times responds to September 11, 2001', *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 79 (2), pp. 275-293.
- Mamedov, I. (2024) 'A fragile narrative: Transformations and consistency in the Russian representation of the war in Ukraine', *Media, War & Conflict*, 0(0).
- Manfredi-Sánchez, J.-L. (2020) 'Globalization and power: the consolidation of international communication as a discipline. Review article', *El profesional de la información*, 29 (1), e290111.
- Mansell, R. & M. Raboy (eds.) (2011) *The Handbook of Global Media and Communication Policy*. Chichester: Willey-Blackwell.
- Marsh, V. (2016) 'Mixed messages, partial pictures? Discourses under construction in CCTV's Africa Live compared with the BBC', *Chinese Journal of Communication*, 9 (1), pp. 56-70.
- Martin, J. N & T. K. Nakayama (2022) *Intercultural Communication in Contexts* (8th ed.), New York, NY: McGraw-Hill Higher Education.
- Martín-Barbero, J. (1993) *Communication, Culture and Hegemony. From the Media to Mediations*. London: Sage.
- Matos, E. S. (2016) 'Diplomacia pública y América del Sur. De los conceptos a la práctica: Telesur y el caso venezolano', *Desafíos*, 28(1), pp. 399-426.
- Mattelart, A. & M. Mattelart (1986) *Penser les Médias*. Paris: La Découverte.
- McCombs, M. & D. Shaw (1972) 'The agenda-setting function of the mass media', *Public Opinion Quarterly*, 36, pp. 176-187.
- McFarlane, T. & I. Hay (2003) 'The battle for Seattle: protest and popular geopolitics in The Australian newspaper', *Political Geography*, 22 (2), pp. 211-232.
- McPhail, T.L. (2002) *Global Communication: Theories, Stakeholders, and Trends*. Boston: Allyn and Bacon (2019, 5th ed.).

- McQuail, D. (1983) *Mass Communication Theory: An Introduction*. London: Sage.
- Meese, J. & E. Hurcombe (2021) 'Facebook, news media and platform dependency: The institutional impacts of news distribution on social platforms', *New Media & Society*, 23(8), pp. 2367-2384.
- Mesquita, M. (1995) 'Tendências da comunicação política', *Revista de Comunicação e Linguagens*, 21-22, pp. 383-402.
- Mills, W. (1967) 'The cultural apparatus', in I. L. Horowitz (ed.) *Power, Politics and People: The Collected Essays of C. Wright Mills*, Oxford: Oxford University Press.
- Moeller, S. (1999) *Compassion Fatigue: How the Media Sell Disease, Famine, War and Death*. New York: Routledge.
- Moser, S. C. (2010) 'Communicating climate change: history, challenges, process and future directions', *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 1(1), pp. 31-53.
- Mowlana, H. (1984) 'The role of the media in the US-Iranian conflict', in A. Arno & W. Dissanake (eds.) *The News Media in National and International Conflict*. Boulder CO: Westview Press, pp. 71-99.
- Mowlana, H. (1997) *Global Information and World Communication*. London: Sage.
- Mowlana, H. & L. J. Wilson (1988) *Communication Technology and Development*. Paris: UNESCO.
- Murciano, M. (1992) *Estructura y Dinámica de la Comunicación Internacional*. Barcelona: Bosh Casa Editorial.
- Musa, M. (1990) 'News agencies, transnationalisation and the new order', *Media, Culture and Society*, 12 (3), pp. 325-342.
- Nantulya, P. (2024) 'China's strategy to shape African's media space', Africa Center for Strategic Studies. Disponível em <https://africacenter.org/spotlight/china-strategy-africa-media-space/> (Acesso: 10 Maio 2024).
- Nassanga, G. L. & S. Makara (2015) 'Perceptions of Chinese presence in Africa as reflected in the African media: case study of Uganda', *Chinese Journal of Communication*, 9(1), pp. 21-37.
- Neff, T. & V. Pickard (2024) 'Funding democracy: Public media and democratic health in 33 countries', *The International Journal of Press/Politics*, 29(3), pp. 601-627.

- Nerone, J. (2018) 'Four theories of the press', in *Oxford Research Encyclopedia of Communication*. Disponível em: <https://oxfordre.com/communication/display/10.1093/acrefore/9780190228613.001.0001/acrefore-9780190228613-e-815> (Acesso: 15 Agosto 2024).
- Neveu, E. (1999) 'Médias, mouvements sociaux, espaces publics,' *Réseaux*, 98, pp. 17-85.
- Neveu, E. (2005) *Sociologia do Jornalismo*. Porto: Porto Editora.
- Newman, N., R. Fletcher, K. Eddy, C. T. Robertson & R. K. Nielsen (2023) *Reuters Institute Digital News Report 2023*. Reuters Institute for the study of Journalism. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2023-06/Digital_News_Report_2023.pdf (Acesso: 10 Janeiro 2024).
- Nye, J. S (1990) *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York: Basic Books.
- Nye Jr, J. S. (2008) 'Public diplomacy and soft power', *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), pp. 94-109.
- Nye, J. S. (2022) 'Soft power: the origins and political progress of a concept', *The Journal of International Communication*, 28(1), pp. 1-7.
- Nye, J. S & R. Keohane (1977) *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little, Brown and Company.
- Nikolaev, A. (2009) 'Images of War: Content Analysis of the Photo Coverage of the War in Kosovo', *Critical Sociology*, 35 (1), pp. 105-130.
- Nisbet, E. & J. Shanahan (2008) 'Anti-americanism as a communication problem? Foreign media and public opinion toward the United States in Europe and the Middle East', *American Journal of Media Psychology*, 1 (1/2), pp. 7-35.
- Nohrstedt, S. A. & R. Ottosen (eds.) (2004) *U.S. and the Others: Global Media Images on "The War on Terror"*. Göteborg, Sweden: Nordicom.
- Nothias, T. (2018) 'How Western journalists actually write about Africa: Re-assessing the myth of representations of Africa', *Journalism Studies*, 19(8), pp. 1138-1159.
- Nye, J. S. (2004) *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Public Affairs.
- Opel, A. & D. Pompper (2003) *Representing Resistance: The Media, Civil Disobedience, and the Global Justice Movement*. Westport: Greenwood Press.

- Pasquali, A. (1963) *Comunicación y Cultura de Masas*. Universidad Central de Venezuela.
- O’Heffernan, P. (1991) *Mass Media and American Foreign Policy*. Norwood: Ablex.
- Pereira, C. S. (2005) *Guerras da Informação. Militares e Media em Cenários de Crise*. Lisboa: Tribuna da História.
- Perlmutter, D. (1998) *Photojournalism and Foreign Policy: Icons of Outrage in International Crises*. Westport, CT: Greenwood Publishing.
- Perlmutter, D. (2005) ‘Photojournalism and foreign affairs’. *Orbis* (Philadelphia), 49(1), pp. 109-122.
- Pepermans, Y. & P. Maesele (2017) ‘Climate change journalism: From agony to agonistic debate,’ *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 40, pp. 125–140.
- Pointer, R. (2023). Beyond western Afro-pessimism: The African narrative in African and non-western countries, *Journal of African Media Studies*, 15(2), pp. 151-160.
- Portland (2019) *The Soft Power 30. A Global Ranking of Soft Power 2019*. Disponível em https://brandfinance.com/wp-content/uploads/1/brand_finance_whitepaper_2020_global_soft_power_index.pdf (Acesso: 19 Março 2021).
- Powell, B. A (2004) ‘Linguistics professor George Lakoff dissects the "war on terror" and other conservative catchphrases’. Disponível em: http://www.berkeley.edu/news/media/releases/2004/08/25_lakoff.shtml (Acesso: 14 Março 2005).
- Pureza, J. & F. Ferrándiz (coord.) (2003) *Fogo sobre os Media*. Coimbra: Quarteto.
- Raboy, M., N. Landry & J. Shtern (2010) *Digital Solidarities, Communication Policy and Multi-Stakeholder Global Governance: The Legacy of the World Summit on the Information Society*. New York: Peter Lang.
- Rai, M. & S. Cottle (2007) ‘Global mediations: On changing ecology of satellite television news’, *Global Media and Communication*, 3 (1), pp. 51-78.
- Ramonet, I. (2003) ‘Le cinquième pouvoir’, *Le Monde Diplomatique*, Octobre.
- Rantanen, T. (2005) *The Media and Globalization*. London: Sage.
- Repnikova, M. (2022) *Chinese Soft Power*. Cambridge University Press.

- Repórteres sem Fronteiras (2024) 'Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa 2024: jornalismo sob pressão política'. Disponível em: https://rsf.org/pt-br/ranking-mundial-da-liberdade-de-imprensa-2024-jornalismo-sob-press%C3%A3o-pol%C3%ADtica?data_type=general&year=2024 (Acesso: 27 Fevereiro 2024).
- Roach, C. (1990) 'The movement for a New World Information and Communication Order: a second wave?', *Media, Culture & Society*, 12, pp. 283-307.
- Roberts, J. M. (2014) *New Media and Public activism: Neoliberalism, the State and Radical Protest in the Public Sphere*. Bristol: Policy Press.
- Robertson, R. & D. Buhari-Gulmez (2017) *Global Culture: Consciousness and Connectivity*. Taylor & Francis.
- Robinson, P. (2001) 'Operation Restore Hope and the Illusion of a News Media Driven Intervention', *Political Studies*, 49 (5), pp. 941-956.
- Robinson, P. (2002) *The CNN Effect: The Myth of News, Foreign Policy and Intervention*. London: Routledge.
- Rodriguez, C., D. Kidd & L. Stein (eds.) (2009) *Making Our Media: Global Initiatives Toward a Democratic Public Sphere*. Cresskill, N.J.: Hampton Press.
- Rogers, E. (1962) *Diffusion of Innovations*. New York: Free Press.
- Roselle, L., A. Miskimmon & B. O'Loughlin (2014) 'Strategic narrative: A new means to understand soft power', *Media, War & Conflict*, 7 (1), pp. 70-84.
- Rotberg, R. I. & T. G. Weiss (eds.) (1996) *From Massacres to Genocide: The Media, Public Policy, and Humanitarian Crises*. Cambridge, MA: World Peace Foundation.
- Said, E. (1997) *Covering Islam: How the Media and the Experts Determine how we See the Rest of the World*. London: Vintage (ed. orig. 1981).
- Said, E. (2001) 'The clash of ignorance', *The Nation* (October 22). Disponível em <http://www.thenation.com/doc/20011022/said> (Acesso: 15 Abril 2007).
- Said, E. (2004) *Orientalismo: Representações Ocidentais do Oriente*. Lisboa: Cotovia (ed. orig. 1978).
- Santos, J. R. (2001a) *Crónicas de Guerra. Da Crimeia a Dachau*. Lisboa: Gradiva.
- Santos, J. R. (2001b) *O Correspondente de Guerra, o Discurso Jornalístico e a História. Para uma Análise da Reportagem de Guerra em Portugal no Século XX*, 2 vols. Lisboa: J.R.S.

- Santos, J. R. (2002) *A Verdade da Guerra. Da Subjectividade, do Jornalismo e da Guerra*. Lisboa: Gradiva.
- Santos, T. R., Üzelgün, M. A. & A. Carvalho (2024) 'Reporting on young climate activism: How journalistic multimodal choices on television can delegitimise disruptive dissent,' *Journalism Practice*, 1-21.
- Schneider, C. & B. Wallis (eds.) (1988) *Global Television*. New York: Wedge Press.
- Schiller, H. J. (1976) *Communication and Cultural Domination*. White Plains, NY: International Arts and Science.
- Schramm, W. (1964) *Mass Media in National Development: The Role of Information in Developing Countries*. Stanford: Stanford University Press.
- Segev, E. (2016) *International News Online: Global Views with Local Perspectives*. New York: Peter Lang.
- Seib, P. (1996) *Headline Diplomacy: How News Coverage Affects Foreign Policy*. Westport, CT: Greenwood Publishing.
- Sen, A. (2006a) *Identity and Violence: The Illusion of Destiny*. New York: Norton.
- Sen, A. (2006b) 'What Clash of Civilizations? Why religious identity isn't destiny', *Slate*. Disponível em: <http://www.slate.com/id/2138731/> (Acesso: 15 Abril 2007).
- Serfaty, S. (ed.) (1990) *The Media and Foreign Policy*. Houndmills: MacMillan.
- Servaes, J. (1989) *One World, Multiple Cultures. Towards another paradigm on communication for development*. Louvain: Acco.
- Shahin, S., S. Shahin, P. Zheng, H. A. Sturm & D. Fadnis (2016) 'Protesting the paradigm: A comparative study of news coverage of protests in Brazil, China, and India', *The International Journal of Press/Politics*, 21(2), pp. 143–164.
- Shaw, I. S. (2012) 'Stereotypical representations of Muslims and Islam following the 7/7 London terror attacks: Implications for intercultural communication and terrorism prevention', *International Communication Gazette*, 74 (6), pp. 509-524.
- Siebert, F., T. Peterson & W. Schramm (1956) *Four Theories of the Press*. Urbana: University of Illinois Press.
- Sinclair, J. (1990) 'Neither West nor Third World: the Mexican television industry within the NWICO debate', *Media, Culture & Society*, 12 (3), pp. 343-360.

- Sobel, M., Riffe, D. & J. B. Hester (2016) 'Twitter diplomacy? A content analysis of eight US embassies' Twitter feeds', *The Journal of Social Media in Society*, 5(2), pp. 75-107.
- Sousa, H. (coord.) (2005) *Economia Política da Comunicação e dos Media*, Número temático de *Comunicação e Sociedade* 7.
- Sousa, H. & C. Bolaño (2004) 'As políticas audiovisuais de Portugal e do Brasil face à globalização e às propostas supra-nacionais da União Europeia e do Mercosul' *Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã, III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO: actas dos Congressos em Ciências da Comunicação*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Spry, D. (2018) 'Facebook diplomacy: A data-driven, user-focused approach to Facebook use by diplomatic missions', *Media International Australia*, 168(1), pp. 62-80.
- Sreberny-Mohammadi, A., D. Winseck, J. McKenna & O. Boyd-Barrett (eds.) (1997) *Media in Global Context. A Reader*. London: Arnold.
- Štětka, V. & S. Mihelj (2024) *The Illiberal Public Sphere: Media in Polarized Societies*. Cham: Springer Nature.
- Steinberg, M., Mukherjee, R. & A. Punathambekar (2022) 'Media power in digital Asia: Super apps and megacorps', *Media, Culture & Society*, 44(8), pp. 1405-1419.
- Taeihagh, A. (2021) 'Governance of artificial intelligence', *Policy and Society*, 40(2), pp. 137-157.
- Taylor, P. (1992) *War and the Media. Propaganda and Persuasion in the Gulf War*. Manchester: Manchester University Press.
- Taylor, P. (1997) *Global Communications, International Affairs and the Media since 1945*. London: Routledge.
- Teharanian, M. (1985) 'Paradigms lost: Development as communication and learning', *Media Development*, 32 (4), pp. 5-8.
- Tehranian, M. (1999) *Global Communication and World Politics, Domination, Development and Discourse*. Boulder: Lynne Rienner.
- Tehranian, M. (2002) 'Peace journalism: Negotiating global media ethics', *Press/Politics*, 7(2), pp. 58-83.
- Thussu, D. K. (2000) 'Legitimizing 'Humanitarian Intervention'? CNN, NATO and the Kosovo crisis', *European Journal of Communication*, 15 (3), pp. 345-361.

- Thussu, D. & D. Freeman (2003) *War and the Media. Reporting Conflict 24-7*. London: Sage.
- Tenove, C. (2020) 'Protecting democracy from disinformation: Normative threats and policy responses', *The International Journal of Press/Politics*, 25(3), pp. 517-537.
- Toepfl, F. (2016) 'Beyond the four theories: Toward a discourse approach to the comparative study of media and politics', *International Journal of Communication* 10, s./p.. Disponível em <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/4669> (Acesso: 8 Dezembro 2024).
- Tomlinson, J. (1991) *Cultural Imperialism*. London: Pinter Publishers.
- Tomlinson, J. (1999) *Globalization and Culture*. Chicago: University of Chicago Press.
- Tuchman, G. (1978) *Making News. A Study in the Construction of Reality*. New York: Free Press.
- Tumber, H. & J. Palmer (2004) *Media at War. The Iraq Crisis*. London: Sage.
- UNESCO (1980) *Many Voices, One World (Voix Multiples, un Seul Monde)*. Paris: UNESCO.
- Vaca-Baqueiro, M. T. (2017) *Four Theories of the Press: 60 Years and Counting*. London: Routledge.
- van Dijck, J. (2021) 'Seeing the forest for the trees: Visualizing platformization and its governance', *New Media & Society*, 23(9), pp. 2801-2819
- van Dijck, J., T. Poell & M. De Waal (2018) *The Platform Society: Public values in a Connective World*. Oxford University Press.
- van Dijk, T. (1988) *News Analysis: Case Studies of International and National News in the Press*. Hillsdale, N.J.: Laurence Erlbaum.
- van Dijk, T. (1998) 'Opinions and ideologies in the press'. In A. Bell & P. Garrett (eds.) *Approaches to Media Discourse*. Oxford: Blackwell, pp. 21-63.
- van Dijk, T. (2017) *Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Tradução de Zara Pinto-Coelho. Famalicão: Edições Húmus.
- van Ginneken, J. (1998) *Understanding Global News. A Critical Introduction*. London: Sage.
- Vieira, V. (1983) *O Emprego dos Meios de Comunicação Social (Mass Media) na Acção Estratégica*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Vincent, R. (2000) 'A narrative analysis of US press coverage of Slobodan Milosevic and the Serbs in Kosovo', *European Journal of Communication*, 15 (3), pp. 321-344.

- Waisbord, S. (2022) 'What is next for de-westernizing communication studies?', *Journal of Multicultural Discourses*, 17(1), pp. 26-33.
- Walker, C. (2015) 'The authoritarian resurgence', *Journal of Democracy*, 26(2), pp. 21.
- Wall, M. (2009) 'Africa on YouTube: Musicians, tourists, missionaries and aid workers', *International Communication Gazette*, 71 (5), pp. 393-407.
- Wallerstein, I. (1974) *The Modern World System*. New York: Academic Press.
- Wang, Y. (2008) 'Public diplomacy and the rise of Chinese soft power', *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), p. 257-273.
- Wilkinson, P. (1997). The media and terrorism: A reassessment. *Terrorism and political violence*, 9(2), pp. 51-64.
- Winseck, D. & D. Y. Jin (eds.) (2013) *The Political Economies of Media: The Transformation of the Global Media Industries*. London: Bloomsbury Academic.
- Wodak, R., R. de Cillia, M. Reisigl & K. Liebhart (eds.) (1999) *The Discursive Construction of National Identity*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Wolf, M. (1987) *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença.
- Wolfsfeld, G. (1997) 'Promoting peace through the news media: Some initial lessons from the Oslo peace process'. *Harvard International Journal of Press/Politics*, 2(4), pp. 52-70.
- Wolton, D. (1991) *War Game. L'Information et la Guerre*. Paris: Flammarion.
- Xin, X. (2009) 'Xinhua news agency in Africa', *Journal of African Media Studies*, 1(3), pp. 363-377.
- Yin, J. (2008) 'Beyond the four theories of the press: A new model for the Asian & the world press', *Journalism & Communication Monographs*, 10(1), pp. 3-62.
- Yusha'u, M. J. & J. Servaes (eds.) (2021) *The Palgrave Handbook of International Communication and Sustainable Development*. Palgrave Macmillan.
- Zollmann, F. (2024) 'A war foretold: How Western mainstream news media omitted NATO eastward expansion as a contributing factor to Russia's 2022 invasion of the Ukraine', *Media, War & Conflict*, 17(3), pp. 373-392.
- Zhukova, E. (2023) 'Postcolonial logic and silences in strategic narratives: Sweden's feminist foreign policy in conflict-affected states', *Global Society*, 37(1), pp. 1-22.

Apêndice I: Objectivos/Resultados de Aprendizagem e Programa

COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL

Objectivos/resultados de aprendizagem

Os principais objectivos desta unidade curricular são enunciados abaixo e correspondem aos resultados esperados do processo de ensino/aprendizagem:

- Explicar as assimetrias internacionais no campo da informação e as suas consequências;
- Analisar as diferentes formas de relação entre media, Estado e sociedade a nível internacional;
- Compreender o papel dos media nas relações internacionais e nas políticas externas dos Estados;
- Desenvolver competências de análise crítica do desempenho dos media nas situações de guerra e terrorismo;
- Analisar a relação entre os média e várias formas de mobilização social e activismo.

Programa

I. INTRODUÇÃO

Apresentação da unidade curricular, do programa e do plano de avaliação

II. ESTRUTURAS E FLUXOS NA COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL

1. Agências noticiosas, grupos empresariais e outras organizações
2. Relações Norte-Sul e a noção de imperialismo cultural

III. MEDIA, ESTADO E SOCIEDADE

1. Teorias normativas da informação
2. Situação da informação em diferentes países e regiões do mundo

IV. COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Os media e as políticas externas dos Estados
2. 'Soft power' em mudança

V. MEDIA, GUERRAS E TERRORISMO

1. O papel dos media em situações de guerra
2. Media, terrorismo e comunicação intercultural

VI. DESAFIOS SOCIETAIS E CIDADANIA

1. Comunicação internacional e desafios contemporâneos
2. Movimentos sociais e os media: estratégias de mobilização e resistência

Apêndice II: Bibliografia essencial

COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL

Bibliografia essencial

Disponível na Blackboard - plataforma de e-learning

I. INTRODUÇÃO

1. Apresentação da unidade curricular, do programa e do plano de avaliação

II. ESTRUTURAS E FLUXOS NA COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL

1. Agências noticiosas, grupos empresariais e outras organizações
2. Relações Norte-Sul e a noção de imperialismo cultural

UNESCO (1980) *Many Voices, One World*, Paris: UNESCO, Recommendations - parts II-VII
Disponível em:
<http://ics.leeds.ac.uk/papers/vp01.cfm?outfit=ks&folder=4&paper=7> (Acess: 4
Dezembro 2015).

Boyd-Barrett, O. (2002) 'Global communication orders' in W. Gudykunst & B. Mody (eds.)
Handbook of International and Intercultural Communication, Thousand Oaks:
Sage, pp. 325-42.

Wall, M. (2009) 'Africa on YouTube: Musicians, tourists, missionaries and aid workers',
International Communication Gazette, 71 (5), pp. 393-407.

III. MEDIA, ESTADO E SOCIEDADE

1. Teorias normativas da informação
2. Situação da informação em diferentes países e regiões do mundo

McQuail, D. (1987) *Mass Communication Theory: An Introduction*, London: Sage, 2nd ed., pp.
109-124.

IV. MEDIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Os media e as políticas externas dos Estados

O'Heffernan, P. (1991) *Mass Media and American Foreign Policy*, Norwood: Ablex, pp. 81-
120.

Herman, E. & N. Chomsky (1988) *Manufacturing Consent. The Political Economy of the Mass Media*, New York: Pantheon, pp. xi-xv.

2. 'Soft power' em mudança

V. MEDIA, GUERRAS E TERRORISMO

1. O papel dos media em situações de guerra

Vincent, R. (2000) 'A narrative analysis of US press coverage of Slobodan Milosevic and the Serbs in Kosovo', *European Journal of Communication*, 15 (3), pp. 321-344.

Kull, S., C. Ramsay & E. Lewis (2003) 'Misperceptions, the media and the Iraq war', *Political Science Quarterly*, 118 (4), pp. 569-598.

Carvalho, A. (2005) 'O Iraque nas televisões europeias: representações da segunda guerra do Golfo', actas do II Congresso Ibérico de Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 23-24 Abril 2004.

Galtung, J. (1998) 'High Road, Low Road: Charting the Course for Peace Journalism', 5 págs. Disponível em <https://journals.co.za/content/track2/7/4/EJC111753> (Acesso: 7 Janeiro 2018).

2. Media, terrorismo e comunicação intercultural

Lule, J. (2002) 'Myth and terror on the editorial page: The New York Times responds to September 11, 2001', *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 79 (2), pp. 275-293.

Huntington, S. (1993) 'The clash of civilizations?' *Foreign Affairs* (Summer 1993). Disponível em: <http://www.foreignaffairs.org/19930601faessay5188/samuel-p-huntington/the-clash-of-civilizations.html> (Acesso: 15 Abril 2007).

Sen, A. (2006) 'What clash of civilizations? Why religious identity isn't destiny', *Slate*. Disponível em <http://www.slate.com/id/2138731/> (Acesso: 15 Abril 2007).

Said, E. (2001) 'The clash of ignorance', *The Nation* (October 22). Disponível em <http://www.thenation.com/doc/20011022/said> (Acesso: 15 Abril 2007).

VI. DESAFIOS SOCIETAIS E CIDADANIA

1. Comunicação internacional e desafios contemporâneos
2. Movimentos sociais: estratégias de mobilização e resistência

Croteau, D. & W. Hoynes (1997) *Media/Society: Industries, Images and Audience*, Thousand Oaks: Pine Forge Press, pp. 214-216.

Bennett, L. (2003) 'Communicating global activism', *Information, Communication & Society*, 6 (2), pp. 143-68.

Apêndice III: Plano de avaliação

COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL

Plano de avaliação

Em conformidade com o Regulamento Académico da Universidade do Minho, a avaliação da unidade curricular de Comunicação Internacional será regida pelo presente plano.

I. ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO E CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

a) **Teste de avaliação 1:** a realizar em [data variável de ano para ano].

b) **Teste de avaliação 2:** a realizar em [data variável de ano para ano].

c) **Trabalho de grupo**

- Os estudantes deverão realizar um trabalho de apresentação de um meio de comunicação estrangeiro, entidade ou outro tipo de iniciativa a indicar, a ser apresentado oralmente, num máximo de oito minutos.

- Imediatamente após a aula, cada grupo deverá submeter na Blackboard os materiais de suporte à sua apresentação (por ex. apresentação Powerpoint).

- Uma vez definida a data da apresentação do trabalho, a sua alteração só será autorizada por motivo de força maior devidamente documentado. A falta de um dos elementos do grupo na apresentação do trabalho acarretará a anulação desse elemento de avaliação para esse aluno, exceptuando-se apenas as ausências por motivo de força maior devidamente documentado.

II. PONDERAÇÃO DOS ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

- A classificação final do semestre resulta da média ponderada das classificações obtidas nos elementos de avaliação:

Teste1: 45%

Teste 2: 45%

Trabalho de grupo: 10%

- A participação nas aulas será considerada como factor de ponderação positiva na classificação final.

- A aprovação na unidade curricular requer uma classificação mínima de 8 valores em cada elemento de avaliação.

III. QUESTÕES GERAIS RELACIONADAS COM AVALIAÇÃO

HONESTIDADE ACADÊMICA

É absolutamente imperiosa a identificação das fontes que os alunos utilizem nos trabalhos. Sempre que haja referência a ideias, argumentos ou dados que foram conhecidos através de uma fonte, ela tem que ser indicada, mesmo que não seja feita uma citação textual. Isto aplica-se a todo tipo de fontes.

A utilização de ideias, opiniões, estatísticas ou outros elementos obtidos através de uma fonte sem que a mesma seja identificada constitui PLÁGIO. No caso de ser detectada alguma forma de plágio, haverá uma penalização que irá da subtração de um mínimo de 5 valores na classificação do trabalho à anulação do mesmo, dependendo da gravidade.

Apêndice IV: Trabalho de grupo - casos

COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL

Trabalho de grupo

Casos a apresentar por cada grupo - distribuição aleatória

Instituições e iniciativas com relevância para a UC

UNESCO: en.unesco.org/themes/communication-and-information

GDELT Project: live.gdeltproject.org

Fair: www.fair.org

Project Censored: www.projectcensored.org

Reporters Sans Frontières: www.rsf.org

The Everyday Projects: www.everydayprojects.org

Parler: parler.com

Mastodon: joinmastodon.org

Órgãos de informação estrangeiros

China Global Television Network

Fox News

New York Times

BBC

The Guardian

France 24

RT

Al Jazeera

Jornal de Angola

Órgãos de comunicação 'alternativos'

Democracy Now: www.democracynow.org

Breitbart News Network: www.breitbart.com

Agência Pública: apublica.org

Apêndice V: Trabalho de grupo - orientações gerais

COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL

Trabalho de grupo

Orientações gerais

O que se pretende é (dar a) conhecer melhor variados agentes do campo da comunicação internacional.

Cada grupo deverá fazer uma caracterização do caso que lhe foi aleatoriamente atribuído, seja ele uma instituição/iniciativa ou um órgão de informação ('mainstream' ou 'alternativo').

Recomenda-se que o grupo responda às questões indicadas abaixo e procure, em termos breves, **articular a sua análise desse caso com matéria dada e leituras recomendadas na unidade curricular.**

Instituição ou iniciativa do campo da comunicação

- Qual é a missão/finalidade da instituição/iniciativa estudada?
- Qual a sua história?
- De que modo opera/o que faz?
- Como está organizada? Quem a financia?
- Que avaliação faz do seu desempenho?
+ Indicar outros aspectos ou características que se considere relevantes.
+ Dar exemplos ilustrativos da sua prática.

Órgão de informação

- Qual a sua história?
- Como está organizado? Quem o financia?
- É possível identificar alguma orientação político-ideológica?
- Que avaliação faz do seu desempenho?
+ Indicar outros aspectos ou características que se considere relevantes.
+ Dar exemplos ilustrativos da sua prática.

Note-se que os grupos têm **liberdade para adequar estas questões ao caso que apresentarem de modo a relevar os seus aspectos mais importantes ou distintivos.**

Identificação de fontes

Como referido no plano de avaliação, todas as fontes de informações, dados ou ideias apresentadas pelos grupos devem ser indicadas no Powerpoint (ou outro suporte que utilizem, por ex. Prezi).

A Wikipédia não é normalmente considerada uma fonte aceitável para trabalhos académicos.

Apresentação

A apresentação deverá ter, no máximo, oito minutos.

Imediatamente após a aula, cada grupo deverá submeter na Blackboard os materiais de suporte à sua apresentação (por ex. apresentação Powerpoint ou documentos/textos que tenha distribuído na aula).

Anexo I: Estrutura Curricular e Plano de Estudos da Licenciatura em Ciências da Comunicação

Despacho n.º 9377/2015 da Reitoria da Universidade do Minho

Publicado em *Diário da República*, 2.ª série — N.º 160 — 18 de Agosto de 2015

(Tabela adaptada pela autora)

Semestre	Unidade Curricular	Área Científica	Horas de Trabalho	ECTS
Semestre 1	História da Comunicação	CC	140	5
	Teorias da Comunicação	CC	140	5
	Design, Estética e Visualidade	CC	140	5
	Corpo e Performance	CC	140	5
	Comunicação, Imagem e Novos Média	CC	140	5
	Opção I	CC/CS/LC/G/CPRI/QAC	140	5
Semestre 2	Atelier de Audiovisual I	CC	140	5
	Atelier de Comunicação Estratégica I	CC	140	5
	Atelier de Jornalismo I	CC	140	5
	Corpo e Escrita	CC	140	5
	Comunicação, Som e Vídeo	CC	140	5
	Métodos de Investigação em Comunicação	CC	140	5
Semestre 3	Atelier de Audiovisual II	CC	140	5
	Atelier de Comunicação Estratégica II	CC	140	5
	Atelier de Jornalismo II	CC	140	5
	Psicologia Social	CC	140	5
	Semiótica	CC	140	5
	Sociologia da Comunicação	CC	140	5
Semestre 4	Média e Culturas Contemporâneas	CC	140	5
	Comunicação Internacional	CC	140	5
	Estudos do Discurso	CC	140	5
	Design de Comunicação e de Publicação	CC	140	5
	Atelier Especializado I	CC	140	5
	Atelier Especializado II	CC	140	5
Semestre 5	Públicos e Práticas Mediáticas	CC	140	5
	Economia Política da Comunicação	CC	140	5
	Opção UMinho	QAC	140	5
	Opção II	CC/CS/LC/G/CPRI/QAC	140	5
	Atelier Especializado III	CC	140	5
	Atelier Especializado IV	CC	140	5
Semestre 6	Comunicação, Mercados e Tendências	CC	140	5
	Literacia para os Media e Cidadania	CC	140	5
	Ética e Deontologia da Comunicação	CC	140	5
	Opção III	CC/CS/LC/G/CPRI/QAC	140	5
	Projeto e Portefólio	CC	280	10

Legenda: CC - Ciências da Comunicação; CS - Ciências Sociais; LC – Línguas e Cultura; G – Gestão; CPRI – Ciência Política e Relações Internacionais; QAC – Qualquer Área Científica; ECTS - *European Credits Transfers System*.